

Relatório de Gestão

 Conselho Regional de Psicologia SP

25/09/2010 a 26/09/2013

XIII Plenário CRP SP

Direitos
Humanos
Educação

Políticas Públicas

Justiça

Ética

Educação

Saúde

Direitos

Humanos

Medicalização

Saúde Medicalização

Orientação e

Fiscalização

Saúde

Ética

Interfaces com a Justiça

Mundo do Trabalho

Questões Étnico-raciais

Saúde

Sexualidade

e Gênero

Ética

Concessão

de Título de

Especialista

Orientação e

Fiscalização

Saúde

Saúde

Medicalização

Políticas Públicas

Ética

Direitos

Humanos

Povos Indígenas

Sexualidade

e Gênero

História e Memória

da Psicologia

Orientação e

Fiscalização



Relatório de Gestão

 Conselho Regional de Psicologia SP

25/09/2010 a 26/09/2013
XIII Plenário CRP SP



XIII PLENÁRIO

Presidenta

Carla Biancha Angelucci

Vice-presidenta

Maria de Fátima Nassif

Secretário

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

Tesoureiro

Leandro Gabarra

Conselheiros (as) Efetivos (as)

Alacir Villa Valle Cruces
Carla Biancha Angelucci
Carolina Helena A. de Moraes Sombini
Fernanda Bastos Lavarello
Gabriela Gramkow
Graça Maria de Carvalho Camara
Janaína Leslão Garcia
Joari Aparecido Soares de Carvalho
Leandro Gabarra
Luís Fernando de Oliveira Saraiva
Maria de Fátima Nassif
Mariângela Aoki
Maria Orlene Daré
Patrícia Unger Raphael Bataglia
Teresa Cristina Lara de Moraes

Conselheiros (as) Suplentes

Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo
José Ricardo Portela
Lilihan Martins da Silva
Luiz Eduardo Valiengo Berni
Luiz Tadeu Pessutto
Marília Capponi
Marly Fernandes dos Santos
Rita de Cássia Oliveira Assunção
Roberta Freitas Lemos
Rosana Cathya Ragazzoni Mangini

EXPEDIENTE

Gerente Geral

Diógenes Pepe

Coordenadora de Comunicação

Christiane Gomes

Projeto Gráfico e Diagramação

Micael Melchiades
Paulo Mota

Organização

Edson Ferreira
Ivana S. C. Feijó

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061-9494, fax. 3061-0306
site: <http://www.crsp.org.br>

Subsedes CRP SP

Assis: tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira: tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
Bauru: tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas: tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC: tel. (11) 4436-4000, 4427-6847, 4990-7314
Ribeirão Preto: tel. (16) 3620-1377, 3623-5658, fax. 3913-4445
São José do Rio Preto: tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba: tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte: tel. (12) 3631-1315

COMISSÕES GESTORAS

Assis

Coordenadora

Marly Fernandes dos Santos

Coordenadora Adjunta

Magali do Carmo Barchi

Membros

Audiston Nelson Alves Maciel

Fabiana de Andrade

Bauru

Coordenadora

Maria Orlene Daré

Coordenadora Adjunta

Regiane Aparecida Piva

Membros

Ederson Ribeiro Costa

Marta Alice Nelli Bahia

Silvana Almeida da Silva Lima

Grande ABC

Coordenadora

Janaína Leslão Garcia

Coordenador Adjunto

Reginaldo Branco da Silva

Membros

Camila de Freitas Teodoro

Jean Fernando dos Santos

São José do Rio Preto

Coordenador

Luiz Tadeu Pessutto

Coordenadora Adjunta

Ana Maria B. A. Garcia

Membros

Lourdes de Fátima Genaro

Laura Lúcia dos Santos Leher

Maria das Graças Mazarin de Araujo

Vale do Paraíba e Litoral Norte

Coordenadora

Lilihan Martins da Silva

Coordenador Adjunto

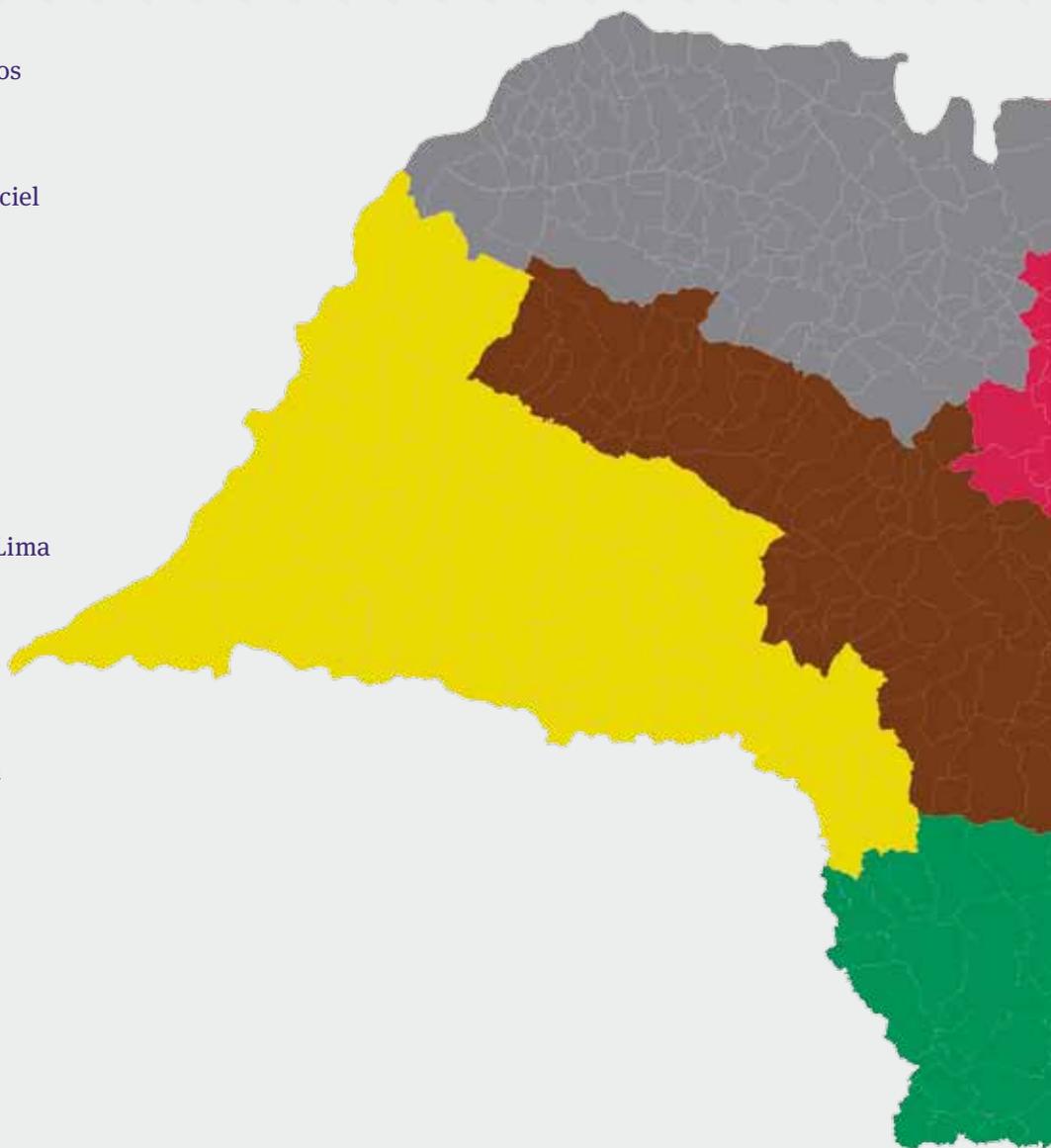
Luiz Henrique de Sá Mendes Fonseca

Membros

Lívia Gonsalves Toledo

Rejane Galvão de Carvalho

Wilson Flávio Lourenço Nogueira





Baixada Santista e Vale do Ribeira

Coordenador

José Ricardo Portela

Coordenadora Adjunta

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Membros

Marcelo Soares Vilhanueva

Lumena Celi Teixeira

Igor da Costa Borysow

Campinas

Coordenadora

Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini

Coordenador Adjunto

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Membros

Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo

Thiago Galassi Maraccini

Rodrigo Fernando Presotto

Ribeirão Preto

Coordenador

Leandro Gabarra

Coordenadora Adjunta

Taís Elene Junqueira Neme

Membros

Luciana Stoppa dos Santos

Alice da Silva Moreira

Felipe de Martino Pousada Gomez

Sorocaba

Coordenadora

Rosana Cathya Ragazzoni Mangini

Coordenadora Adjunta

Ione Aparecida Xavier

Membros

Sérgio Augusto Garcia Junior

Michele Cristina Mattarazzo de Souza

Camila Taraborelli Lopes Lara



Sumário

08	Carta do Conselho Federal de Psicologia
09	Apresentação
10	Gestão das Ações Políticas por Projetos Integradores
13	Eixo 1 - Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
15	Projeto Integrador: Democratização e Participação
33	Eixo 2 - Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
37	Projeto Integrador: Interfaces com a Justiça
41	Projeto Integrador: Mundo do Trabalho
43	Projeto Integrador: Medicalização, Judicialização e Patologização da Vida
46	Projeto Integrador: Proposições da Psicologia para Políticas Públicas
61	Eixo 3 - Diálogo com a sociedade e o Estado
63	Projeto Integrador: Interfaces com a Justiça
67	Projeto Integrador: Mundo do Trabalho
70	Projeto Integrador: Medicalização, Judicialização e Patologização da Vida
82	Projeto Integrador: Proposições da Psicologia para Políticas Públicas
93	Conclusões
95	Projetos Integradores
98	Comissões
100	Grupos de Trabalho
102	Subsedes
107	Considerações Finais

Carta do Conselho Federal de Psicologia

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRP-06 tem sido forte aliado nas ações implementadas pelo Sistema Conselhos de Psicologia no exercício desses três anos de gestão. As ações realizadas a partir do planejamento estratégico e dos eixos político, administrativo, comunicação, interlocução com a categoria, entidades e participação nos movimentos sociais, além das ações ordinárias que foram concretizadas durante o triênio 2010-2013, engrandeceram a nossa profissão.

Nesses três anos, o CRP SP continuou trabalhando pelos temas importantes para a Psicologia. A Luta Antimanicomial permanece na pauta e diversas ações foram realizadas para defender uma sociedade sem manicômios e o tratamento em liberdade. O CRP SP teve participação ativa nas discussões e denúncias às graves violações de direitos humanos em Sorocaba e região.

A ocorrência de desastres em diversos estados brasileiros, no início de 2011, demandou uma rápida resposta da Psicologia. O CRP SP foi parceiro, juntamente com a Defesa Civil, na organização de oficinas de apoio aos (às) psicólogos (as) que atuaram no atendimento das situações de emergências e desastres no estado.

Ao lado de diversas entidades da sociedade civil, o CRP SP repudiou a ação policial contra usuários (as) de drogas na área central de São Paulo, região conhecida como Cracolândia, em janeiro de 2012. Em conjunto com o CFP, defendeu uma política intersetorial de atendimento aos (às) usuários (as), envolvendo segurança pública, saúde e assistência social.

Ao longo dos últimos anos, o CFP, o CRP SP e os demais Regionais têm trabalhado conjuntamente para a melhoria nas condições de trabalho da categoria, aproximando-se dos sindicatos profissionais e liderando a luta pela aprovação das 30 horas semanais para os (as) psicólogos (as).

Os 50 anos de regulamentação da profissão foram comemorados em grande estilo. A 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia reuniu 30 mil profissionais em São Paulo e mobilizou outros milhares em todo o país. Para a realização desse evento de grande porte, foi essencial o envolvimento do CRP SP, que cuidou de várias frentes da organização e recebeu tão bem os (as) psicólogos (as) brasileiros (as). Antes dela, foi realizada uma exposição itinerante que, organizada em espaços públicos de todos os estados brasileiros, contou a história do cinquentenário.

Em outros temas importantes para a Psicologia na atualidade, temos contado com a fundamental atuação do CRP SP, como no Projeto Direito à Memória e à Verdade; no acompanhamento e nas ações pela não aprovação do Projeto de Lei conhecido como Ato Médico; na Psicologia do Esporte; na Psicologia e Relações Raciais; nas ações em prol da diversidade sexual; entre outros.

O caminho percorrido no triênio foi produtivo e contribuiu para o amadurecimento da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Humberto Verona
Presidente do Conselho Federal de Psicologia

Apresentação

O XIII Plenário do CRP SP despede-se, mas não sem antes apresentar a sistematização de seu trabalho durante a gestão 2010-2013.

Sem pompas e alardes, de maneira diligente, insistente e organizada, tomando como eixo principal as deliberações do VII Congresso Nacional da Psicologia - CNP, criamos e aprimoramos processos de trabalho que permitissem a realização de nossa função de orientar, regulamentar e fiscalizar a profissão, a partir da garantia, da promoção e da defesa dos direitos humanos.

O trabalho de gestão se fez a cada dia, cotidianamente, com muitas pessoas empenhadas: desde as permanentes, como os (as) conselheiros (as), gestores (as) e trabalhadores (as); até as eventuais, como colaboradores (as), especialistas, convidados (as). Assim, tecido com presenças constantes e passageiras, os diferentes temas foram aprofundados e entrelaçados em uma rede que compõe nosso exercício profissional.

À diversidade de condições humanas, de territórios a se considerar e de perspectivas a se descobrir, conjuga-se a complexidade de nossas abordagens, métodos, técnicas e instrumentos. Assim a Psicologia se constitui e se transforma: reiventando-se a partir de acordos éticos e técnicos que produzimos conjuntamente nas várias instâncias democráticas de decisão do Sistema Conselhos.

Este relatório permite várias leituras: na íntegra, por recortes temáticos ou populacionais, por eixos do VII CNP, por publicações, a esmo... A organização foi pensada para provocar o (a) leitor (a) a percorrer os capítulos, sem concentrar-se apenas em uma única área de atuação, pois temos a certeza do enriquecimento de nossa prática quando esta pode se estranhar a partir de outras situações para, então, reencontrar-se mais densa e comprometida com a complexidade da vida como ela é.

Convidamos à leitura. Mais que isso, convidamos à apropriação do CRP SP por parte de psicólogos (as), estudantes, movimentos sociais, agentes de estado, população. O Conselho é o órgão representativo de nossa profissão e para que isso se concretize e legitime constantemente, é preciso ocupar os espaços. Como lembra o poeta João Cabral de Melo Neto:

*A arquitetura como construir portas,
de abrir; ou como construir o aberto;
construir, não comoilhar e prender,
nem construir como fechar secretos;
construir portas abertas, em portas;
casas exclusivamente portas e teto.
O arquiteto: o que abre para o homem
(tudo se sanearia desde casas abertas)
portas por-onde, jamais portas-contra;
por onde, livres: ar luz razão certa.*

Esta gestão, o XIII Plenário, encerra-se aqui, mas o CRP SP continua a se fazer portas, sempre abertas para entrar, habitar, sair, circular e retornar: nosso espaço.

Gestão das Ações Políticas por Projetos Integradores

Anualmente, a partir das diretrizes indicadas no VII Congresso Nacional de Psicologia - CNP realizado em 2010, acontece o Planejamento Estratégico das ações do CRP SP, que reúne todos os (as) conselheiros (as), suplentes e membros das Comissões Gestoras.

Até 2012, o CRP SP articulava suas ações por meio de Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho, que focam sua discussão em temas específicos, pois é dessa forma que se apresentam as demandas da categoria. Porém, era preciso considerar os princípios da integralidade e da intersectorialidade, que visam romper com a produção de respostas isoladas e descontextualizadas às questões humanas, sempre tão complexas e multideterminadas; e também em relação à organização do trabalho em torno das ações políticas do Conselho. Para intensificar este trabalho de forma sistematizada e com o objetivo claro de compartilhar saberes e práticas de cada contexto de ação, promovemos a gestão das ações políticas a partir de PROJETOS INTEGRADORES.

Para facilitar uma visão do conjunto das 188 teses do VII CNP, em 2012, em nosso Planejamento Estratégico, definimos 14 resultados estratégicos, em torno dos cinco Projetos Integradores, caracterizados pela interdisciplinariedade. Essa opção foi feita no sentido de propor ações a partir dos resultados esperados.

Os Projetos Integradores são:

- Interfaces com a Justiça;
- Mundo do Trabalho;
- Democratização e Participação;
- Medicalização, Judicialização e Patologização da vida;
- Proposições para Políticas Públicas.

É preciso destacar que as Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho existentes realizam ações pontuais, mas reportam-se aos Projetos Integradores para que sejam desenvolvidas discussões transversais e proposições de ações mais articuladas e estratégicas.

Mesmo com a implantação deste novo modelo de gestão, ficaram mantidas comissões regimentais: Ética, Orientação e Fiscalização, Concessão de Título de Especialista e Direitos Humanos; e outra, considerada estratégica, Sexualidade e Gênero. Grupos de Trabalho, como o de Povos Indígenas e História e Memória da Psicologia, que servem de referência de atuação para todo o país, também seguem existindo.

A Comissão de Direitos Humanos é de caráter regimental e apresenta-se como eixo fundamental da atuação política do CRP SP, articulando discussões e ações junto a todos os projetos integradores.

A seguir, indicamos os Resultados Estratégicos:

1. Construimos ao menos duas pactuações com os (as) psicólogos (as) que atuam na interface com a justiça visando o compromisso com novas formas de promoção e garantia de direitos para os usuários;
2. Pautamos pelo menos duas áreas de interface do Sistema Conselhos de Psicologia na interlocução com os atores do sistema de justiça;
3. Ampliamos os espaços de diálogo e ações conjuntas efetivas com os (as) usuários (as) do sistema de justiça sobre o acesso e violação dos direitos;
4. Participamos de pelo menos um espaço de articulação e mobilização pelo trabalho decente no estado de São Paulo, contribuindo com a discussão da saúde do(a) trabalhador (a);

5. Evidenciamos pelo menos três formas de organização e gestão do trabalho comprometidas com o enfrentamento das desigualdades sociais;
6. Foi produzida uma minuta técnica sobre o exercício profissional e condições/relações de trabalho do (a) psicólogo (a), envolvendo as instituições parceiras;
7. Otimizamos a estrutura organizacional visando à eficiência e à eficácia das ações ordinárias;
8. Implementamos processos internos, que levaram à melhoria do clima organizacional do CRP;
9. A partir de método/agenda diversificados, foi aumentada a participação de áreas/campos de atuação de psicólogos (as) nos espaços de construção das posições do Sistema Conselhos;
10. Envolvermos o legislativo para chamamento de audiências públicas na ALESP sobre medicalização, judicialização e patologização da vida;
11. Evidenciamos os posicionamentos do CRP SP quanto à medicalização, judicialização e patologização em pelo menos cinco meios de comunicação internos e externos;
12. Foram ampliados campos de influência em políticas em pelo menos dois temas eleitos pelo Sistema Conselhos;
13. Elaboramos e publicizamos pelo menos seis posicionamentos, de forma propositiva, a partir da Psicologia e dos direitos humanos, frente a pelo menos as políticas públicas de saúde, de assistência, de educação e de direitos humanos;
14. Atendemos as demandas consideradas relevantes do Ministério Público, dos conselhos de gestão pública e dos movimentos sociais em até três meses.

O Projeto Integrador Interfaces com a Justiça é marcado pela interdisciplinaridade ao propor intervir nos diversos contextos de atuação profissional do (a) psicóloga (a) interrelacionados com o sistema judiciário. Profissionais das diversas áreas, atuando em distintos serviços atendem solicitações e encaminham demandas ao sistema judiciário. Nesse sentido, além de propor a reflexão sobre referências para a atuação nesse contexto, indicou-se a importância de aprimorar a interlocução com o sistema de justiça. A autonomia de trabalho do (a) psicólogo (a) e a ampliação da participação popular na denúncia de violações, na luta pela promoção de direitos e no controle social compõem os objetivos desse projeto.

O Projeto Integrador Mundo do Trabalho propõe intervir sobre as condições e relações de trabalho de psicólogos (as) nos diversos contextos de atuação para aprimorar a qualidade da oferta de serviços à população nas áreas e serviços onde atua o (a) psicólogo (a). O desenvolvimento das ações do CRP SP em relação às condições de trabalho do (a) psicólogo (a) é aqui contextualizado pelo posicionamento em defesa de condições de trabalho adequadas para toda a população, resguardando a saúde do (a) trabalhador (a). Entende-se que é preciso aumentar o intercâmbio da ciência e da Psicologia com outros (as) protagonistas mobilizados (as) pelos direitos dos (as) trabalhadores (as). Igualmente é importante valorizar novas formas de gestão e organização do trabalho na sociedade atual.

Já o Projeto Democratização e Participação propõe ampliar o alcance do trabalho do Conselho junto aos (às) profissionais e sociedade. Aqui é enfatizada a importância em diversificar as estratégias de interlocução e aumentar sua aproximação com a categoria. O

aprimoramento do funcionamento administrativo, com adequação de sua infraestrutura, sua dinâmica de funcionamento é indicado como fundamental para garantir condições mais adequadas de prestação de serviços aos (às) usuários (as).

Medicalização, Patologização e Judicialização é um Projeto Integrador que tem por objetivo identificar e enfrentar práticas e propostas que se fundamentem na lógica da redução de conflitos sociais a aspectos do indivíduo. Para tal, considerou-se estratégico intensificar as ações junto ao poder legislativo por meio do chamamento de audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP e ampliar a divulgação dos posicionamentos do CRP SP sobre medicalização da vida, judicialização e patologização de identidades sexuais e de gênero.

O Projeto Integrador Proposições para Políticas Públicas articula as ações do CRP SP nas diversas áreas para a ampliação de campos de influência nas políticas e, promoção e apoio às intervenções de caráter propositivo nas diversas políticas públicas em consonância com o compromisso social da Psicologia.

As ações do CRP SP foram planejadas em uma etapa estadual e outra regional. Em nível estadual houve a reunião dos (as) conselheiros (as) e membros de comissão gestora de todas as subsedes para indicar prioridades e estratégias. Na sequência, a etapa regional aconteceu localmente, em cada subsede, com sua Comissão Gestora. Portanto, as ações de âmbito estadual tratam de demandas de amplo impacto, elas podem ocorrer em qualquer das dez regiões onde, pela temática ou histórico, for mais estratégico. Algumas vezes, a ação estadual é planejada conjuntamente e realizada em cada subsede.

O planejamento estratégico das ações políticas inclui o planejamento orçamentário de cada Projeto Integrador e de cada subsede, sendo referendado em plenário, de modo que a gestão financeira se faz mais autonomamente, reportando-se sempre aos resultados estratégicos e acordos sobre diretriz política. Qualquer alteração que não esteja no escopo dos Projetos Integradores é decidida no plenário.

Este Relatório da Gestão do CRP SP, que envolve o período de 2010 a 2013, com caráter de prestação de contas do VII Congresso Nacional de Psicologia, foi organizado em três eixos:

Eixo 1 – Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos;

Eixo 2 – Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional;

Eixo 3 – Diálogo com a sociedade e o Estado.



EIXO 1

**Aperfeiçoamento Democrático
do Sistema Conselhos**

As teses que compõem este eixo se referem à organização de formas democráticas da estrutura e funcionamento do Sistema Conselhos de Psicologia. Aqui o CRP SP dá sequência a uma série de investimentos que o coletivo de psicólogos (as) faz há quase duas décadas na gestão do Sistema Conselhos, a partir do pressuposto de que pensar a profissão não pode ser tarefa de poucos (as), mas deve ser sempre realizado a partir da consulta e da participação de toda a categoria.

O Projeto Integrador Democratização e Participação propõe, como Resultado Estratégico, o aumento da participação dos (as) psicólogos (as) em ações e construção de posicionamentos. Para isso, foi ampliado o processo de regionalização, intensificando as atividades nas subseções e cidades-pólo:

A partir de método/agenda diversificados, aumentou a participação de áreas/campos de atuação de psicólogos (as) nos espaços de construção das posições do Sistema Conselhos.

Ampliação do Processo de Regionalização

645 municípios e 77 mil psicólogos (as): com essas dimensões muitas são as realidades, contextos, demandas e possibilidades para o CRP SP. Por isso, a necessidade de se investir em processos de regionalização de suas ações como estratégia importante de aproximação com a categoria, que implica um crescente conhecimento e aproximação com diferentes realidades. Hoje, o CRP SP conta com nove subseções, formadas por Comissões Gestoras distribuídas nas regiões de Assis, Baixada Santista e Vale do Ribeira, Bauru, Campinas, Grande ABC, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Sorocaba – inaugurada nesta gestão – além da região metropolitana de São Paulo.

Dessa forma, tem-se ampliado a descentralização de serviços oferecidos à categoria. A entrega de Carteira de Identidade Profissional - CIP, além das nove subseções, ocorre em outras cidades das nove regiões, como nas cidades de Presidente Prudente, Botucatu, Araçatuba e Piracicaba. Da mesma forma, as subseções de Bauru e Campinas realizam atendimento descentralizado mensal nas cidades de Botucatu, Araçatuba e Piracicaba, com atendimento administrativo e orientações éticas efetuadas por um (a) gestor (a).

Foram realizadas diversas atividades relacionadas ao aprimoramento e orientação do exercício profissional em outras cidades além daquelas das subseções, como, Dracena, Registro, Guararapes, São Miguel Arcanjo, Leme, Cruzeiro, Fernandópolis e Santa Fé do Sul.

A utilização de espaços além dos da subseção e a realização de atividades em parceria com outras instituições, articulando a realização de atividades também em locais públicos, como praças, teatros, câmaras municipais, universidades, também favoreceu a aproximação com a categoria nesta gestão.

Particularmente em relação à formação de psicólogos (as), principalmente no interior paulista, houve a consolidação de parcerias com as universidades da região de cada subseção e a realização de várias atividades com coordenadores (as), professores (as) e estudantes do curso de graduação de Psicologia.



Aprimoramento e orientação do exercício profissional

As atividades de âmbito estadual com temas de importância estratégica, ocorreram em ciclos de discussões em todas as subsedes. Por exemplo, Oficina de Produção de Documentos Escritos; Rodas de Conversa Psicologia e Interface com a Justiça: Prática Profissional e Garantia de Direitos; Oficinas de Multiplicadores (as) em Direitos Humanos; Oficinas sobre Psicologia Organizacional e do Trabalho e Recursos Humanos: estratégias para a atuação profissional.



Parcerias com as universidades

Por outro lado, a região metropolitana também tem especificidades que não se identificam totalmente com as demandas de âmbito estadual. Dessa forma, é desafio para a próxima gestão que esta localidade seja cuidada de forma distinta e que as proposições estaduais não se sobreponham sempre às regionais.

Todas as subsedes realizaram atividades reflexivas sobre a atuação profissional do (a) psicólogo (a) referente a datas comemorativas que dialogam com as diretrizes coletivas, consideradas centrais em seus desafios atuais, como o Dia da Educação Inclusiva, Dia de Luta contra a Medicalização, Luta Antimanicomial e Dia do (a) Psicólogo (a).

No planejamento estratégico, realizado anualmente, delineiam-se diretrizes para orientar as ações do CRP SP em âmbito estadual e regional. A partir da construção de Re-

sultados Estratégicos, isto é, resultados fundamentais a se alcançar ao longo da gestão, pode-se também analisar demandas específicas a serem cuidadas por cada região. Ao longo de cada ano, novas demandas puderam ser incorporadas, mantendo o Conselho atento a mudanças em contextos de inserção da Psicologia.

O planejamento estratégico das ações políticas inclui o planejamento orçamentário de cada subsede, referendado em plenário, de modo que a gestão financeira se fez mais autonomamente pelas subseções reportando-se sempre aos resultados estratégicos à previsão orçamentária. Qualquer alteração que não esteja no escopo do Planejamento Estratégico é decidida no plenário.



Planejamento estratégico e orçamentário nas regiões

A realização sistemática do Fórum de Gestores (as), com periodicidade trimestral, consolidou o espaço de alinhamento técnico e político em torno das temáticas relacionadas à orientação e fiscalização, princípios e procedimentos da Comissão de Ética, e de inserção da Psicologia. Esse espaço foi privilegiado para favorecer a análise do monitoramento das ações políticas, construção de indicadores e articulação entre os Projetos Integradores.

Os Anos Temáticos, propostos pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP, consolidaram-se como momentos centrais para que a Psicologia discutisse temas de importância para a profissão. Envolver a categoria em todas as regiões do Brasil e do estado de São Paulo para a reflexão sobre a avaliação psicológica como um processo complexo, no qual os Direitos Humanos devem ser garantidos, bem como os princípios éticos e técnicos da profissão, é fundamental. Nessa gestão houve o Ano Temático da Avaliação Psicológica.

Comunicação e Regionalização

A política de comunicação tem sido importante para favorecer uma maior aproximação do CRP SP com a categoria, com a ampliação de linguagens e estratégias.

A transmissão, via web, em tempo real das atividades de âmbito estadual, promovidas na capital, possibilitou a interação com a categoria. A posterior postagem do vídeo no site do CRP SP intensificou o acesso da categoria aos conteúdos discutidos nos eventos realizados pelo Conselho em todo o estado.

Com o objetivo de intensificar e capilarizar o trabalho da comunicação junto às subseções, esta gestão ampliou o Grupo de Trabalho de Comunicação, integrando também representantes das subseções. Assim, buscou-se padronizar e melhorar a comunicação

produzida na sede e nas subdeses, resultando na realização de boletins informativos bi-mensais em cada região, com notícias locais e estaduais, possibilitando maior visibilidade e acesso a assuntos e atividades de interesse da categoria.



Além da aproximação com os (as) psicólogos (as) de todo o estado, o envio das informações do Boletim para parceiros (as) favoreceu a aproximação e/ou fortalecimento de ações integradas com a Defensoria Pública, Ministério Público, Secretaria das diversas políticas públicas: Assistência Social, Saúde dentre outras.

Cada uma das nove subdeses possui agora uma área específica no site, na qual é disponibilizada toda a programação de eventos da região por meio da Seção AGENDE-SE. Esta forma de organização facilitou o acesso da categoria de distintas regiões do estado aos eventos de sua subseção.



Orientação, Fiscalização e Condução de Processos Éticos em Âmbito Regional

É por meio da regionalização da Comissão de Orientação e Fiscalização - COF, que o CRP SP pode ampliar a aproximação de ações desta área com o dia a dia dos (as) 77 mil psicólogos (as) em todo Estado de São Paulo, estando atento a especificidades de cada região, contribuindo de maneira considerável para o cumprimento dos objetivos da Autarquia.

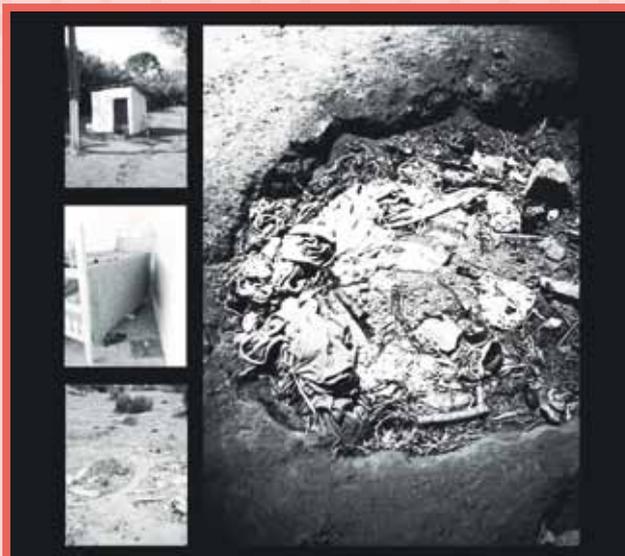
Entre os avanços, é importante também reconhecer que as subsedes alcançaram maior eficácia e eficiência no trato de atividades ordinárias do Conselho, como as orientações aos (às) psicólogos (as) da região, por telefone, e-mail, pessoalmente, em entrega de CIP e outras atividades. Para isso, foi realizada a contratação, por meio de concurso, de psicólogos (as) assistentes técnicos (as) em todas as subsedes. Esses (as) profissionais realizam ações de orientação e fiscalização em âmbito regional, a fim de garantir a atuação profissional com qualidade ética e técnica para a população, a partir da articulação do funcionamento integrado das equipes, com suas coordenações responsáveis pelo alinhamento e padronização entre atendimento em todo o estado e realização de atividades integradas.



Atividade da COF realizada no auditório da sede do CRP SP

Atuação da Comissão de Orientação e Fiscalização

As ações políticas que a Comissão de Orientação e Fiscalização - COF realizou nesta gestão foram fundamentais para o avanço, tanto de procedimentos internos, quanto na relação com outras Instituições, em especial a parceria que a Autarquia firmou com Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CONDEPE, Conselho Regional de Medicina de São Paulo - CREMESP, entre outras. Assim, tem-se também ampliado a presença do CRP SP como referência para demandas de fiscalização em casos de violação de Direitos Humanos. Em Sorocaba, por exemplo, considerando o contexto atual, ainda é um desafio a intensificação das orientações aos profissionais e das fiscalizações, especialmente, nos espaços de internação.



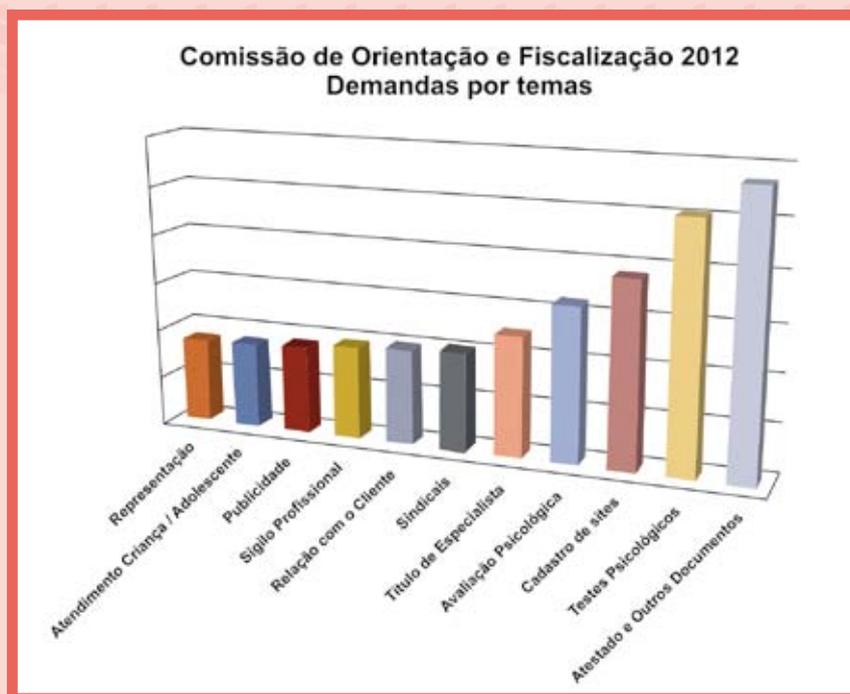
Violações aos direitos humanos foram detectadas em diversas instituições

Também foi firmada importante colaboração com o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN SP, visando a melhoria na atuação e qualificação do (a) psicólogo (a) no contexto do trânsito.

Com relação aos trâmites internos houve avanços na implementação dos procedimentos entre a COF (avaliação técnica) e o Setor de Atendimento em várias demandas, prioritariamente em relação à análise de inscrições de Pessoa Jurídica junto ao CRP. Também nesta gestão a COF instituiu o procedimento de orientação ao Responsável Técnico das Comunidades Terapêuticas - CTs que se inicia com a solicitação de inscrição no Conselho, fiscalização à Instituição e, a partir de relatório elaborado pela equipe técnica e aprovado em COF, são definidos critérios para eventual indeferimento da inscrição dessas CTs, com o objetivo de verificar se a qualidade técnica e ética do trabalho oferecida pelo (a) psicólogo (a) estaria sendo executada/respeitada, bem como se as condições destes locais garantiriam os direitos de seus (as) usuários(as).

Dados Estatísticos - COF					
ESTADUAL (todas as regiões) CRP/SP					
GESTÃO: 2010-2013					
AÇÕES	2010	2011	2012	2013 (janeiro a agosto)	TOTAL POR PROCEDIMENTO
Fiscalizações	248	418	472	377	1515
Retornos de fiscalizações	46	75	84	62	267
Orientações com Conselheiro (a)/ Gestores (as) da Subsede	137	124	122	57	440
Orientações por telefone	7353	7124	7216	4070	25.763
Orientações por- email	4833	3242	3237	1617	12.929
Orientações pessoais	342	381	470	339	1.532
TOTAL DE AÇÕES ESTADUAL POR ANO	12.959	11.364	11.601	6.522	42.446

Obs: Os dados de 2010 e 2011 estão incompletos, pois não havia sistema informatizado de registro no interior e não foram computados nesta tabela.



Foi realizada a revisão do Manual de Orientação para psicólogos (as), cuja versão integral está disponível no site do CRP SP para consulta e download.

Houve uma iniciativa importante de criação de estratégias de divulgação das documentações legais dos Conselhos Federal e Regionais, com o envio dos fichários com as Resoluções para toda a categoria. O Fale Conosco tem sido sistematicamente aperfeiçoado, também em relação às demandas de Orientação, com a organização de legislação pertinente às diversas áreas de atuação e ética do exercício profissional.

Atuação da Comissão de Ética

A Comissão de Ética recebeu, no período dessa gestão, 328 representações, onde se observou um aumento.

Foram realizadas 70 Plenárias Éticas, que apreciaram 347 Pareceres de procedimentos disciplinares éticos em fase preliminar - PDE FP e 169 Pedidos de Reconsideração, tendo sido instaurados 158 processos éticos. Foram realizadas 80 Plenárias de Julgamento, que apreciaram 180 processos.

Esses números refletem o empenho da Comissão de Ética em reduzir os prazos dos trâmites processuais e ampliar os (as) membros da COE, contemplando colaboradores (as) de todas as regionais do CRP e ampliando as Comissões de Instrução instituídas (inclusive em algumas subsedes). A qualificação de psicólogos (as) colaboradores (as) e pessoal administrativo nas subsedes foi uma ação importante para regionalização de Comissão de Instrução.

Oitivas (Sede/ Subsedes)	2012	2013 Até 16/08/13
Sessões de Oitivas (incluindo as Subsedes)	114	94

Por outro lado, de 347 procedimentos disciplinares éticos - PDEs analisados, foram instaurados 158 processos éticos, o que indica que aproximadamente 55% das representações vem sendo arquivadas em fase preliminar, por não haver indícios de infração ética.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL 2010/2013
Processos em tramitação (PDE E PE)	336	341	397	386	385	356	340	1467
Representações recebidas no ano (PDE)	65	74	83	92	85	93	70	340
Representações apreciadas em Plenária (PDE)	48	81	118	72	99	75	67	313
Julgamentos realizados (PE)	26	25	34	35	55	66	29	180
• Censuras Públicas	6	7	7	9	10	08	11	38
• Advertências	16	15	22	15	27	37	05	84
• Arquivamentos	3	2	3	8	16	17	03	44
• Suspensão do Exercício Profissional por 30 dias	1	0	0	1	-	2	-	3
• Multa conf. Art. 55 - Decreto 79.822/77	0	0	1	1	-	-	-	1
• Cassação do exercício profissional	0	1	1	1	2	1	-	4
• Conversão em Diligência e outros	0	0	0	0	-	1	-	1

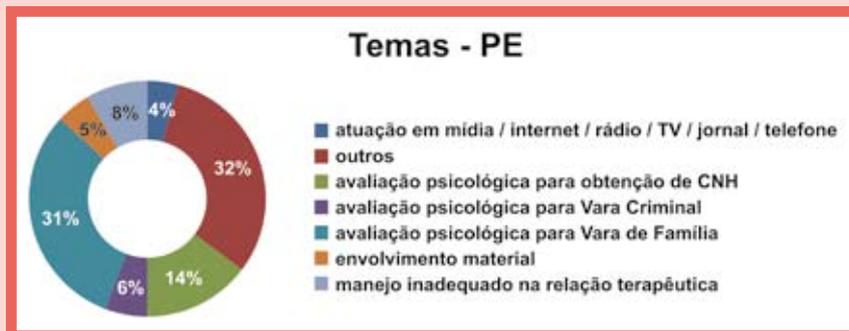
Em agosto de 2013 tramitavam na Comissão de Ética, 203 procedimentos disciplinares éticos - PDE em fase preliminar. A análise qualitativa desses PDE indica predomínio do questionamento quanto à realização de avaliação psicológica e de documentos emitidos por psicólogos (as), destinados sobretudo a processos judiciais na Vara de Família. O CRP SP vem concentrando esforços para minimizar esta tendência por meio de ações de orientação aos (às) psicólogos (as) e, com isso, foi observada uma redução de novas representações com esta temática.

Nos últimos dois anos houve um aumento de incidência de representações em face de psicólogos (as) que atuam em Comunidades Terapêuticas, que vem sendo averiguados quanto à suposta violação de direitos humanos ou convivência, além de ausência de prontuários, projeto terapêutico individualizado e sigilo no atendimento. O CRP SP detectou diminuição nas denúncias sobre a atuação do (a) psicólogo (a) no contexto do trânsito.

Em agosto de 2013 tramitavam, na Comissão de Ética, 152 processos éticos, distribuídos nos locais de atuação, temas e subtemas conforme gráficos abaixo:



Consultório: atuação como pessoa física/autônomo; Clínica: atuação como pessoa jurídica. Outros: 2% Abrigo, 2% Comunidade Terapêutica, 2% Fundação Casa, 2% Porte de Armas, 2% Sistema Prisional, 1% Consultoria, 1% Hospital, 1% Hospital Psiquiátrico, 1% ONG, 1% Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, 1% Escola de Vigilantes, 1% Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos da Infância - CRAMI e 1% Escola.



Outros: 3,3% Avaliação Psicológica para Vara da Infância e Juventude, 2,6% Agressão/ Abuso/Maus Tratos, 2,6% Avaliação Psicológica para Obtenção de Porte de Arma, 2,6% Equipe de Psicólogos (as)/Multidisciplinar/Multiprofissional, 2,6% Prática Não Regulamentada, 2,6% Produção de Documentos Escritos, 2,6% Publicidade em Meios de Divulgação, 2% Convivência com Agressão/Abuso/Maus Tratos, 2% Quebra de Sigilo, 1,3% Envolvimento Amoroso/Pessoal, 1,3% Avaliação Neuropsicológica, 1,3% Recursos Humanos e Saúde do (a) Trabalhador (a), 1,3% Testes Psicológicos, 0,7% Avaliação Psicológica para Concurso, 0,7% Devolutiva, 0,7% Encaminhamento, 0,7% Preconceito e Discriminação e 0,7% Prontuário.

Os principais questionamentos dos processos éticos referentes a testes psicológicos são: uso de testes sem parecer favorável do CFP, uso de material não original, aplicação e mensuração em desacordo com os Manuais Técnicos e, eventualmente, acesso de material privativo a não-psicólogos (as). Persistem questões relativas à quebra de sigilo devido à disponibilização de informações a terceiros e inadequação do local de atendimento.

A partir da análise qualitativa dos procedimentos disciplinares éticos e dos processos éticos, a Comissão de Ética vem paulatinamente construindo um lugar também educativo e preventivo, apontando desafios para o aprimoramento do exercício profissional. Assim, tem-se buscado a proposição de ações específicas em relação a temáticas citadas junto à categoria, com destaque para as ações de orientação e fiscalização pela COF de psicólogos (as) que

atuam em comunidades terapêuticas. Além disso, essas informações estiveram presentes no PSI por meio de publicação de matérias na editoria Questões Éticas, além do box ético contendo síntese dos processos e penalidades.

Foi realizado estudo pela Comissão de Ética do CRP SP sobre a implantação de Mediação/Conciliação em processos éticos no Sistema Conselhos e apresentação da temática na Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras - APAF e como proposta que foi aprovada no VIII CNP.

Comunicação com a Categoria



Agilidade, conectividade, diversidade: essas foram as marcas da política de comunicação do CRP SP na última gestão, a partir da qualificação e ampliação dos meios de comunicação com a categoria, como o jornal, site e boletins eletrônicos, e com a ampliação da equipe responsável.

Atingindo a tiragem de 78 mil exemplares, o PSI, publicação do CRP SP, tem como objetivo levar assuntos fundamentais para a atuação do (a) psicólogo (a), sempre buscando orientar a atuação da categoria nos mais distintos âmbitos.

O Boletim Eletrônico quinzenal teve sua periodicidade regularizada e se consolidou como uma ferramenta importante de divulgação de informações. A ferramenta também foi organizada por seções/editorias (notícias, rápidas, agenda, no site, imprensa), além da abertura de seções específicas, como Mostra Nacional, Congresso Nacional de Psicologia e Processo Eleitoral. Os boletins são enviados por e-mail para todos (as) os (as) psicólogos (as) do estado e estão disponíveis no site. Para garantir o alcance de toda a categoria, tem-se investido sistematicamente na atualização e correção dos e-mails no mailing.

A ampliação da comunicação também se deu por meio da utilização de mídias sociais. O CRP SP criou uma página no Facebook, interligada a nosso site, na que é possível a divulgação de matérias e de eventos, possibilitando mais agilidade e interatividade com o(a) psicólogo(a). Até o fechamento deste relatório, a página contabilizava o alcance de mais de 19 mil pessoas.

Muitas foram as alterações no site da Autarquia. Com um novo layout, que facilita a navegação, a página na internet passou a disponibilizar publicações, materiais e grande parte dos eventos realizados no CRP. A seção Fale Conosco, reformulada, possibilita, por exemplo, que as solicitações de orientações profissionais sejam distribuídas para cada subsede e respondidas pelos (as) assistentes técnicos (as) da região, garantindo uma maior agilidade nas respostas.

Ao mesmo tempo, temos investido em estratégias que busquem o feedback de nossas ações, de forma a conhecermos o impacto promovido junto aos (às) psicólogos (as) e à sociedade. Uma nova metodologia de avaliação dos eventos realizados iniciou sua fase experimental. A articulação com o CFP, tendo em vista o atendimento das demandas encaminhadas para sua ouvidoria, é um passo preliminar à criação de uma ouvidoria própria do CRP SP.

Em síntese, houve avanços quantitativos e qualitativos com relação à comunicação do CRP com a categoria e com a sociedade, porém é preciso prosseguir nas melhorias, ampliando e tornando mais efetivos os canais de interatividade com os (as) psicólogos (as).

O CRP SP tem apoiado amplamente as campanhas de recadastramento do CFP, o Sistema de Cadastro Nacional de Psicólogos (as), um serviço virtual, que tem como objetivo unificar os dados dos (as) profissionais inscritos (as) em todos os Conselhos Regionais, possibilitando uma base confiável e segura de dados nacionais. O cadastro nacional também fornecerá um maior conhecimento da categoria sobre o perfil dos (as) profissionais no Brasil e ampliará possibilidades de comunicação a partir de suas áreas de interesse.

Dia do Psicólogo e 50 Anos da Psicologia no Brasil

Dia 27 de agosto é um dia muito importante para a Psicologia. Data em que a profissão foi regulamentada, momento para celebrar e, com leveza, juntar potências para o enfrentamento dos novos desafios. Assim, em comemoração ao Dia do (a) Psicólogo (a), no ano de 2011 foram realizados saraus em todas as subsedes com a participação de psicólogos (as), que apresentaram seus trabalhos artísticos.



Os (as) pioneiros (as) da Psicologia em SP foram homenageados (as) nas comemorações do Dia do Psicólogo de 2012



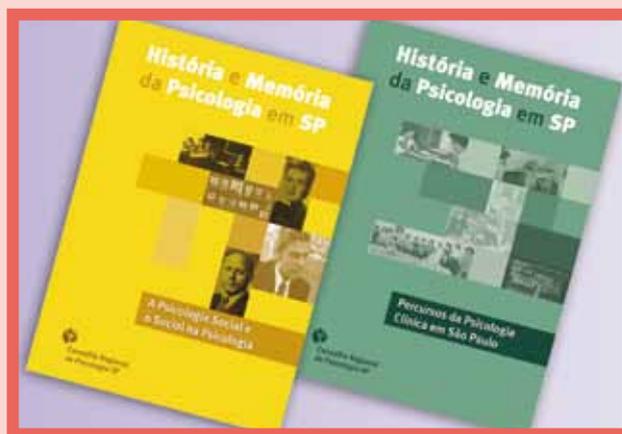
Projeto Integrador: Democratização e Participação

Dia do Psicólogo nas diversas regiões do estado



Já em 2012, ano em que a Psicologia comemorou 50 anos de regulamentação no país, os (as) protagonistas foram os (as) primeiros (as) profissionais registrados no Conselho, dentre eles, os (as) primeiros (as) presidentes (as) do Conselho, homenageados (as) em todo o estado, por terem contribuído para a construção e a articulação do CRP em São Paulo. Na capital, também foi veiculado um teaser na rede Cinemark de cinema e um anúncio no Jornal Destak, distribuído gratuitamente na cidade. A Autarquia também participou de programa sobre o Dia do (a) Psicólogo (a) na RDTV de Santo André.

Em torno da comemoração dos 50 anos de regulamentação da profissão, o CRP SP apresentou à categoria registros do processo histórico da Psicologia, com o objetivo de criar condições para a ampliação do campo de reflexão sobre a função social do (a) psicólogo (a) e possibilitar maior aprofundamento quanto às práticas profissionais. Assim, o Grupo de Trabalho História e Memória da Psicologia teve por objetivo resgatar e preservar a memória da área, estendendo e atualizando suas ações. O Projeto Memória da Psicologia em São Paulo, que produz documentários em vídeos, registrando a trajetória de alguns (algumas) profissionais pioneiros (as) no estado, bem como de diferentes áreas da Psicologia produziu, nesta gestão, dois novos volumes: Percursos da Psicologia Clínica em São Paulo e História da Psicologia Social em São Paulo.



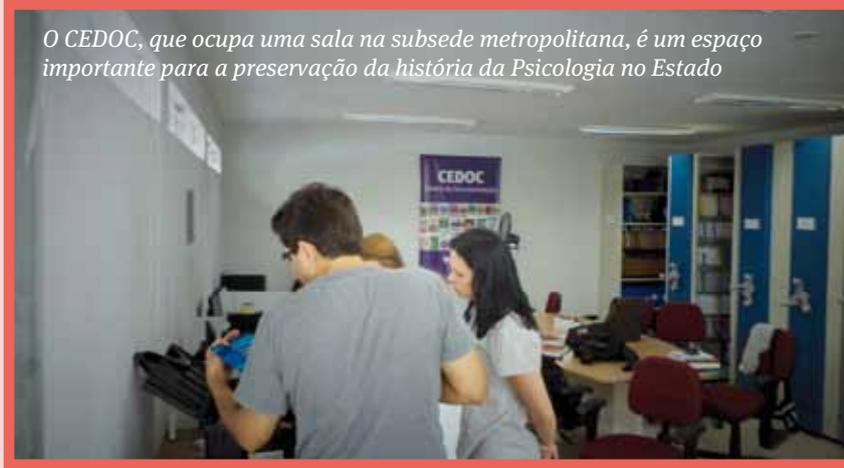
O Projeto Linha do Tempo da Psicologia no Brasil e a Galeria dos Pioneiros da Psicologia no Estado de São Paulo foram ampliados e disponibilizam dados históricos sobre a constituição da Psicologia, como ciência e profissão, propiciando mais conhecimento sobre a constituição histórica das práticas e contribuindo para uma reflexão crítica sobre a história da profissão.



Arrigo Leonardo Angelini, o inscrito número 1 no estado e Waldecy Alberto Miranda, o primeiro a ocupar a presidência do CRP SP

O Centro de Documentação do CRP SP - CEDOC, inaugurado em setembro de 2010, ganhou expressão nesta gestão com a contratação do bibliotecário por meio de concurso público. Muitos foram os avanços: organização do acervo, difusão da informação e o importante registro do CEDOC junto ao Conselho Regional de Biblioteconomia (8ª região) de São Paulo. Sua informatização favorecerá o gerenciamento do banco de dados para consulta in loco ou online.

O CEDOC, que ocupa uma sala na subsede metropolitana, é um espaço importante para a preservação da história da Psicologia no Estado



Consolidação das Atividades do CREPOP



As atividades do CREPOP auxiliaram na construção de documentos de referência para a atuação da categoria

O CREPOP SP, a partir dos princípios norteadores construídos pelo CREPOP Nacional, investiga a atuação profissional dos (as) psicólogos (as) nos diversos campos, convidando-os (as) a contribuir com a discussão e aprofundamento de cada tema de pesquisa por meio de atividades nas dez regiões do estado. Há preocupação com o aperfeiçoamento de sua metodologia para favorecer a maior participação da categoria. Além de questionários on-line, são realizadas reuniões e entrevistas em várias subsedes. O CREPOP SP cumpriu todas as atividades indicadas em âmbito nacional, tais como o georeferenciamento da atuação dos (as) psicólogos(as), a produção de relatórios das pesquisas e o lançamento de referências.

Nesta gestão, o CREPOP em âmbito nacional e também em São Paulo iniciou 07 novas pesquisas sobre o trabalho do (a) psicólogo (a): Diversidade Sexual, Políticas Públicas de Esporte, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Serviços Hospitalares, Políticas Públicas para a População Idosa, Políticas Públicas de Segurança Pública, Políticas Públicas para a População de Rua.

Por meio da Consulta Pública, a metodologia do CREPOP permite maior participação dos (as) psicólogos (as) na construção dos instrumentos que se constituirão em referências para sua atuação em programas e unidades de serviços públicos. Nesta gestão, foram realizadas consultas públicas sobre o documento de referência para atuação profissional em

cinco temas: Educação Básica, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência de Gênero, Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

As ações desenvolvidas contribuíram para o fortalecimento do caráter participativo da construção das referências de atuação profissional nas políticas públicas. Foram elas: a intensificação das atividades e parceria com as subsedes; articulação de ações relativas às pesquisas e elaboração de referências técnicas com os Projetos Integradores; realização de análises transversais de alguns documentos de referência nas áreas de Saúde e Assistência Social; divulgação e esclarecimento sobre CREPOP para os (as) novos (as) profissionais de Psicologia na entrega de Carteira de Identidade Profissional - CIP; e parceria com a Comissão de Orientação e Fiscalização - COF para análise e produção de documentos para serem utilizados como recursos de gestão.

Foram realizadas duas edições do Seminário Regional sobre Políticas Públicas. O segundo como evento preparatório gerando propostas apreciadas no Congresso Regional da Psicologia - COREP e no Congresso Nacional da Psicologia - CNP.

Dessa forma, considerando os objetivos propostos para a gestão do triênio 2010-2013, pode-se dizer que o CREPOP avançou, pois além das atividades planejadas pelo CREPOP Nacional, sua ação em São Paulo contribuiu para intensificar os debates relativos às Políticas Públicas em suas especificidades locais e subsidiou as discussões da agenda do CRP SP.

Gestão Financeira

As Assembleias Orçamentárias aconteceram com frequência semestral, para prestação de contas da posição econômica e financeira, discussão ampla dos valores das anuidades e taxas e avaliação das propostas para aquisição de imóveis para a nova sede do CRP SP. As Assembleias Orçamentárias foram transmitidas via web e os encaminhamentos decorrentes publicados nos meios de comunicação (jornal e site), atendendo ao princípio da transparência.

Aprimoramos a regulamentação dos apoios e ampliamos as atribuições da Comissão de Auditoria e Controle Interno. Os apoios feitos pelo CRP SP estão disponíveis no portal da transparência do site do CRP SP e são apresentados e aprovados em Plenária.

Apoiamos o Fique Legal com a profissão, campanha que incentiva a regularização dos (as) inscritos (as) com anuidades de 2011 e 2012 em atraso, dispensando o pagamento de eventuais multas ou juros.

Foi iniciada, junto à Justiça Federal e aos (às) psicólogos (as) do estado de São Paulo, o Programa de Conciliação que favoreceu a regularização financeira de psicólogos (as) que se encontravam em execução fiscal, propiciando negociação favorável para a quitação dos débitos. Esse programa foi realizado com base nas diretrizes da lei 12.514/11 que indica a autonomia administrativa dos Conselhos de profissão e possibilita a recuperação de seus créditos a partir dos critérios de cobrança estabelecidos.

Houve a divulgação das deliberações da Assembleia de Políticas de Administração das Finanças - APAF, realizada em maio de 2012, onde foi decidido que psicólogos (as) que tenham finalizado o curso em até dois anos terão direito a desconto ao se inscreverem pela primeira vez no CRP SP.

Transparência da Gestão Pública

Recentemente, foi lançado o portal da transparência no site do CRP SP. Este sistema possibilita que qualquer pessoa tenha acesso às informações do Conselho, conforme Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7724/2012. Com esse sistema é possível ter acesso a informações da Autarquia, bem como o acompanhamento, por meio de um número de protocolo, da resposta ao seu pedido de informação. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

Nele constam informações sobre:

- Gestão administrativa e financeira com o planejamento estratégico na íntegra, as atas das plenárias, as prestações de contas e relatórios dos apoios efetivados;
- Gestão do trabalho com informações sobre quantidade de funcionários (as) e sua distribuição nos setores, o regime de contratação e acordo coletivo de trabalho, os editais dos concursos realizados e o planejamento administrativo;
- Dados estatísticos sobre inscrições no CRP SP, orientações e fiscalizações realizadas, denúncias recebidas e processos éticos instaurados e plenárias realizadas.



A realização conjunta do planejamento administrativo e estratégico das ações políticas com previsão orçamentária para as ações estaduais e regionais de cada subsele, processo pactuado por todo o plenário, possibilitou avançar na gestão administrativa e financeira participativa a partir de monitoramento e indicadores dos aspectos estratégicos do funcionamento da Autarquia.

Otimização da Estrutura Organizacional

No Projeto Integrador Democracia e Participação foi considerado estratégica a otimização da estrutura organizacional e a implementação de processos internos para melhoria do clima organizacional. Esses são processos com resultados em médio prazo e que exigem um investimento na mudança do modelo de gestão administrativa, iniciada nesta gestão.

Foi otimizada a estrutura organizacional visando à eficiência e à eficácia das ações ordinárias

Se implementaram processos internos que levaram à melhoria do clima organizacional do CRP

O quadro funcional do CRP SP foi ampliado, por meio da realização de Concurso Público sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas. Para aprimorar o trabalho de forma integrada, com o fortalecimento da atuação de supervisores (as) e coordenadores (as), foi realizado um curso de liderança e coaching individual e grupal, que se desdobrou em encontros mensais a partir de março de 2013.

A revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS instaura mudanças profundas na dinâmica interna que colaboram para uma transformação no modelo de gestão

do trabalho que poderá se concretizar nos próximos anos. A revisão do PCCS adequou o organograma à nova realidade do CRP, mais complexa, com número ampliado de trabalhadores (as) e novas funções. Também os cargos foram reorganizados, de forma a possibilitar mobilidade interna do quadro de profissionais, resguardando a especificidade de cada função, o que era reivindicado por vários segmentos. A reorganização dos cargos foi feita com a perspectiva de progressão horizontal e vertical para todos (as) que tiverem bom desempenho profissional.

O modelo de Avaliação de Desempenho também foi discutido junto aos (às) trabalhadores (as), sendo indicado novo modelo com diretrizes que superem os problemas existentes.

O CRP SP realizou um planejamento estratégico administrativo em 2010 e 2012. A partir das diretrizes indicadas pela gestão, foi desencadeado um processo de planejamento que contou com a colaboração de todos os (as) funcionários (as). Essa prática ainda está se consolidando no CRP SP e instaura um novo modo de relação das equipes com o trabalho.

O Planejamento Estratégico Administrativo foi realizado também nas subsedes, articulado pelas coordenações, que visitaram e discutiram novas formas de organização e monitoramento do trabalho local, subsidiando a ampliação do processo de regionalização.

A comunicação interna foi providenciada e está em uso uma agenda compartilhada de compromissos e eventos, o que significou uma melhoria importante na organização interna do trabalho e maior integração entre os departamentos do Conselho.

Em 2011 foi realizada Pesquisa de Clima Organizacional junto aos (às) funcionários (as) do CRP SP, cujos resultados indicaram várias ações que foram desenvolvidas ao longo dos anos seguintes. Como fruto da Pesquisa Organizacional sobre Clima, o boletim interno *Cá entre Nós*, foi criado no começo de 2013, com o objetivo de ser uma ferramenta de comunicação entre os (as) colaboradores (as) que atuam na sede, em São Paulo, e nas nove subsedes do interior e litoral. O boletim traz informações sobre os diferentes departamentos que compõem o Conselho, além de informações da gerência e diretoria. Ao intensificar a comunicação interna, o CRP SP entende que a relação com a categoria também fluirá melhor.

Reformas, melhorias e adequação do mobiliário do CRP SP na capital também foram realizadas, além do início do funcionamento da subsele metropolitana, localizada na rua Oscar Freire, 1800, destinada às atividades internas do CRP SP. Apenas o Centro de Documentação do CRP SP - CEDOC, que está alocado na subsele metropolitana, constitui-se como um espaço de atendimento à população e à categoria que deseja pesquisar sobre a história e a memória da Psicologia em São Paulo.

Algumas subsedes também sofreram reformas. Conforme deliberado na Assembleia Orçamentária, tiveram adequações os prédios das subsedes de Bauru, São José do Rio Preto, com inauguração do auditório, e Ribeirão Preto em fase de acabamento.

Fundamental para o aperfeiçoamento das atividades ordinárias do CRP SP foi a introdução e consolidação de novo sistema informatizado para registro da tramitação de processos éticos e dos procedimentos de orientação e fiscalização.

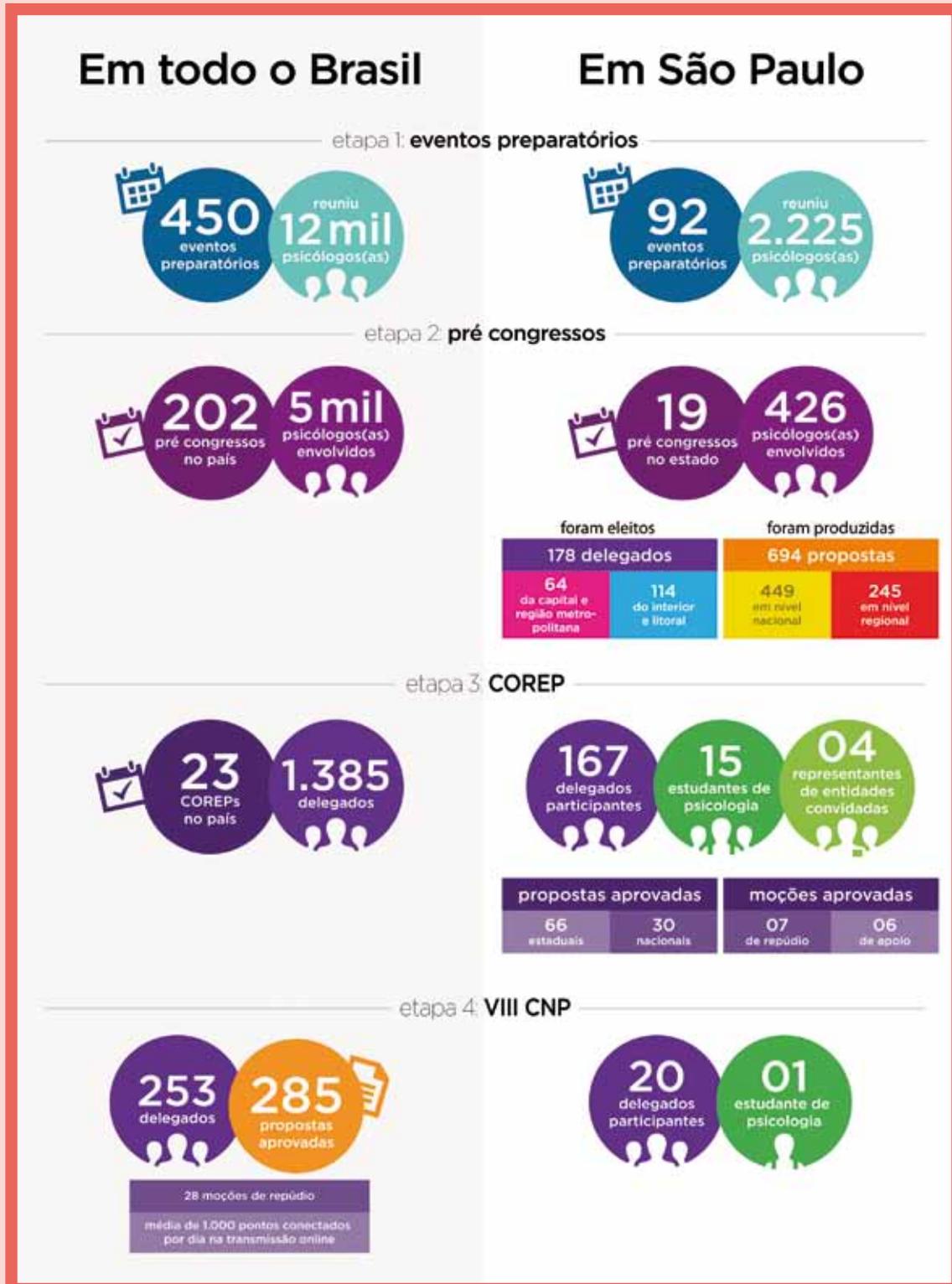
Acessibilidade

Todas as reformas estão orientadas para garantir acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

O sistema de inscrição para eventos está organizado de modo a providenciar as condições necessárias para atender às necessidades específicas dos (as) participantes. Na escolha dos espaços externos para as atividades, o CRP SP sempre considera a acessibilidade, mas há que se registrar a dificuldade de se encontrar espaços adequados. Nos eventos de grande público, bem como naqueles em que sabidamente haverá pessoas usuárias de Libras ou que necessitam de audiodescrição, o Conselho providencia as referidas condições. O Psi é distribuído em braile para os(as) psicólogos (as) com deficiência visual e para entidades que atendem a essa população de maneira sistemática.

VIII COREP/CNP

O caráter democrático do processo de construção do VIII Congresso Nacional de Psicologia (CNP) que estabelece os caminhos da Psicologia no Brasil para os próximos três anos, expressa-se também em números:



Disponibilizamos no site do CRP SP as propostas produzidas nos eventos preparatórios e pré-congressos.



EIXO 2

Construção de Referências e Estratégias de Qualificação para o Exercício Profissional



Este eixo contempla as teses que contribuem para a continuidade da construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional nas diferentes áreas, marcadas por princípios éticos norteadores e qualificação técnica, características de um projeto para a profissão que se consolida dia a dia em diferentes contextos laborais e que se aprimora nos espaços de debates.

Formação do (a) Psicólogo (a): Aproximação com Universidades

As contribuições do CRP para a qualificação do exercício profissional se realizam por meio da articulação com as Instituições de Ensino Superior das regiões que possuem curso de Psicologia. São encontros de orientação em que o (a) estudante é estimulado (a) a conhecer a regulamentação que rege a Psicologia brasileira, com ênfase no Código de Ética Profissional do (a) Psicólogo (a).

Nesses encontros também foram discutidas pautas atuais que dizem respeito à Psicologia, à defesa das políticas públicas e sociais em favor dos Direitos Humanos e às lutas em prol do exercício profissional, como regulamentação da atuação psicológica no âmbito do sistema prisional, PDC 234, conhecido como Cura Gay, PL 30 Horas, PL Ato Médico. Aprofundou-se e ampliou-se o contato sobre a temática da Psicologia e Povos Indígenas nos cursos e Psicologia, principalmente na Baixada Santista e capital.



Atividade na UNISANTOS: As parcerias foram fundamentais nesta gestão

É importante apoiar iniciativas de estudantes ou de docentes que têm como objetivo orientar o exercício profissional. O CRP SP apoiou diversas atividades realizadas em Instituições de Ensino Superior. A integração destas com o CRP SP, principalmente no interior do estado, possibilitou que algumas atividades do Conselho utilizassem o espaço acadêmico e favorecessem maior aproximação com (as) psicólogos (as).

A parceria entre Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP e CRP SP possibilitou avançar nas discussões, principalmente sobre licenciatura, serviços-escola e relações entre formação e realidade brasileira.

Esclarecimentos sobre as atividades de estágio são demandas frequentes de estudantes, psicólogos (as), empresas e instituições de ensino. A elaboração e ampla divulgação de material referente às dúvidas existentes a respeito do assunto foi estratégia importante utilizada pelo Conselho.

As duas edições do Encontro Nacional da ABEP e a realização do I Simpósio Psicologia e Formação: Políticas Nacionais, Diretrizes Curriculares e Licenciatura foram apoiadas pelo CRP SP por constituírem espaços em que coordenadores (as) de cursos, professores (as), estudantes e profissionais interessados (as) puderam aprofundar as discussões sobre as diretrizes curriculares, a licenciatura e pautar questionamentos referentes ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES. A presença de rep-

representantes do CNE - Conselho Nacional de Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP enriqueceram a atividade.

No período entre 2010 e 2013, aconteceram, com apoio do CRP SP, o 20º e o 21º Encontros de Serviços Escola do Estado de São Paulo, espaços de reflexão e troca de experiências, visando à divulgação das boas práticas e o aprimoramento da profissão, de maneira a considerar as necessidades da sociedade contemporânea.



A psicóloga e Conselheira do CFP, Marilene Proença, participa de evento que discutiu o ensino de Psicologia

O Projeto Integrador Interfaces com a Justiça propõe como resultado estratégico a produção de novas formas para promoção de direitos de usuários (as) por meio de pactuações com psicólogos (as) que atuam seja em interface com a Justiça, seja no próprio Sistema Judiciário.

O CRP SP construiu ao menos duas pactuações com psicólogos (as) que atuam na interface com a Justiça visando ao compromisso com novas formas de promoção e garantia de direitos para os (as) usuários (as).

O Conselho destaca que algumas ações que foram importantes para que esse resultado fosse alcançado: oficina de multiplicadores (as) em direitos humanos e oficinas sobre produção de documentos escritos, que se enriqueceram com as discussões relativas ao Ano Temático da Avaliação Psicológica.

Multiplicadores (as) em Direitos Humanos

A Oficina de Multiplicadores (a) em Direitos Humanos teve como objetivo trabalhar com psicólogos (as) de referência de serviços das redes socioassistenciais de cada região, tendo como base as cartilhas da Série Comunicação Popular, produzidas pelo CRP SP. Estas atividades aconteceram em todas as subsedes e também nas cidades de Marília e Araçatuba.

A Oficina utilizou a metodologia do Teatro Fórum, que dialoga com o público por meio de cenas em que são retratadas situações de violação de direitos humanos, estimulando a participação de forma direta na criação de um final ou de vários finais possíveis.



Subsede Campinas



Subsede Sorocaba



Subsede Sorocaba

Produção de Documentos Escritos



As oficinas de produção de documentos escritos aconteceram em todo o estado

A atividade foi realizada devido ao número crescente de orientações solicitadas por psicólogos (as) sobre o trabalho realizado no Poder Judiciário, especificamente em relação à produção de documentos escritos que, muitas vezes, são encaminhados a instâncias do Sistema Judiciário. Nesse sentido, a oficina abordou aspectos fundamentais que devem ser considerados na produção de documentos escritos em contextos em que se realizam avaliações psicológicas com coleta de informações, estudos e interpretações a partir de entrevistas, testes, observações, etc. Particularmente foram consideradas as situações em que o (a) psicólogo (a) atua no âmbito do Sistema Prisional ou como perito (a) e assistente técnico (a) no Poder Judiciário. Essas oficinas foram realizadas em todas as subsedes e também na sede.

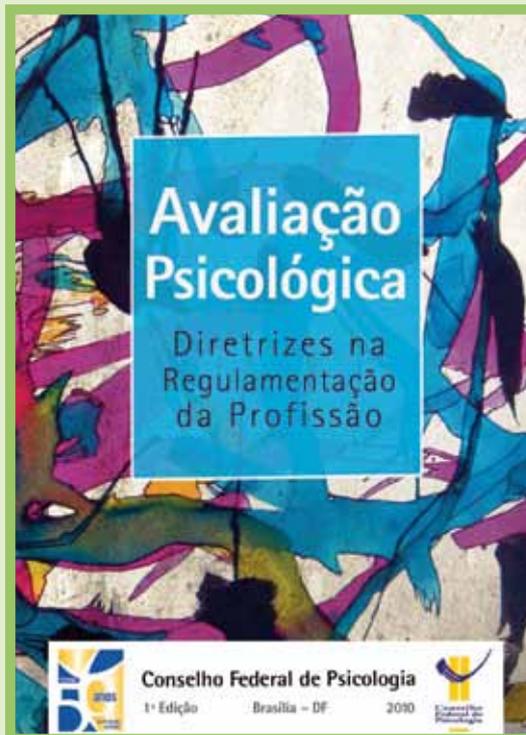


*Oficina de Documentos Escritos - Evento Preparatório para o VIII CNP
Subsede Bauru*

Processo de Avaliação Psicológica

O período de 2011 foi eleito pelo Sistema Conselhos como o Ano Temático da Avaliação Psicológica. O CRP SP organizou um Grupo de Trabalho que contribuiu com o planejamento, a organização e a realização das diversas etapas em nível regional e nacional, além de contribuir na elaboração do documento final. As atividades de orientação, fiscalização e todas as outras relativas ao Ano Temático tiveram como foco a discussão de critérios éticos e técnicos para a realização de avaliações que garantissem os direitos dos (as) envolvidos (as). O fundamento desses debates foi a compreensão da subjetividade como decorrente das vivências e experiências em contextos e em histórias de vida, garantindo, assim, por meio dos registros, promoção da saúde e despatologização de situações individuais.

Todo o conteúdo das discussões realizadas foi encaminhado ao Conselho Federal de Psicologia no Seminário Nacional de Encerramento do Ano Temático de Avaliação Psicológica.



Psicologia e Interfaces com a Justiça



III Encontro da Psicologia em Interface com a Justiça (OAB Sorocaba)

Foram realizadas Rodas de Conversa em todo estado com o tema Psicologia e Interfaces com a Justiça: Prática Profissional e Garantia de Direitos. As atividades eram destinadas a profissionais da Psicologia que atuam no contexto do Sistema Prisional, na Fundação CASA, nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social - CREAS, abrigos, Conselhos Tutelares, Defensoria Pública, Ministério Público e em outras áreas do Sistema

de Justiça. As discussões tiveram como objetivo promover o diálogo e construir uma pauta coletiva em torno das Resoluções do CFP sobre as atividades do (a) psicólogo (a) no Sistema Prisional e a atuação como perito (a) e assistente técnico (a) no Sistema Judiciário.

A atividade foi realizada em duas etapas. A primeira na região da subsede e a segunda, de âmbito estadual, reuniu representantes das subse-des para ampliar o debate junto à categoria e discutir parâmetros que delimitam o trabalho realizado pelo (a) psicólogo (a) no contexto do Poder Judiciário. Essa discussão foi particularmente importante, pois em 2012 uma liminar proferida pela 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro suspendeu a Resolução CFP 10/2010, que indica a proibição da realização de inquirição e regulamenta a realização da escuta.

É fundamental dar continuidade a esse processo de estreitamento do diálogo com psicólogos(as), assim como retomar a discussão sobre as instituições de privação de liberdade e acolhimento institucional.

Direitos das Pessoas Encarceradas

Em torno das Resoluções CFP 009/10 e CFP 012/11, foram realizadas importantes discussões junto aos (às) profissionais no que se refere à regulamentação da prática de psicólogos(as) no Sistema Prisional e sobre Segurança Pública. Dentre as atividades realizadas pelo CRP SP, destacam-se o IV Encontro Estadual de Psicologia e Sistema Prisional, o Seminário: Direito das Pessoas Encarceradas e Políticas Públicas e o Seminário: Mulheres Encarceradas: Desafios em relação às Políticas Públicas de Saúde Mental e Drogas, Criminalização e Maternidade.

O IV Encontro Estadual de Psicologia e Sistema Prisional, com o Seminário: Direito das Pessoas Encarceradas e Políticas Públicas, realizado em 2011, possibilitou o debate e reflexão de profissionais e responsáveis pela gestão em torno da construção de políticas públicas voltadas ao (à) preso (a) incluindo a Saúde e a Educação. A problematização do encarceramento como principal forma de enfrentamento da violência e da criminalidade em detrimento das determinações históricas, sociais, econômicas e políticas na constituição de sujeitos e coletivos também foi abordada. Esse debate é fundamental para a construção de fazeres comprometidos com a garantia dos direitos das pessoas encarceradas.

As diretrizes, resoluções, leis, ações, além de áudios e vídeos dos eventos produzidos, compõem a página temática da Psicologia e Sistema Prisional, elaborada para apoiar e favorecer a comunicação com os (as) profissionais que atuam na área.

O Seminário Mulheres Encarceradas: Desafios em relação às Políticas Públicas de Saúde Mental e Drogas, criminalização e maternidade, realizado em 2013, abordou a realidade de 7% da população encarcerada, que são mulheres, a maioria com idade entre 18 e 29 anos, mães, chefes de família e presas por envolvimento com drogas. O debate foi contextualizado pelas questões como maternidade, gênero e sexualidade no mundo contemporâneo.

Também em 2013 foi realizado em Presidente Prudente, o Encontro: A Prática de Psicólogos (as) e Assistentes Sociais no Contexto do Sistema Prisional, região estratégica para a realização dessa discussão, uma vez que há uma grande concentração de instituições penitenciárias.

O Projeto Integrador Mundo do Trabalho propõe intervir sobre as condições e relações de trabalho nos diversos contextos de atuação profissional para aprimorar a qualidade da oferta de serviços à população. A responsabilidade do CRP SP em relação às condições de trabalho do (a) psicólogo (a) é aqui contextualizada pelo posicionamento em defesa de condições profissionais adequadas para toda a população. Nesse sentido, foi considerado estratégico a valorização de novas formas de gestão e organização do trabalho, além da produção de uma nota técnica sobre condições de trabalho necessárias para o exercício profissional de qualidade.

O CRP SP participou de pelo menos um espaço de articulação e mobilização pelo trabalho decente no estado de São Paulo, contribuindo com a discussão da Saúde do (a) trabalhador (a).

A discussão sobre aspectos do Mundo do Trabalho com conselheiros(as) e gestores(as), ocorrida no Fórum de Gestores Temático, em 2012, reuniu representantes da Academia e do meio sindical e favoreceu o alinhamento político do CRP SP para a proposição de ações junto à categoria e à sociedade.

A partir de então, as atividades dessa temática foram organizadas de modo a, inicialmente, favorecer aproximações e articulações com entidades e movimentos existentes no campo, e em outro momento, construir criticamente uma minuta de documento que balizará ações da categoria e do próprio CRP SP em relação às condições e relações de trabalho de psicólogos (as).

O CRP SP deu continuidade à importante atividade de acompanhar editais de concurso de interesse da Psicologia para propor adequações que garantam a qualidade ética e técnica e a ampliação dos espaços de atuação profissional.

Psicologia no Trabalho e Psicologia como Trabalho

Dentre as ações realizadas, é importante destacar a realização articulada de oficinas nas subsedes em âmbito estadual, que reuniram profissionais da área de Psicologia Organizacional e do Trabalho e de Recursos Humanos. A atividade proporcionou espaços densos, promissores e mobilizadores que, em alguns casos, já se desdobraram na constituição de novos grupos de trabalho das respectivas subsedes. As oficinas tiveram caráter de evento preparatório para o Congresso Nacional de Psicologia - CNP e, portanto, produziram propostas que foram consideradas na elaboração das diretrizes da próxima gestão do Sistema Conselhos.



Psicologia Organizacional

Em 2013, ao final do ciclo de oficinas das subsedes, ocorreu o Seminário Psicologia no Trabalho e Psicologia como Trabalho, integrando duas dimensões distintas e indissociáveis: Psicologia e Trabalho compreendendo os aspectos da atuação específica neste campo e também o exercício profissional como trabalho, ou seja o (a) psicólogo (a) como trabalhador (a). Este Seminário, além de reunir representantes de diversas regiões do estado de São Paulo, que trouxeram questões levantadas em atividades preparatórias realizadas nas regiões das subsedes, foi espaço de articulação em torno dos objetivos propostos para discussão em âmbito estadual.

O Conselho produziu uma minuta técnica sobre o exercício profissional e condições/relações de trabalho do (a) psicólogo (a), envolvendo as instituições parceiras.

A elaboração da minuta técnica sobre condições e relações de trabalho do (a) psicólogo (a) ainda é um desafio. O CRP SP tem trabalhado no sentido de construir articulações e reunir denso material proveniente do levantamento realizado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP sobre condições e relações de trabalho nas pesquisas de atuação do (a) profissional em políticas públicas, das informações da Comissão de Orientação e Fiscalização - COF sobre as condições e relações de trabalho observadas nos pedidos de orientação e fiscalizações, das discussões ocorridas nas oficinas de Psicologia Organizacional e do Trabalho e de Recursos Humanos e no Seminário Estadual.

Desde 2003, o Conselho realiza discussões e ações visando ampliar e qualificar a atuação do (a) psicólogo (a) em planos de saúde. Considerando a crescente inserção dos (as) profissionais da Psicologia e as dificuldades emergentes neste contexto, em 2012 foi elaborado um documento de orientações, com as principais informações e questões a respeito desta atuação.

As rodas de conversa sobre Psicologia e Esporte estão acontecendo, de forma articulada, nas subsedes e têm possibilitado a aproximação com psicólogos (as) que trabalham ou têm interesse pela temática. A atividade busca dar continuidade ao levantamento de informações sobre as características da atuação na área, bem como o impacto dos mega-eventos esportivos no próprio Esporte, na Psicologia e na sociedade.



Roda de Conversa sobre Psicologia do Esporte - Subsede São José do Rio Preto

O Projeto Integrador Medicalização, Patologização e Judicialização tem por objetivo identificar e enfrentar práticas e propostas que se fundamentem na lógica da redução de conflitos sociais a aspectos do indivíduo, com destaque para a diversidade sexual, a educação e a saúde mental.

No contexto atual, a divulgação dos posicionamentos do CRP SP sobre a temática de medicalização, judicialização e patologização, também junto aos (às) psicólogos (as), foi considerada estratégica.

O CRP SP evidenciou seus posicionamentos quanto à medicalização, judicialização e patologização em pelo menos cinco meios de comunicação internos e externos

Educação Medicalizada

Para subsidiar o (a) psicólogo (a) em relação aos processos de patologização da sociedade e, em particular, da Educação, foi organizado e lançado em 2011, o livro Medicalização de Crianças e Adolescentes - conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos, que resulta de uma parceria entre o CRP SP e o Grupo Institucional Queixa Escolar. Nele são apresentados conceitos fundamentais e experiências substitutivas aos modelos medicalizantes e manicomializantes de atendimento, com sugestões de leitura e vídeos para colaborar com a prática da profissão pautada pelos direitos humanos.

No marco do Dia Nacional da Educação Inclusiva, anualmente, o CRP SP realiza discussão sobre os desafios da Educação para todos (as) e as contribuições da Psicologia para a Educação Inclusiva, problematizando as dificuldades do processo de escolarização e as concepções de transtornos que prejudicariam a aprendizagem e o comportamento.

O apoio ao incremento das atividades do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade com a criação de núcleos regionais, favoreceu a ampliação da discussão da medicalização da Educação junto aos (às) psicólogos (as) em todo o estado.



Atividade sobre Educação Medicalizada em Santos

Disso resultou a realização de dois Seminários Internacionais sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, em parceria com o CRP SP, que contribuiu para qualificar o debate de questões relacionadas à medicalização da infância e da adolescência, com reflexões sobre realidades distintas e novas abordagens teóricas para o enfrentamento do grande número de diagnósticos que patologizam as diferenças humanas.

Patologização e Judicialização da Sexualidade



Em 2012, a discussão sobre a Resolução 01/99 ganhou mais espaço, devido ao projeto de lei apresentado pelo deputado federal João Campos, que pretendia sustar dois de seus artigos. Em virtude de uma interpretação errônea da Resolução CFP 001/99 - que estabelece normas de atuação para psicólogos (as) em relação à questão da orientação sexual - o Conselho esclareceu intensamente a categoria e também a sociedade, reafirmando que a norma não proíbe os (as) profissionais da Psicologia de atenderem pessoas de qualquer orientação sexual que estejam em sofrimento psíquico e, tampouco, pretende proibir as pessoas de buscarem o atendimento psicológico. O Boletim Eletrônico foi importante veículo de informação à categoria para subsidiar o (a) profissional sobre os aspectos envolvidos na discussão da patologização de sexualidades e identidades de gênero que envolviam moral e crenças religiosas, abordando-se os ataques à laicidade do estado e da Psicologia.

Em parceria com o CFP, União Latino-americana de Entidades da Psicologia - ULAPSI na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, que agregou a Psicologia em sua diversidade, o CRP SP abordou a Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Reprodutivos, apresentando o histórico desses direitos na realidade brasileira, na América Latina e em outras regiões do mundo.



Roda de Conversa sobre Travestilidade e Transexualidade na subsele **Grande ABC**

Medicalização e Judicialização na Saúde Mental

A medicalização e a judicialização têm atravessado a relação da sociedade com a infância e a juventude. A atuação ética dos (as) psicólogos (as) por meio de posicionamentos críticos foi objeto das várias atividades realizadas pelo CRP SP nessa temática. A ausência de políticas públicas efetivas para infância e juventude coloca novos desafios para a atuação profissional.

Em 2011, para favorecer o debate entre psicólogos (as) atuantes na gestão pública na área da Justiça, Assistência Social e Saúde Mental, o CRP SP focou esse ponto em sua programação da Semana da Luta Antimanicomial. O mote: “Como temos cuidado da saúde mental da criança e do adolescente?” possibilitou que muitas experiências exitosas pudessem ser compartilhadas.

Em 2011, a realização da Mesa Redonda Educação Inclusiva e Medidas Socioeducativas foi interessante estratégia de reflexão sobre as formas de enfrentar o preconceito e problematizar as práticas de inclusão. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que regulamenta a execução de Medidas Socioeducativas, foi tratado em matéria do Jornal Nacional da Rede Globo, por ocasião da aprovação da lei, e o CRP SP contribuiu para sua discussão.

O CRP SP também produziu o Caderno Temático Políticas de Saúde Mental e Juventude nas Fronteiras Psi-Jurídicas, em torno da avaliação da política de Saúde Mental no Sistema Socioeducativo privativo de liberdade, seus desafios e perspectivas.

O Caderno Temático registra a discussão dos “nós problemáticos” da política de saúde mental para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e as diretrizes éticas, técnicas e políticas para produzir saúde. Aborda a crescente internação psiquiátrica de adolescentes por mandado judicial; a medicalização como resposta às problemáticas das rebeldias; as infrações e o consumo abusivo de drogas que permeiam o cotidiano dos (as) jovens, um quadro ainda mais contundente para os (as) adolescentes inseridos no sistema socioeducativo. Além disso, o Caderno Temático tem a tarefa de ampliar compreensão da categoria sobre esta discussão, tornando mais complexa a análise, evitando qualquer resposta reducionista e, principalmente, construindo novos caminhos, para o trabalho do (a) psicólogo (a).



O Projeto Integrador Proposições para Políticas Públicas articula as ações do CRP SP em relação à promoção e ao apoio às intervenções de caráter propositivo na política, que estejam em consonância com o compromisso social de nossa ciência e profissão. Por isso, considera estratégico publicizar seus posicionamentos em relação a algumas políticas públicas, também para os (as) psicólogos (as).

O CRP SP elaborou e publicizou pelo menos seis posicionamentos de forma propositiva, a partir da Psicologia e dos direitos humanos, frente a pelo menos as políticas públicas de Saúde, de Assistência Social, de Educação e de Direitos Humanos.

No período dessa gestão, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP SP, organizou dois Seminários Regionais de Políticas Públicas, com o objetivo de manter um canal de participação e debate sobre a atuação do (a) psicólogo (a) na construção e entendimento do sua função nas diferentes políticas públicas. A atividade favoreceu a ampliação da visão geral do conceito de política pública, lançando um olhar sobre as relações intersetoriais.



Cuidados em Saúde para a População Trans

A atuação do CRP SP em relação ao chamado “processo transexualizador” foi bastante importante, pautando a temática em âmbito nacional e encaminhando propostas para o Ano da Avaliação Psicológica. Em 2013, o CFP e o CRP SP promoveram o Seminário Identidades Trans e Políticas Públicas de Saúde: Contribuições da Psicologia, com o compromisso de fomentar a construção de referências para a prática profissional dos (as) psicólogos (as) nas políticas públicas voltadas à população de travestis e transexuais a partir de intenso diálogo com profissionais, usuários (as), movimentos sociais e gestores (as) públicos (as).

O Seminário abordou a fragilidade do atendimento de saúde à referida população e traçou um panorama importante sobre o nível do atendimento psicológico às travestis, transexuais e transgêneros na rede pública de saúde. A necessidade de mudanças por meio do acolhimento adequado, com orientação e um olhar voltado para a despatologização da transexualidade, foi apontado e provoca psicólogos (as) em relação à ampliação de sua atuação junto às equipes de saúde.

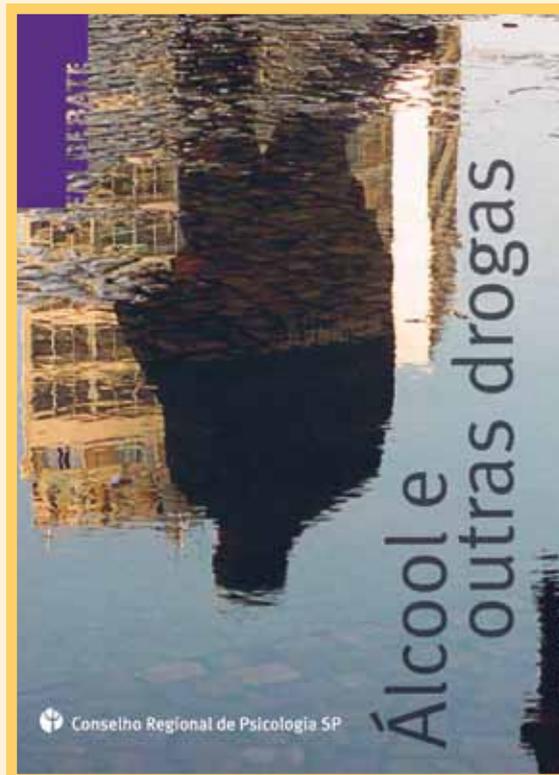
A realização do Seminário forneceu subsídios para uma Nota Técnica com diretrizes éticas e técnicas à categoria sobre o processo transexualizador e sobre as questões da transexualidade, que foi elaborada com a participação dos Conselhos Regionais de Psicologia, consultores (as) e movimento social.

Saúde Mental/Álcool e Drogas

A política de Saúde Mental e de Álcool e Outras Drogas, no período de 2010 a 2013, viveu momentos críticos, no qual conquistas dos movimentos sociais e da sociedade foram ameaçadas por revisões na legislação vigente e práticas violentas em diversos âmbitos.

Tornou-se imprescindível articular discussões e contextualizar os atuais desafios da luta antimanicomial, agora focada na questão do uso de álcool e outras drogas. Era preciso ampliar a discussão na sociedade e também junto aos (às) psicólogos (as), reafirmando os princípios de uma sociedade sem manicômios.

Foi organizado pelo CRP SP o livro Álcool e Outras Drogas, que apresentou textos com reflexões de pessoas que estão no cotidiano das práticas e que abordam o tema sem preconceitos e/ou estereótipos. Essa publicação pretendeu colaborar para o debate responsável deste assunto fundamental para a sociedade, na perspectiva dos direitos humanos, rompendo com ideias conservadoras e propondo modos de atenção e cuidado de pessoas usuárias de álcool e outras drogas.



Atividade sobre rede de atenção a álcool e outras drogas no Grande ABC e São José do Rio Preto

Outra iniciativa importante do Conselho, juntamente com a Associação Paulista de Saúde Pública - APSP foi a organização do **II Encontro Paulista de Saúde Mental** em 2011, em São Bernardo do Campo, região do ABC Paulista. O encontro teve como objetivo ampliar o espaço para discussão e avaliação dos avanços e retrocessos da atenção à saúde mental no estado de São Paulo, propondo estratégias para avanços e inclusão do tema nas agendas das diversas esferas públicas e movimentos sociais.

O I Encontro Estadual de Centros de Convivência: a delicada arte de produzir encontros aconteceu em 2011, em Campinas, fruto da parceria do CRP SP com a Secretaria Municipal de Saúde. Da riqueza da inclusão social por meio do encontro das diferenças, surgiu a necessidade de realizar um encontro para discutir e problematizar o lugar que os Centros de Convivência têm, de fato, ocupado na rede substitutiva. Na atividade foram compartilhadas muitas boas experiências e reflexões sobre perspectivas para este potente dispositivo de saúde mental.



I Encontro Estadual de Centros de Convivência, que aconteceu em 2011, em Campinas

Foram realizados, ao longo dessa gestão, três Encontros com trabalhadores (as) em serviços de saúde mental, que pretenderam promover a aproximação do Conselho com psicólogos(as) que atuam no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e problematizar sua atuação em contextos, muitas vezes, adversos.

As orientações de psicólogos (as) sobre nossos posicionamentos, disseminando a cultura antimanicomial e sua especificidade em relação ao uso de álcool e outras drogas têm sido produtivas e importantes. O CRP SP entrou de fato no debate sobre a temática e tem sido referência.

Assistência Social

Em 2012, foi publicada a nova Norma Operacional do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, que representa um marco fundamental na estruturação do SUAS, imprimindo um salto qualitativo na sua gestão e na oferta de serviços socioassistenciais em todo o território nacional. A nova NOB/SUAS trouxe mudanças que interferiram na configuração da rede de serviços e no cotidiano das equipes, tendo impacto no trabalho dos (as) profissionais da Psicologia. Para isso, o CRP SP desenvolveu atividades em várias regiões do estado que favorecessem essa discussão junto à categoria e possibilitasse o conhecimento das principais demandas, dificuldades da população, da política e da gestão do trabalho no SUAS.



Oficina de Direitos Humanos para Usuários do CRAS - CRAS Santa Cândida

Nas rodas de conversa em várias subsedes, os (as) profissionais apontaram possibilidades e desafios no dia a dia de atuação na área. Esses momentos proporcionaram também discussões relevantes sobre a importância de se apropriar das normativas da área e fomentar espaços para refletir sobre conhecimento e prática em Psicologia, pautada no compromisso ético-político.

O apoio do CRP SP ao Fórum de Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social - FT SUAS teve por objetivo favorecer a criação de um grupo de articulação, composto por profissionais e entidades de trabalhadores (as) do SUAS em torno da discussão de referências para atuação na área. Aconteceram reuniões trimestrais ao longo do período.

Em 2011 foi realizado, de forma sistemática, o Fórum de Acolhimento, um espaço de debates e aprofundamento das discussões acerca da prática profissional dos (as) psicólogos (as) nos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (abrigos, casa de passagem, lar abrigado, casa lar, centros de referência para crianças e adolescentes, centros de acolhida especial para crianças de 0 a 6 anos, entre outros). A contribuição do Fórum para a construção de referências para atuação nesta área indica a importância de sua continuidade.

Educação

Muitas referências para a atuação no contexto Escolar/Educacional foram construídas: orientação sobre as atribuições do (a) psicólogo (a) no contexto escolar e educacional, o documento Contribuições da Psicologia para a Conferência Nacional de Educação - Conae, os resultados do Ano Temático da Psicologia na Educação e o documento de referências sobre educação básica do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP. Uma atuação importante do CRP SP foi divulgar intensamente estes materiais de forma qualificada, suscitando debates e reafirmando a importância da atuação psicológica, de base institucional e em consonância com a política pública de educação.

Em 2011, o CRP SP realizou levantamento dos (as) psicólogos (as) que atuam na Educação no estado de São Paulo para conhecer melhor os contextos e desafios da atuação profissional dessa área. Espera-se que esse mapeamento subsidie ações de aproximação do CRP SP com os (as) psicólogos (as) que atuam no contexto escolar/educacional, ampliando as discussões e as orientações sobre a prática.

O I Encontro Paulista: Compartilhando Memórias e Desafios, organizado pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE, com apoio do CRP SP, reuniu muitos (as) psicólogos (as) que trabalham na Educação. Foram abordados temas referentes à atuação em processos de inclusão escolar, medicalização na educação e discriminação e preconceito em espaços educacionais, entre outros. Representantes do CRP SP apoiaram e participaram da atividade, que teve desdobramentos em várias subseções.



I Encontro Paulista: Compartilhando Memórias e Desafios

Essas ações e outras relacionadas à educação medicalizada foram importantes, principalmente por promoverem reflexões e discussões sobre políticas públicas de Saúde e Educação de cunho medicalizante, visando à formulação de políticas embasadas em concepções de ser humano e de sociedade que contemplem a diversidade e a singularidade.

Direitos Humanos

Considerando a importância dos direitos humanos para o exercício profissional do (a) psicólogo (a), o desafio é consolidar esses princípios na prática profissional cotidiana, criando intervenções em todas as situações em que existam violações de direitos que produzam sofrimento mental.

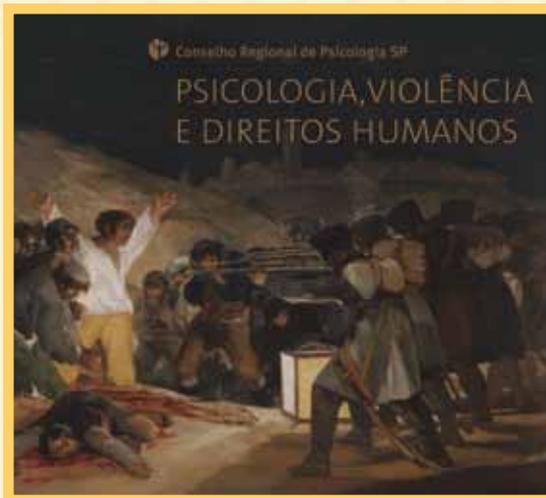
A Comissão de Direitos Humanos, nesta gestão, avançou ao ampliar a discussão de promoção e violação dos direitos em sua transversalidade nas diversas áreas de atuação da Psicologia. As ações se capilarizaram nos Projetos Integradores.

Em relação a referências para atuação profissional pautadas neste tema, o CRP SP participou da elaboração, lançamento e distribuição qualificada das seguintes produções: Livro Psicologia, Violência e Direitos Humanos, cartilhas da Série Comunicação Popular e Vídeo O Tecido e o Tear, Caderno Temático Psicologia e Direitos Humanos: Direito à Memória e à Verdade.



O livro *Psicologia, Violência e Direitos Humanos* produziu material em torno deste eixo, que discute questões fundamentais no campo dos direitos humanos e da produção de violência. A abordagem interdisciplinar teve o objetivo de subsidiar, provocar e instigar o debate entre psicólogos (as) e outros (as) profissionais.

O Caderno Temático *Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade* foi publicado com o objetivo de produzir referências para o exercício profissional de psicólogos (as) neste campo, contribuindo, assim, para reflexão sobre as práticas psicológicas e seus compromissos sociais. Ele é o registro do Seminário *Psicologia e Direitos Humanos: Direito à Memória e à Verdade*, organizado pelo CRP SP com o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP. A coletânea de discursos presentes neste caderno traz à luz as razões do envolvimento da Psicologia com a temática. É traçado um panorama das diversas Comissões da Verdade existentes na América Latina, suas configurações e diferentes expressões.



Emergências e Desastres

O CRP SP criou o Grupo de Trabalho de Emergências e Desastres que funcionou entre fevereiro de 2011 e janeiro de 2012. Ele colaborou com o planejamento estratégico de gestão e o plano de ação 2011 do Sistema Conselhos sobre Emergências e Desastres. Além disso, subsidiou a composição do GT Nacional sobre Emergências e Desastres e a elaboração de minuta de Nota Técnica sobre atuação Emergências e Desastres.

O levantamento de materiais de referência para atuação de psicólogos (as) em Emergências e Desastres foi estratégia importante para difundir tais informações de forma ampla por meio de distribuição de mini-CDs e na página do CRP SP.

Em 2011, o CRP SP realizou oficinas sobre o tema em cinco cidades diferentes do estado de São Paulo, voltadas para a participação de psicólogos (as) dos serviços públicos, ONGs ou que atuavam voluntariamente no atendimento de pessoas que vivem nos locais atingidos pelas calamidades na região. As oficinas possibilitaram o intercâmbio e a constituição de referências de trabalho em situações de calamidade, sobretudo nas práticas de prevenção e preparação para as contingências, além da indispensável assistência na reconstrução dos projetos de vida das pessoas, famílias e comunidades.



Seminário Estadual Psicologia em Emergências e Desastres: atualidades e perspectivas

Para reunir profissionais e gestores (as) da defesa civil, pesquisadores (as) e representantes de movimentos sociais e discutir temas como a política de defesa civil, garantia de direitos e experiências de Psicologia nas situações de Emergências e Desastres, o CRP SP realizou o Seminário Estadual Psicologia em Emergências e Desastres: atualidades e perspectivas e promoveu também a Semana Nacional de Redução de Desastres, em 2011.

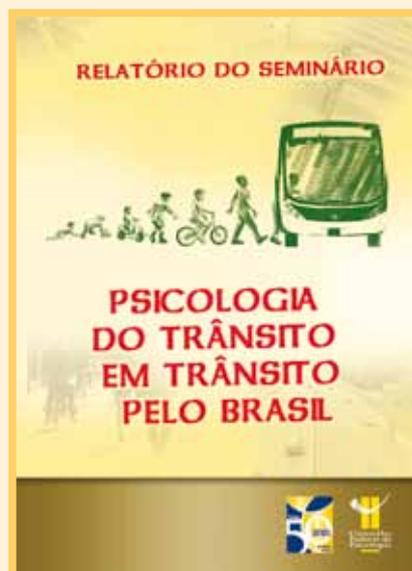
Destaca-se também a produção de documento de referência do CREPOP sobre emergências e Desastres em 2012.

Trânsito

Com o objetivo de orientar a atuação de psicólogos (as) que trabalham no contexto do trânsito, o CFP organizou, em 2012, os Seminários Itinerantes Psicologia do Trânsito em Trânsito pelo Brasil, que abordaram questões como trabalho, salário, carga horária, violência no trânsito, título de especialista, entre outros. Os eventos aconteceram em 19 estados, inclusive em São Paulo.

As atividades contaram com palestras sobre diversos temas como: marcos regulatórios, mobilidade urbana e avaliação psicológica no contexto do trânsito. A plenária final produziu um documento com encaminhamentos de psicólogos (as) aos órgãos responsáveis na área de mobilidade e trânsito. Após a realização de todos os seminários, foi promovido um debate online, na sede do CFP, em Brasília, com a entrega de um relatório final produzido a partir dos documentos de todas as plenárias dos seminários às autoridades responsáveis, entre elas Conselho Nacional de Trânsito - Contran, Departamento Nacional de Trânsito - Denatran, Ministério das Cidades, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, entre outros.

Algumas subsedes do CRP SP foram pólos de transmissão, ao vivo, do Seminário. Assim, profissionais da Psicologia, no interior e no litoral, puderam participar ativamente das discussões e debates.



Questões Étnico-raciais e Enfrentamento do Racismo



Encontro Psicologia e Movimento Negro (Centro Cultural Quilombinho)

Dentre as atividades que promoveram e aprofundaram a discussão sobre questões étnico-raciais e o enfrentamento do racismo, duas ganham destaque: uma sobre a problematização da saúde da população negra e outra sobre os modos de subjetivação em um quilombo.

No marco das reflexões e ações que integraram a Semana da Consciência Negra, o CRP SP promoveu o Seminário Racismo e Sofrimento Psíquico - Desafios para a Psicologia e para os(as) Psicólogos(as), com objetivo de discutir a relação da Psicologia com as questões étnico-raciais.

O Seminário discutiu o sofrimento psíquico causado pelo preconceito numa sociedade que ainda é palco de episódios lamentáveis de discriminação que contradizem o mito da democracia racial. Iniciou também uma ampla discussão com a categoria e a sociedade sobre aspectos que envolvem a saúde da população negra, bem como as consequências do racismo em todas as dimensões da vida desta população.

O CRP SP apoiou também a realização da atividade Comunidades Remanescentes Tradicionais e Saúde Mental organizada pelo Instituto AMMA Psiquê e Negritude, que teve como objetivo refletir sobre os modos de subjetivação observados em um quilombo paulista, a partir de referências da psicanálise em processos grupais. No que se refere ao racismo, discutiu-se a ideologia do embranquecimento e da democracia racial.

Para discutir a Educação Inclusiva na perspectiva da igualdade étnico-racial, o CRP SP organizou juntamente com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT uma mesa redonda em 2011.

A produção de materiais que subsidiem a discussão em outros espaços da Psicologia também foi prioridade do CRP SP ao distribuir 3 mil exemplares da Resolução 18/02 no 8º CONPSI, além de apoiar a produção de materiais e outros eventos que discutem a temática com parceiros como Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) de Relações Raciais e Subjetividades - ANPSINEP e o Instituto Amma Psiquê e Negritude.

Clínica

Após a realização do Ano Temático da Psicoterapia, o CRP SP deu continuidade à discussão desse assunto em várias atividades, principalmente, no interior do estado.



*Café Filosófico
"Psicologia na Clínica"
(Centro Universitário
Unisal - Lorena/SP)*

Em 2013, o evento Diversidade Epistemológica da Psicologia em Diálogo com Saberes Tradicionais e Políticas Públicas de Atenção Integral à Saúde abordou as políticas públicas de atenção integral à saúde: a clínica ampliada indicada na Política de Humanização do SUS - PNH e a Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC. É de fundamental importância em relação à qualificação para o exercício profissional da Psicologia abordar a clínica ampliada, baseada no conceito de integralidade da saúde e outras e diferentes práticas terapêuticas com tradição nas medicinas tradicionais chinesas, tradicionais africanas e antroposófica. O recorte aqui adotado foi o das abordagens epistemológicas não hegemônicas, que dialogam diretamente com os fundamentos dos saberes tradicionais e da espiritualidade, não reduzidos às suas expressões no âmbito religioso.

A programação desse evento foi construída durante o diálogo estabelecido entre entidades da Psicologia que reconhecem a si mesmas como pertencentes a um coletivo não-hegemônico, no que diz respeito ao modo de “fazer e pensar” psicológicos. Participaram da organização dessa atividade, além do CRP SP e do CFP, a Associação Brasileira de Psicólogos Antroposóficos - ABPA, a Associação Luso-brasileira de Psicologia Transpessoal - ALUBRAT, Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura - SOBRAPA, a Faculdade de Ciências da Saúde - FACIS e o Grupo de Trabalho Psicologia e Religião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP.

Em relação à prática da acupuntura realizada por psicólogos (as), O Conselho Federal de Psicologia obteve decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça - STJ, mantendo a Resolução CFP nº 005/2002, que possibilita ao (à) psicólogo (a) utilizar a acupuntura como prática complementar de seu exercício profissional. Orientações foram feitas aos (às) psicólogos(as) acupunturistas no sentido de não ser necessário interromper o uso da técnica em seu trabalho, pois o Sistema Conselhos reconhece a acupuntura como prática complementar do(a) psicólogo (a) e como importante recurso terapêutico, usado por diversas áreas, desde que o (a) profissional tenha a formação e esteja devidamente capacitado (a), tal como prevê o Código de Ética do (a) Psicólogo (a).

Psicologia e Povos Indígenas

Considerando a importância da Psicologia diante das necessidades no campo da Saúde Mental indígena, o fortalecimento da identidade nativa, a redução do índice de suicídio e do uso de álcool e outras drogas, o CRP SP realizou a interlocução da Psicologia e de seus/suas profissionais com os (as) diversos (as) agentes envolvidos (as) na questão, e também com outros campos do saber.

O CRP SP, por meio do Grupo de Trabalho Psicologia e Povos Indígenas, sistematizou e divulgou o produto dessas reflexões coletivas para que possam servir de referência no campo da saúde mental indígena. Foram realizadas mesas redondas e eventos temáticos junto a instituições de ensino superior na Baixada Santista (UNIP, UNIFESP, UNISANTOS, UNESP) e em São Paulo (USP). Em relação à formação sistematizada na área, colaboramos na realização de Curso de Extensão na USP em 2013 sobre a atuação dos(as) psicólogos (as) no campo da Saúde Mental indígena.



Indígenas em atividade na Baixada Santista: aproximação com estas questões ganharam força nesta gestão

Ao longo desses anos, um enfoque tem emergido de forma significativa: a questão da identidade dos (as) indígenas em contexto urbano frente aos direitos humanos e coletivos e à Saúde Pública. Colóquio Psicologia e Indígenas em Contexto Urbano: Identidade, Direitos e Saúde Pública e Entre Aldeia e a Cidade: Estado, Território e Identidade na visão dos Povos Indígenas contribuíram para a qualificação dos(as) psicólogos(as).

Também comprometido com a reflexão sobre as urgências e as necessidades das populações dos países da América Latina, de modo a atuar como um instrumento de transformação das condições de vida desses países, o GT Povos Indígenas propôs a criação de um Núcleo de Produção de Conhecimento na União Latinoamericana de Entidades de Psicologia - ULAPSI e apresentou dois trabalhos no Congresso da ULAPSI, ocorrido em 2012 no Uruguai, por entender estas atividades como potentes espaços para o diálogo com os (as) psicólogos (as) e para o aprofundamento da temática.

Esporte

A realização de grandes eventos esportivos no Brasil pode servir de impulso para uma mudança qualitativa na parceria entre esporte e Psicologia. O fato de o (a) psicólogo (a) ter maior inserção na área favorece o debate sobre o esporte como um direito do (a) cidadão (ã).

A aproximação e o diálogo interdisciplinar entre os (as) diversos (as) profissionais que atuam no contexto esportivo foram debatidos na I Mostra Paulista de Psicologia do Esporte, realizada pela Subsede Grande ABC. A oportunidade foi fundamental na medida em que se pôde perceber que a “interdisciplinaridade” no contexto esportivo está em construção, sendo necessária a continuidade de diálogo entre profissionais que atuam no esporte, a fim de promover troca de experiências e qualificação do exercício profissional. Com este objetivo, foram realizadas Rodas de Conversa nas Subsedes: Grande ABC e Vale do Paraíba.

Identificar, por meio de um mapeamento inicial, os (as) profissionais da área com questionário direcionado aos (às) participantes da I Mostra Paulista de Psicologia do Esporte, foi avaliada como uma estratégia significativa para avançar na articulação da temática.



I Mostra Paulista de Psicologia do Esporte, realizada pela Subsede Grande ABC



Longevidade e Envelhecimento

Muitos são os desafios trazidos com o aumento da longevidade e da população idosa no Brasil. Desafios que remetem às relações entre desenvolvimento humano e práticas sociais a partir das quais se constituem diferentes lugares subjetivos, sociais, econômicos e culturais para as pessoas idosas.

O CRP SP priorizou a discussão sobre o envelhecer para além das questões biológicas, abordando o tema como construção de modos de vida. A discussão dessa temática por meio do Videoclube, em seu ciclo anual, possibilitou refletir sobre as implicações do processo de envelhecimento para o cotidiano da vida das pessoas na contemporaneidade.

Videoclube



Em 2011, o Videoclube teve como tema a Longevidade e o Envelhecimento. Em 2012, o tema foi Margens.

Videoclube 2012 - Margens

As margens determinam limites vários. Em uma folha de papel, trazem os limites onde podemos escrever, desenhar, pintar. Em nossas vidas, delimitam aquilo que podemos dizer, pensar, sentir, enfim, aquilo que podemos ser e viver. Mas e quando ultrapassamos as margens? Em uma folha de papel, basta apagarmos um risco qualquer. E quando vidas estão à margem? Estar à margem significa muita coisa. Significa ser marginal, ser excluído, estar de lado, de fora. Mas estar de fora do quê?

Esta é a pergunta-chave do Videoclube 2012, realizado pelo CRP SP. Indagar um mundo que produz margens e pessoas à margem. Ao mesmo tempo, lembrar que as ultrapassar pode ser um ousado ato de criação.



Cine-Debate no Dia do Psicólogo - Filme "Inconscientes" - UNESP/Bauru

II Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia: Interseccionalidade, Defesa e Promoção dos Direitos Humanos / Prêmio Madre Cristina

A II Mostra Estadual configurou-se como um espaço para apresentar as inúmeras possibilidades que a Psicologia tem de se inserir no contexto social, por meio de ideias e ações inovadoras.

Foram mais de 90 trabalhos inscritos, sendo que 50 deles referem-se a propostas que estão em atividade. Esse foi o número de iniciativas de psicólogos (as) e estudantes em estágio com trabalhos desenvolvidos em hospitais, penitenciárias, clínicas, associações de bairro, escolas. Os trabalhos inscritos trataram, entre outros temas, de preconceito, violência no Estado, clínica nos dias de hoje e a institucionalização da vida. Cerca de 200 pessoas estiveram presentes.



Atividades da II Mostra Estadual: evento recebeu mais de 90 trabalhos

As atividades da II Mostra Estadual tiveram um caráter integrador com espaços de diálogo para compartilhar fazeres, de forma a perceber diferenças e construir novos saberes.

II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia



A 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia reuniu profissionais de todo o Brasil

Aconteceu em São Paulo, em 2012, a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, sendo apresentados trabalhos de todo o Brasil, de países da América Latina e de países de língua portuguesa. Foram mesas redondas, rodas de conversa, conferências, atividades culturais, além de espaços especiais dedicados aos direitos humanos, ao feminino na Psicologia e à Tenda Paulo Freire, o que propiciou bons e frutíferos encontros entre profissionais de todo o país.

Além da participação do CRP SP na Curadoria do evento, durante os três dias de Mostra, os (as) conselheiros (as), gestores (as), colaboradores (as) e trabalhadores (as) estiveram nas praças e ocas para conversar e trocar informações e conhecimentos com os (as) participantes da atividade.

O CRP SP participou da Mesa de Abertura da 2ª Mostra e também de diversas mesas temáticas:

- Relação do (a) Psicólogo (a) com a Saúde Suplementar;
- Escuta de Criança e Adolescente;
- Educação Inclusiva;
- Fórum sobre Medicalização;
- Processos de Mobilização Social;
- Psicologia e Religião;
- Psicologia e Povos Indígenas na América Latina;
- Processos de Comunicação;
- Orientações para Registro de Documentos;
- Formação do (a) Psicólogo (a) e Ética;
- Processos Formativos de Psicólogas;
- Emergências e Desastres;
- Psicologia na Assistência Social.



Abraço coletivo na 2ª Mostra Nacional

O CRP SP, por meio de seus seus conselheiros (as) e colaboradores (as), apresentou 13 pôsteres na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia com temas diversos que trataram de inúmeros processos de trabalho.

Os trabalhos apresentados foram:

- Ações na gestão da Subsede Grande ABC do CRP SP no fortalecimento da política pública de Assistência Social;
- Mobilizações em torno do Dia Nacional de Enfrentamento às Violências Sexuais Contra Crianças e Adolescentes;
- Mapeamento dos(as) psicólogos(as) da área de Educação em São Paulo, 2012;
- Ações do Grupo de Trabalho em Emergências e Desastres do CRP SP;
- História e Memória da Psicologia em São Paulo;
- Ações na gestão da Subsede Grande ABC do CRP SP para o reconhecimento e crescimento da Psicologia do Esporte no estado de São Paulo;
- Ação do CRP SP na Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres Encarceradas;
- Movimentos da Luta Antimanicomial em Sorocaba e seus desdobramentos 2011/2012;
- Aproximação de saberes: Psicologia e Povos Indígenas;
- Ações da Subsede de Ribeirão Preto do CRP SP e sua articulação com a categoria e com a sociedade no ano de 2011;
- A articulação do CRP SP com a sociedade civil na cidade de Ribeirão Preto.

Além desses, foi exposto o pôster: Mapeamento sobre compra e dispensação do medicamento cloridrato de metilfenidato nos municípios do Estado de São Paulo, 2012, do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, do qual o CRP faz parte.

Os (As) trabalhadores (as) do CRP SP também apresentaram os seguintes pôsteres relativos ao trabalho realizado em orientação, fiscalização e ética no CRP SP:

- O CRP SP como campo de atuação profissional;
- Retrato do trabalho da Comissão de Ética do CRP SP.

Psicologia e Comunicação

Ainda em 2011, Sistema Conselhos de Psicologia e o CRP SP participou da articulação para o I Fórum de Internet do Brasil. Essa temática é importante para a atuação do (a) psicólogo (a), pois a comunicação é elemento para a produção das subjetividades e processos presentes no dia a dia do exercício profissional. O CRP SP defende as propostas aprovadas na I Conferência Nacional de Comunicação - Confecom, como a proibição de publicidade dirigida à crianças, e de bebidas alcoólicas, os cuidados sobre a publicidade relativas ao trânsito e mobilidade urbana e à exploração do uso da imagem do corpo.

Como parte do processo de elaboração da Resolução CFP nº 11/12, o CRP SP promoveu o Seminário Psicologia OnLine São Paulo 2011, com transmissão on line e vídeo disponível no site do CRP SP. A atividade enfrentou de forma propositiva os desafios éticos, teóricos, técnicos e jurídicos na área da Psicoinfo, com caráter preparatório para o evento nacional, que foi organizado pelo CFP, em 2011.

A nova Resolução avançou bastante em relação à anterior, pois flexibilizou os serviços oferecidos pela internet e ampliou o número de 10 para até 20 encontros ou contatos virtuais. O Conselho entende que isso vai agilizar o processo e oferecer à população maior clareza sobre os serviços psicológicos realizadas por meios de comunicação a distância. O prazo de resposta sobre o cadastro do site passou para 60 dias e os cadastros (antes chamados de selos) agora têm validade de três anos.

No período de janeiro a agosto de 2013, já seguindo as novas regras da Resolução CFP nº 11/12, foram recebidas 108 solicitações de cadastro de site.

A Psicologia Online foi tema do programa Canal Tec da R7, do SBT Brasil do SBT, do Programa Clique Ligue da TVT e de matéria na UOL e Agência de Notícias Jornal Floripa, além do canal na internet TVT (Programa Clique Ligue).



EIXO 3

Diálogo com a Sociedade e o Estado



Este eixo tem por objetivo delinear e refletir sobre as relações da Psicologia com a sociedade e com o Estado, nas perspectivas da promoção e inserção da Psicologia nas políticas públicas e em outros espaços, da aproximação com movimentos sociais comprometidos com avanços e efetivação da promoção de direitos.

O CRP SP pautou ao menos duas áreas de interface do Sistema Conselhos de Psicologia na interlocução com os atores do sistema de justiça

A articulação com parceiros (as) como a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Ministério Público, para a realização de fiscalizações, muitas vezes, conjuntamente e a defesa dos direitos humanos no âmbito de atuação do Sistema Judiciário foram importantes para concretização desse resultado estratégico. Além disso, destacam-se ações junto à gestão penitenciária e de Saúde Mental estadual, principalmente, em torno da Unidade Experimental de Saúde - UES e de monitoramento do Projeto de Escuta de Crianças e Adolescentes envolvidos (as) em situações de violência junto à Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Psicologia e Sistema Judiciário

O CRP SP realizou orientações e fiscalizações, em algumas situações, especificamente sobre a atuação profissional do (a) psicólogo (a) e, em outras, sobre a violação de direitos humanos em parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CONDEPE, Defensoria Pública, Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, Conselho Regional de Enfermagem - COREN e Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP.

Em 2011, foram realizadas fiscalizações na Penitenciária Feminina de Santana e no Hospital de Custódia de Franco da Rocha e foi de lá que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo recebeu denúncias sobre a realização de parto com mulheres algemadas. Para a instrução das medidas judiciais cabíveis, a Defensoria solicitou ao CRP SP a elaboração de um parecer técnico acerca dos efeitos psicológicos dessa prática. A partir disso, o Conselho iniciou o diálogo com os órgãos de gestão penitenciária.



O CRP SP esteve presente nos espaços de discussão protagonizados por instâncias do Sistema Judiciário como o Seminário Desafios para Implementação das Diretrizes Nacionais sobre a Educação nas Prisões e o Encontro Nacional do Encarceramento Feminino. Junto à Defensoria Pública do Estado, o CRP SP participou do III Ciclo de Conferências em 2011 e colaborando com a política de educação continuada para qualificação do atendimento interdisciplinar prestado no âmbito da instituição, com o tema violência contra mulheres.

O Conselho também divulgou nota de repúdio contra encaminhamentos dados durante o I Congresso Internacional de Direito e Psiquiatria Forense da Faculdade de Medicina da USP, realizado em 2011. O posicionamento do CRP foi de discordância em relação aos ataques realizados à política de Saúde Mental do SUS, à defesa do(a) médico (a) como único profissional reconhecido para tratamento de transtorno mental, à defesa do conceito de periculosidade em avaliações psiquiátricas e ao uso da eletroconvulsoterapia.

Saúde Mental, Juventude e Sistema Judiciário

A discussão da política de saúde mental do Sistema Socioeducativo e as práticas de internação compulsória de jovens autores (as) de atos infracionais reuniu cerca de 250 trabalhadores (as) da Psicologia e do Judiciário em atividade promovida pelo CRP SP. O funcionamento irregular da Unidade Experimental de Saúde, unidade de saúde com atuação de agentes penitenciários (as), enquanto estratégia que prolonga e perpetua a privação de liberdade por meio de uma medida de segurança para quem comete infração na adolescência, foi alvo de muitas críticas, pois o que foi chamado de pedagogia do isolamento tem sido a única solução encontrada pelo país para tratar a questão.

Foi elaborado e encaminhado à Organização das Nações Unidas - ONU em 2011, o Relatório para a Revisão Periódica Universal - RPU, assinado pelo CRP SP, Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDECAs, Movimentos Sociais, Coletivos e Associações que integram a Luta Antimanicomial. O relatório teve dois enfoques estratégicos: internações compulsórias e unidades experimentais de saúde.

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC em São Paulo protocolou, em 2013, uma ação civil pública, com pedido de liminar, para que a Unidade Experimental de Saúde - UES, mantida pelo governo do Estado de São Paulo, fosse extinta.

Na mídia:

O CRP SP pode ampliar esse debate junto à sociedade com a publicação de matérias na Folha de São Paulo, Revista Isto É, Revista Mente e Cérebro e Revista Piauí. O assunto foi abordado também no evento do VI Prêmio Arthur Bispo do Rosário.

O Conselho manifestou-se publicamente contrário às ações de violência praticadas por funcionários (as) da Fundação CASA em relação a adolescentes em cumprimento de medida de internação, considerando que o Estado tem o dever de zelar pela integridade física e mental dos (as) adolescentes internados (as), cabendo-lhe adotar medidas adequadas de contenção e segurança. Foi protocolado, junto ao Ministério Público, ofício em que solicita mais informações sobre uma história que teria ocorrido na Fundação Casa, tendo o Ministério Público respondido que foi aberto inquérito.

PROJETO DE ESCUTA ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENVOLVIDOS (AS) EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

A convite da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, órgão criado pelo Conselho Nacional de Justiça, o CRP SP iniciou o monitoramento da implantação de projeto de Escuta Especial de Crianças Vítimas e Testemunhas de Crimes no estado de São Paulo. Essa atividade reafirma o compromisso em enfrentar circuitos de desrespeito e de revitimização que envolvem crianças vítimas de violências.

O método firmado de acompanhamento do Projeto contemplou diligências às quatro comarcas do Estado de São Paulo (Campinas, Atibaia, Guarulhos e São Caetano do Sul) e ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Capital, bem como reuniões trimestrais com os (as) profissionais envolvidos (as), a fim de conhecer a implantação efetiva do fluxo intersetorial de garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

O CRP SP colaborou na construção de indicadores, tomados em eixos problematizadores que possibilitam captar, de forma qualitativa, as mudanças promovidas pelo projeto. São eles:

1. Realização do projeto, com caráter de piloto, nas comarcas elencadas, garantindo-se que esta seja uma construção coletiva, com a devida participação da rede de serviços em seu planejamento, execução e ajustes que se façam necessários;
2. Busca por uma construção interdisciplinar e intersetorial para abordar a questão da violência contra crianças e adolescentes por meio da articulação entre diferentes saberes, serviços e políticas, assegurando a proteção integral e minimizando as inúmeras violações dos direitos de crianças e adolescentes, de suas famílias e dos (as) supostos (as) agressores (as);
3. Cumprimento das diferentes funções e objetivos de distintos serviços e equipes por meio do compartilhamento de propostas de atuação, que possam se entrelaçar em objetivos comuns;
4. Respeito à autonomia entre diferentes serviços/equipes e entre profissionais, superando-se hierarquias, criando-se uma certa horizontalização das relações entre profissionais;
5. Garantia de sigilo das informações, na tensão entre a necessidade de garantir a proteção daquele (a) que é atendido, sem o (a) expor a constrangimentos, e a necessidade de informar outros serviços e profissionais que colaboram para a garantia de direitos do (a) atendido (a);
6. Garantia de que o (a) psicólogo (a) realize a escuta e não a inquirição de crianças e adolescentes, com atendimento baseado no cuidado, que se atém às demandas dos (as) usuários (as) de forma acolhedora e não invasiva, de forma alguma caracterizado por um interrogatório que busca elucidar fatos e produzir provas.

Parceria e Apoio a Movimentos pela Defesa dos Direitos dos (as) Usuários (as) do Sistema de Justiça

Foram ampliados os espaços de diálogo e ações conjuntas efetivas com os (as) usuários (as) do Sistema de Justiça sobre o acesso e a violação dos direitos

CRP SP apoiou a ação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CONDEPE junto às famílias desabrigadas pela reintegração de posse do terreno onde existia a comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos. Foram coletadas informações que subsidiassem a formalização das denúncias de maus tratos e violações de direitos relacionados ao processo. A ação foi seguida de Audiência Pública na Câmara Municipal de São José dos Campos, com relatos das famílias e denúncia dos fatos ocorridos.

Em parceria com o CRP SP, o Tribunal Popular - O Estado Brasileiro no Banco dos Réus, realizou o Seminário Encarceramento em Massa - Símbolo do Estado Penal, que reuniu representantes de presos (as), psicólogos (as), advogados (as), juizes (as) de direito, sociólogos (as), historiadores (as), assistentes sociais e teólogos (as), entre outros (as) profissionais. Foram discutidos temas como: Estado Penal e Estado de direito; Sistema de Justiça; institucionalização e suas consequências; Desinstitucionalização do Sistema Prisional; Institucionalização de adolescentes.

A América Latina viveu em sua história a dominação dos povos originários, realizada, muitas vezes, de forma brutal. Já em 2011, também em parceria com o Tribunal Popular, o CRP SP promoveu o evento Entre a Aldeia e a Cidade: Estado, Território e Identidade na visão dos Povos Indígenas. A participação de indígenas na atividade foi fundamental.





Em 2012, decididos (as) a retomar sua terra, 400 indígenas Guarani Kaiowáa do Mato Grosso do Sul ocuparam de forma pacífica a região conhecida como Arroio Koral, mas a ação violenta de pistoleiros (as) resultou inclusive em assassinato. O conflito foi resultado da decisão do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o decreto presidencial que homologava a demarcação de terras, o que ainda não foi totalmente resolvido.

A interlocução com o Tribunal de Justiça de São Paulo e, principalmente, com a Associação Juizes pela Democracia foi importante para acompanhar o conflito e apoiar a mobilização indígena.

O CRP SP participou de palestra no II Seminário Estadual dos Povos Indígenas na sede da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, em 2012.

Articulações com Entidades e Atividades do Mundo do Trabalho

O CRP SP participou de pelo menos um espaço de articulação e mobilização pelo trabalho decente no estado de São Paulo, contribuindo com a discussão da Saúde do(a) Trabalhador(a)

Destacam-se algumas atividades fundamentais para a realização desse resultado estratégico. Algumas delas, a presença em articulações que ampliassem a discussão relativa ao mundo do trabalho, como a participação do CRP SP em Congressos, apoio ao Fórum Regional de Saúde Mental e Trabalho do Grande ABC e articulação com os Centro de Referência em saúde do Trabalhador - CERESTs para a formação de um fórum de âmbito estadual e discussão em relação ao PL da terceirização. Outras atividades tiveram o caráter de interferir na gestão pública em prol da Psicologia e de seu/sua profissional como trabalhador (a): acompanhamento de editais de concurso e interferência junto a municípios quando necessário, apoio às iniciativas do CFP em relação à Saúde Suplementar e articulação com a categoria pelo apoio ao PL das 30 horas.

A partir de 2012, o CRP SP estabeleceu aproximações com as entidades e movimentos desse campo para ampliar e qualificar a presença e a participação institucional em espaços marcados pela discussão do trabalho e do emprego decentes. Vale destacar a participação na Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decentes, em 2012, bem como a presença, em 2013, no Congresso da Associação Brasileira de Medicina do Trabalho, no Congresso Internacional sobre Stress no Trabalho e no Congresso da Associação Latinoamericana de Estudo do Trabalho.

O CRP SP também esteve no 13º Congresso de Stress da ISMA-BR; 15º Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho; 5º Encontro Nacional de Qualidade de Vida na Segurança Pública; 5º Encontro Nacional de Qualidade de Vida no Serviço Público e Encontro Nacional de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, V CBPOT; Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho; e X Congresso FENAPSI em 2012.

Cabe ressaltar também a participação, em parceria com Cerests e outras organizações do Grande ABC, no Fórum Regional de Saúde Mental do Trabalho. Inclusive, tal participação ensejou a intenção do CRP SP em colaborar para a formação de um movimento congênere em todo e estado, considerando sua diversidade social e territorial. Para cumprir tal objetivo já foi possível providenciar um levantamento sobre a existência e composição profissional dos Cerests em todo estado de São Paulo, com a colaboração das equipes e comissões gestoras das subsedes.

Em relação ao Estado e à sociedade, vale mencionar também a importância do posicionamento do CRP SP sobre o PL 4.330/2004, que autorizaria toda e qualquer forma de terceirização, inclusive para as ati-



vidades inerentes aos empreendimentos. A posição contrária ao PL e a favor da regulação dos pontos de proteções e garantias para trabalhadores (as), como o direito de organização sindical por área e a responsabilidade conjunta de quem contrata a empresa terceirizadora, foram levadas para discussão no Sistema Conselhos como um todo.

Preocupado com a adequação de editais de concursos de interesse da Psicologia, a fim de verificar se garantem o exercício profissional com qualidade ética e técnica assegurando espaços de trabalho para o psicólogo (a), o CRP SP deu continuidade a essa atividade no período de 2010 a 2013.

Foram analisados 501 Editais, que ofereceram um total de 1502 vagas, além de cadastro-reserva. O CRP SP solicitou e foram feitas diversas retificações, dentre as quais: adequação da norma de avaliação psicológica (Prefeituras de Artur Nogueira, Barueri, Guarulhos, Itatiba, Indaiatuba, Jiquiá, Nova Campina, Orindiúva e Santa Gertrudes), inclusão da possibilidade de o (a) psicólogo (a) concorrer à vaga de psicopedagogo (a) (prefeituras de Hortolândia, Itu, Iperó e de Santa Cruz da Conceição), inclusão da possibilidade de concorrer à vaga de analista de recursos humanos (prefeitura de Itapevi) e exigência de inscrição no CRP SP (prefeituras de Diadema, Leme, Nova Odessa, Onda Verde, Pontal e Ribeirão Pires).

EDITAIS/VAGAS DE INTERESSE DA PSICOLOGIA DIVULGADOS:		
ANO	Nº de EDITAIS	Nº de VAGAS
2010 *	56	90
2011	237	579
2012	149	661
2013 **	59	172
TOTAL	501	1502
* A partir de set/10		
** Até mês maio/13		

A manutenção de sistema de divulgação dos editais de concurso em aberto para os (as) psicólogos (as) no site do CRP SP é um importante serviço à categoria.

O CRP SP foi convidado pela comissão de concursos da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo a orientar sobre especificidades da atuação do (a) psicólogo (a) que precisariam ser consideradas para elaboração de edital de concurso que ocorrerá em 2013.

A parceria com Conselhos de Fonoaudiologia e Nutrição, além do SinPsi, reafirmou o posicionamento do CRP SP para as Prefeituras e Câmaras Municipais de Guaratinguetá e Campos do Jordão a respeito de baixo salário oferecido aos (às) profissionais da saúde em edital.

Na mídia:

A temática da Psicologia como trabalho teve espaço no Programa Profissão Saúde da UOL e no Portal Pró Trabalhador.

PL 30 horas

As condições de trabalho profissionais estão intrinsecamente relacionadas à prestação de serviço em qualquer área do saber-fazer. Na área da Psicologia não é diferente. As diretrizes apontadas nas Conferências Nacionais de Saúde indicam a necessidade de carga horária específica para os (as) profissionais de Saúde, o que possibilitará o aprimoramento tão necessário ao exercício profissional.



Há cinco anos tramitando no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 3338/2008, mais conhecido como PL das 30 horas, é um dos projetos mais esperados pela categoria. Ele regulamenta em 30 horas semanais a jornada de trabalho de psicólogos (as) em todo o território nacional, sem a redução de salários. O PL segue para apreciação conclusiva da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ) da Casa e depois para a sanção da presidenta.

O CRP SP vem apoiando as ações do CFP e da Federação Nacional dos Psicólogos - Fenapsi, desde o início.

Saúde Suplementar

O CRP SP apoiou e divulgou o encaminhamento feito pelo CFP à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com uma revisão do rol de procedimentos obrigatórios cobertos pelas operadoras de planos de saúde a partir de janeiro de 2014 e com a proposta de ampliar o número de psicoterapias de 12 para 48 sessões anuais. Para o CFP, atualmente, os planos de saúde não cumprem as diretrizes da atual política de Saúde brasileira e limitam os atendimentos psicológicos.

O CRP SP participou do Seminário Planos de Saúde, realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP em 2012.

Foram evidenciadas pelo menos três formas de organização e gestão do trabalho, comprometidas com o enfrentamento das desigualdades sociais.

A Rede de Saúde Mental e Economia Solidária – Ecosol realizou, no período 2010-2013, várias edições Feira de Saúde Mental e Ecosol, evento que conta com o apoio do CRP SP e que já se tornou tradicional nas Semanas de Luta Antimanicomial, pois significa uma oportunidade para que projetos e empreendimentos econômicos solidários, geridos por trabalhadores (as) e usuários (as) dos serviços e coletivos da Saúde Mental possam expor e vender sua produção. Além da apresentação de projetos de arte e cultura, na Feira há espaço de formação em economia solidária, o que favorece um consumo consciente, fortalecendo o comércio justo e solidário.

O CRP SP apoiou a participação de vários grupos da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária na 2ª Mostra Nacional de Práticas de Psicologia ocorrido em 2012. Participou também do I Seminário da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária e I Mostra Artesanal em 2012.

A Feira de Saúde Mental e Ecosol fortalece projetos e empreendimentos geridos por usuários (as)



Foram evidenciados os posicionamentos do CRP SP quanto à medicalização, judicialização e patologização em pelo menos cinco meios de comunicação internos e externos.

Os posicionamentos e críticas do Conselho nos meios de comunicação foram amplamente divulgados, e serviram de grande referência, principalmente em relação às temáticas da diversidade sexual, educação medicalizada, saúde mental e política de álcool e outras drogas.

Diversidade Sexual

Na repercussão midiática, merece destaque a ampla discussão sobre a patologização de sexualidades e identidades de gênero. A ênfase na discussão se deu, principalmente, frente ao PDC 234/11 conhecido como Cura Gay, que teve ampla discussão na sociedade.



Organizada pelo CRP SP em parceria com outras entidades, mobilização contra projeto da “Cura Gay” reúne milhares de pessoas em São Paulo

Ganha destaque, em 2012, a produção e lançamento do Manifesto que defende a despatologização das identidades trans, apoiando a Campanha Internacional Stop Trans Pathologization-2012. O Manifesto foi discutido nacionalmente e incorporado pelo Sistema Conselhos de Psicologia.

Na mídia:

O CRP SP também foi convidado a participar de debates ou apresentar argumentos sobre diversidade sexual na Globo News e, particularmente sobre a Cura Gay, no CQC (Rede Bandeirantes); Folha de S.Paulo; Rádio UOL;TV Brasil; Globonews (Programa Entre Aspas); Record News (Jornal da Record News); TV Gazeta (Jornal da Gazeta, Revista da Cidade); TV Brasil.

Em relação ao enfrentamento à homofobia, o Conselho participou das Marchas contra a Homofobia em todos os anos desta gestão e publicou notas diante de situações ou projetos de lei homofóbicos.

No período de 2010 a 2013 foram apoiados diversos eventos relacionados à diversidade sexual: Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais, Mês do Orgulho GLBT, Feira Cultural LGBT, Parada do Orgulho LGBT, Jornada Lésbica-Feminista, dentre outros. Essas atividades foram realizadas em parceria com diversas entidades: Associação da Parada do Orgulho GLBT - APOGLBT, Liga Brasileira de Lésbicas e também com a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria da Justiça e de Defesa da Cidadania.

Como desafio, entende-se que a construção de material educativo, com conteúdo resultante da discussão acumulada pelo Sistema Conselhos sobre a questão, pode ser uma estratégia interessante de atuação junto à sociedade.

Educação Medicalizada

No período de 2010 a 2013 aconteceram três Seminários Internacionais que reuniram profissionais e especialistas do Brasil, Argentina, Estados Unidos, Portugal, Rússia, Chile e Espanha.



O Seminário Internacional sobre Medicalização teve sua terceira edição em 2013

Em 2011 e em 2013, a partir da participação no III e no IV Simposio Internacional sobre Patologización de la Infancia, foi constituído o Fórum Latinoamericano sobre Patologização da Vida, que reúne profissionais da Saúde e Educação da América Latina para articular e formar novos espaços e coletivos, além de desencadear ações como a Campanha STOP DSM e a Carta da Unasul, dispositivos que favoreceram o esclarecimento à população de maneira geral sobre o que é o processo de medicalização e a necessidade de encontrar saídas conjuntas para a melhor qualificação do processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças e adolescentes.

A ampliação das ações do CRP SP nessa temática estão relacionadas a um importante avanço na parceria com o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade que, a partir de 2010, consolidou-se como espaço de interlocução e articulação de entidades, grupos e pessoas para o enfrentamento e a superação do fenômeno da medicalização. Hoje há núcleos do Fórum no interior de São Paulo, na região Metropolitana e em outros estados brasileiros.



Na mídia:

O programa Diversidade sobre Educação Medicalizada, realizado em parceria com a TV PUC, integrou a grade de programação do Canal Universitário (canal 11 da NET em SP) e está disponível no site do CRP SP.

Durante a mesa-redonda Medicalização e Políticas Públicas, na Câmara Municipal de São Paulo, foi anunciado um projeto de lei instituindo o 11 de novembro como o Dia Municipal de Luta contra a Medicalização na Educação. A partir de então, anualmente o CRP SP realiza atividades temáticas nessa data. Na cidade de São Paulo, destaque para palestra e lançamento das “Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais da Saúde e da Educação” na Câmara Municipal e a atividade “Vamos Brincar e Desmedicalizar a Vida”, realizada no Parque do Ibirapuera.

Em 2012, foi realizada a Campanha Internacional contra a Medicalização da Vida, com apoio do CRP SP. A mesma atividade aconteceu em diversas cidades do mundo, como Barcelona, na Espanha, e Buenos Aires, na Argentina.

Na mídia:

Em relação ao tema Medicalização da Vida, o CRP SP participou do Jornal das Dez, na Globo News; do Jornal Hoje, da Rede Globo; publicou matérias na Revista Isto É; na Folha de São Paulo; e na Rádio Aparecida.

Na área da Educação cabe destacar a participação do CRP SP no seminário “Bullying???”, realizado na Câmara Municipal de São Paulo, em 2011, que reuniu cerca de 400 pessoas, discutindo entre outros pontos, as condições sociais, políticas e educacionais em que se inserem o bullying. O Seminário gerou ainda um vídeo de divulgação da temática da violência na/da escola.

Saúde Mental e Política de Álcool e Outras Drogas

Destacam-se as atividades da Semana da Luta Antimanicomial, situações muito importantes de diálogo com a sociedade sobre as distintas nuances que integram o tema. A partir de acontecimentos relacionados à política de álcool e outras drogas, como financiamento do SUS, internação compulsória e implementação das comunidades terapêuticas com verba pública, o CRP SP se manifestou muitas vezes, reafirmando sua posição. A realização da VI edição do Prêmio Arthur Bispo do Rosário e o IV Prêmio Carrano de Luta Antimanicomial e de Direitos Humanos, recebido pelo CRP SP, também merece destaque, assim como várias inserções do tema na grande mídia.

Em 2011, representantes do CFP e de outras entidades, incluindo o CRP SP, participaram de inspeções no Hospital Psiquiátrico Vera Cruz e no Hospital Mental Medicina Especializada, ambos na cidade de Sorocaba, após denúncias recebidas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. As duas instituições apresentavam alto índice de mortes de usuários (as), entre outros problemas. Pesquisa realizada por profissionais integrantes do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba - FLAMAS nos hospitais psiquiátricos de Sorocaba e região acrescentaram dados relevantes para retratar a gravidade dos fatos.

Após embates com a política local, o CRP SP publicou uma Carta Aberta, em defesa do debate científico em saúde mental em Sorocaba, de maneira a apoiar os (as) pesquisadores (as) que sofreram processo judicial por parte de hospitais psiquiátricos privados.



Atividade da Semana da Luta Antimanicomial em Sorocaba

Denúncias do CRP SP, do Sinpsi, do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba - FLAMAS e de outras entidades de defesa da saúde mental e dos direitos humanos foram feitas ao poder público e à mídia, que têm se mostrado cada vez mais sensível a este assunto. Nesse contexto, em 2011, Sorocaba foi escolhida como sede de eventos da Semana da Luta Antimanicomial organizados com apoio do CRP SP, com caráter de denúncia e reivindicação por melhorias nesta área. Um deles em praça pública e o outro, um ato público na Câmara Municipal que reuniu representantes do Movimento Luta Antimanicomial. Também na Assembleia Legislativa de São Paulo ocorreram atividades.

A Semana da Luta Antimanicomial em 2012 mobilizou usuários (as) e trabalhadores (as) de saúde mental em todo o estado de SP em torno do lema: Loucura não se prende, saúde não se vende.



O CRP SP apoiou o ato realizado na Avenida Paulista, na capital do estado, que mobilizou mais de mil pessoas, entre usuários (as) da saúde mental, trabalhadores (as) da saúde e representantes de movimentos e entidades que apoiam a Luta Antimanicomial. Destacaram-se manifestações de protesto contra a privatização da saúde, o sub-financiamento da saúde mental em todo o estado e o repúdio às relações manicomiais, principalmente as internações compulsórias de usuários (as) de crack nas chamadas comunidades terapêuticas. Foram entregues documentos a representante da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Entre os documentos, estavam A Carta de Princípios, o Manifesto da Frente Antimanicomial de SP e a publicação do CRP SP Álcool e Outras Drogas.



Música e arte em defesa de uma sociedade sem manicômios

Já em 2013, cerca de 1,5 mil pessoas de 15 municípios paulistas, concentraram-se no vão livre do Museu de Arte de São Paulo - MASP, na capital, em torno da bandeira A luta não para, por uma sociedade sem manicômios e em defesa do tratamento em liberdade, com participação de representantes dos movimentos feministas e do Coletivo DAR, de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS de várias regiões e de instituições de ensino superior, além de usuários (as) e seus/suas familiares. Houve apresentação da bateria do Complexo Prates, do cordão carnavalesco Bibi-Tantã e distribuição de cordéis especialmente elaborados para o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, dentre outras atividades. Em dezembro de 2011, aconteceu a VI edição do Prêmio Arthur Bispo do Rosário com inscrição de 900 trabalhos, reunindo mais de 200 pessoas na cerimônia de premiação que celebrou o potencial transformador e criador da arte em usuários (as) de serviços de saúde mental em seis categorias: esculturas e instalações; vídeos; contos e crônicas; pinturas e ilustrações; poesias; e fotografia.

Em 2012, o CRP SP foi um dos 13 premiados do IV Prêmio Carrano de Luta Antimanicomial e de Direitos Humanos. O troféu homenageia pessoas e instituições que, com sua arte, ações e atitudes contribuem para manifestar e denunciar quaisquer violações dos direitos humanos, especialmente no que se refere às pessoas em sofrimento mental. A entrega do prêmio, que em 2012 homenageou o escritor Lima Barreto, foi marcada por apresentações artísticas e muita emoção. O CRP SP foi contemplado por sua iniciativa na organização do Prêmio Arthur Bispo do Rosário.



Na mídia:

O tema da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial foi matéria da Revista Caros Amigos, Revista Saúde da Federação dos Trabalhadores da Saúde, do Diário do Grande ABC, da Agência Notícias do Planalto e do Site Adital e do Jornal do SBT.

Na mídia:

O Programa Diversidade, parceria entre TV PUC e CRP SP, ganhou um novo formato, lançado em 2013, que teve como primeiro tema, a Luta Antimanicomial. O programa é transmitido pelo Canal Universitário.

Audiências Públicas Sobre Medicalização, Judicialização e Patologização: O Diálogo com o Legislativo

O CRP SP envolveu o legislativo para chamamento de audiências públicas na ALESP - Assembleia Legislativa de São Paulo sobre medicalização, judicialização e patologização da vida.

A respeito da realização de audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP, diversas questões do âmbito de atuação do CRP SP foram abordadas em audiências. Essa tem se mostrado uma estratégia importante de intervenção e investimento na ampliação e qualificação de ações que resguardem a singularidade e o direito às diferenças. Por isso, deve ser mantida.

O CRP SP realiza acompanhamento do Processo Legislativo por meio de levantamento e acompanhamento sistemático do andamento de Projetos de Lei com informações sobre os trâmites processuais e técnicos.

Até agosto de 2013, o CRP SP acompanhou 350 projetos, sendo 176 no âmbito federal, 136 no estadual e 38 no municipal. Destacamos os principais PLs:

PLs FEDERAIS

- SCD nº 268/02 Ato Médico;
- PL nº 7663/10 - Reforma da Lei Antidrogas;
- PL nº 280/11 – Proibição de divulgação de material que possa induzir a criança ao homossexualismo;
- PLC 122/06 – Criminalização de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero;
- PDC nº 234/11 – Suspende a Resolução CFP 01/99;
- PLS nº 236/12 - Reforma do Código Penal (contra a criminalização do Bullying, redução da maioria penal, psicofobia);
- PL nº 060/07 Senado e PL 3688/00 - Psicólogo nas Escolas;
- PL nº 3338/08 - Carga Horária 30hs Psicólogo;
- PLC 45/10 – Leitos do SUS para planos de saúde privados;
- PL nº 1051/03 - Psicocirurgia.

PLs ESTADUAIS

- PL nº 442/07 - Psicólogo nas Escolas.

PL MUNICIPAL

- PL nº 086/06 – PL da Dislexia.

Em relação às questões da diversidade sexual, o CRP SP desempenhou inúmeras intervenções. Em 2011, foi divulgada nota na qual o Conselho manifesta sua preocupação diante do PL 280/11, que “dispõe sobre a proibição de divulgação de qualquer tipo de material, que possa induzir a criança ao homossexualismo”.

O CRP SP acompanhou a discussão em torno do Projeto que criminaliza homofobia, com o desarquivamento do PLC122/06, que torna crime a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional e também a discriminação por gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. O Conselho reiterou seu compromisso no combate à homofobia por meio do posicionamento pela aprovação do PL.

O PDC 234/11 propunha sustar a aplicação do parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º, da Resolução do CFP 01/99, que estabelece normas de atuação para os (as) psicólogos(as) em relação à questão da orientação sexual, requereu a prontidão do posicionamento e intervenção do Conselho, que esteve presente nas diversas audiências públicas e discussões na Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional, por meio de seus representantes nas ocasiões. Importante destacar as interfaces entre as temáticas e questões que envolviam moral e crenças religiosas, abordando os ataques à laicidade do Estado e da Psicologia.



Posse da Comissão Municipal da Diversidade Sexual em Santos

Diante dos crescentes retrocessos que estão ocorrendo na sociedade brasileira na área de direitos humanos e da ameaça a um dos princípios da Constituição Federal, a laicidade do Estado, diversas entidades, dentre elas o CRP SP, estiveram no Lançamento dos 10 anos do Movimento Estratégico pelo Estado Laico - MEEL – Campanha Direitos Humanos e Estado Laico Já! O lançamento aconteceu em audiência pública sobre efetivação dos direitos humanos no Brasil e os 10 anos das Relatorias Nacionais em Direitos Humanos em Brasília. O CRP SP também faz parte do Movimento, que conta com outras entidades como a Plataforma Dhesca, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT, Coletivo Intervezes, a Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial - Renila.

Na mídia:

Para o enfrentamento da medicalização da Educação e patologização dos processos educativos, o CRP SP defende a implantação do serviço social e psicológico nas escolas da rede estadual de ensino e também na capital, em ações junto ao Legislativo. A defesa da participação da Psicologia na Educação foi tema de programa da Rede Brasil Atual e matéria publicada na Revista Educação.

Esse foi tema de debate na Câmara Municipal em 2011, estratégia utilizada para contrapor-se à derrubada do veto do então prefeito Gilberto Kassab ao PL 280/09 sobre a implantação do serviço social e psicológico nas escolas da rede municipal na capital.

Ainda em 2011, o Conselho participou, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP, de audiência pública que teve como tema Prevenção e orientação nas escolas com o trabalho de psicólogos (as) e assistentes sociais, com participação de representantes de Conselhos de Profissão e Sindicato, representantes do poder executivo e controle social. A audiência foi transmitida ao vivo pela TV Alesp.

O CRP SP defendeu a sanção ao PL estadual 442/07, que autoriza o Poder Executivo a implantar, nos quadros funcionais das instituições públicas de ensino de educação infantil, fundamental e médio, os cargos de psicólogo (a), psicopedagogo (a) e assistente social. O projeto foi aprovado na Assembleia Legislativa, mas vetado pelo governador Geraldo Alckmin, apesar da solicitação do CRP SP para realização de audiência para discutir o projeto.



A presença de psicólogos (as) na Educação foi defendida pelo CRP SP

Após o veto, o CRP SP participou de Audiência Pública na Assembleia Legislativa de SP, na qual se decidiu pela elaboração de um novo projeto, ainda mais inovador e arrojado, que possa ser construído coletivamente pela categoria e que atenda aos anseios da população, colocando a Educação como prioridade.

Em nível nacional, o CRP SP tem acompanhado, juntamente com o CFP, o PL 3.688/00, que prevê a inserção de profissionais da Psicologia e do Serviço Social na rede pública de Educação Básica, que foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação -CE da Câmara dos Deputados e segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania -CCJ. O Conselho colaborou com a divulgação para o envio de manifestos aos parlamentares pela internet.



Audiência Pública sobre Patologização da Infância em Santos

A Câmara Municipal de São Paulo encaminhou para votação o PL 086/06, conhecido “PL da Dislexia”, que dispõe sobre o programa de apoio ao (à) aluno (a) portador (a) de distúrbios específicos de aprendizagem diagnosticados como dislexia. O CRP SP vem mantendo uma posição firme contra sua aprovação, por entender que há desrespeito ao SUS, intensificação da medicalização de crianças e desconhecimento da função do (a) psicólogo (a) na Educação. Para interferir nos posicionamentos dos (as) parlamentares de modo a arquivarem o PL, o CRP SP organizou eventos, abaixo-assinados e reuniões com vereadores (as), além de, em conjunto com outras entidades parceiras, contatar representantes do Legislativo e do Executivo municipais.

Em relação à redução da maioria penal, o CRP SP participou da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PEC 33/12, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos e da audiência proposta de emenda à Constituição 33, de 2012, do Senado. Para ampliar o diálogo com a sociedade, o Conselho participou da audiência pública com o intuito de discutir a polêmica a respeito da redução da maioria penal, e de debate público no Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo - FASS.

Em 2011, a Assembleia Legislativa do Estado, em caráter de urgência no final do ano, aprovou o PLC 45/10 e dispôs sobre a possibilidade de destinação de até 25% dos leitos e atendimentos do SUS a particulares e usuários (as) de planos de saúde privados. O CRP SP manifestou-se contra a aprovação do PL, por aprofundar o quadro de desmonte do SUS e aumentar o déficit de leitos. Por isso, participou de várias atividades relativas ao financiamento público da saúde como a palestra O atendimento público e privado: a dupla fila nos atendimentos do SUS, no Fórum de Entidades; em 2012, participou do III Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde; já em 2013, esteve no Ato em Defesa da Saúde Pública em Brasília. Além disso, em várias ocasiões, o CRP SP se pronunciou em defesa do SUS.

O CRP SP reafirmou em 2011 sua posição contra a Psicocirurgia, procedimento médico empregado com o objetivo de promover alterações de comportamento em pacientes psiquiátricos (as) por meio da retirada de partes do cérebro, divulgando esse posicionamento em vários espaços. O PL 1051/03 inicialmente proibia a prática da Psicocirurgia no estado de São Paulo, porém, em 2011 foram apresentados requisitos para a realização do procedimento.

Em âmbito nacional, o CRP SP juntamente com o CFP e outras entidades, acompanhou a audiência pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realizada na Câmara dos Deputados sobre o do PL 7.663/10, que pretendia reformar a Lei Antidrogas, reafirmando as internações, voluntárias e involuntárias, a eficácia das comunidades terapêuticas e propondo o aumento das penas para usuários (as) e traficantes. Foi entregue aos (às) parlamentares que estavam na audiência um documento sobre os efeitos perversos que a aprovação do dispositivo poderá provocar, aumentando o número de prisões e o tempo de privação da liberdade, não se comprometendo com a atenção aos (às) usuários (as) de álcool e outras drogas.



Audiência Pública sobre Política de Álcool e Outras Drogas em Santos

Em abril de 2013, antes da aprovação do PL, o CRP SP acompanhou a visita da comissão de deputados federais ao Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas - CRATOD, em que participaram representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, do Ministério Público e o coordenador do CRATOD. O CRP SP era a única entidade representante dos (as) profissionais da Saúde e apresentou dados referente às fiscalizações em comunidades terapêuticas, tendo como perspectiva a violação dos direitos humanos de maneira a problematizar o uso das internações compulsórias. Foram entregues materiais produzidos pelo Conselho: o relatório da Inspeção Nacional das CTs, o Manifesto do CRP e o folder contra as CTs. Foi realizado Ato Público contra a internação compulsória em frente ao CRATOD com participação e apoio do CRP SP.

Em maio de 2012, a mídia divulgou denúncias de suposto pedido de “flexibilização” em contratos entre Governo Federal e comunidades terapêuticas, como parte do plano de enfrentamento ao crack do Governo Federal.



Audiência Pública sobre Luta Antimanicomial em Sorocaba

Nas comunidades terapêuticas ocorrem internações involuntárias, muitas vezes sem notificação ao Ministério Público, e “contenções medicamentosas” sem avaliação e prescrição médica. Houve uma preocupação do CRP SP em como se daria o monitoramento, controle e avaliação das ações realizadas nestas comunidades terapêuticas. Dessa forma, em diversas ocasiões, o Conselho posicionou-se contra o investimento do SUS nas comunidades terapêuticas ou qualquer instituição que trate os (as) usuários (as) de álcool e outras drogas em regime de privação de liberdade. Reafirmou a necessidade de investimento na rede de serviços do SUS, pautada na promoção de reconstrução de laços comunitários e inserção social através de Projeto Terapêutico Individualizado.

Em 2013, o CRP SP participou da audiência pública – Internação Compulsória: Violação dos Direitos Humanos. O tema Internação Compulsória: Solução ou problema? Foi discutido pelo CRP SP também junto à Câmara Municipal de São Paulo

O CRP SP participou do lançamento da Campanha Chega de propaganda de cerveja na TV para crianças e adolescentes e da audiência Pública sobre o Enfrentamento ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes e Modificação Legislativa por Meio de Iniciativa Popular na sede do Ministério Público, em 2012.



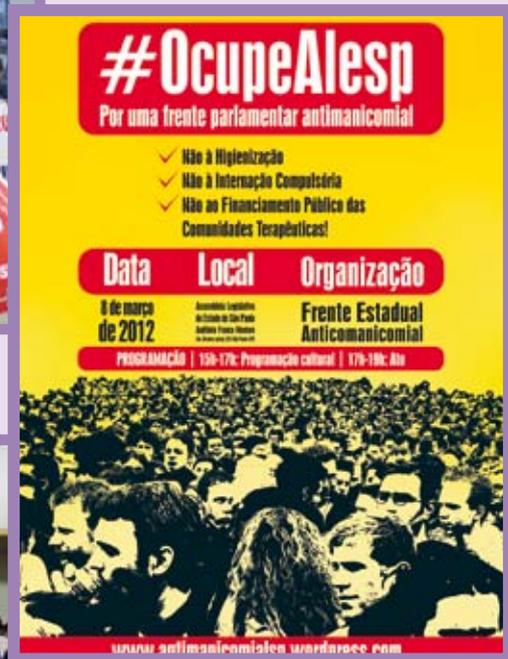
Na mídia:

*A Internação Compulsória foi discutida pelo CRP SP a partir de matérias publicadas na Revista *Mente e Cérebro*, *Folha de São Paulo* e *Jornal do Treme* do programa *Jornal Repórter Brasil* na TV Brasil. Já na *Rede Brasil Atual* foi problematizada a proposta de Bolsa Crack.*

Em 2012, a partir da mobilização do Ocupe a Alesp - Por uma Frente Parlamentar Antimanicomial, com apoio do CRP SP, ocorreu o lançamento da Frente Parlamentar Estadual de Luta Antimanicomial, com posicionamentos contra a judicialização na saúde mental, questionando a internação compulsória e o financiamento público das comunidades terapêuticas. Essa ação foi importante, pois a ALESP tradicionalmente não é uma Casa que propõe projetos antimanicomiais e a instauração da Frente possibilitou ampliar ações propositivas junto ao legislativo em âmbito estadual. Mais de 350 pessoas entre usuários (as), familiares, gestores (as), integrantes de entidades, associações, fóruns, redes e movimentos sociais. O CRP SP também esteve presente na mobilização.



A Luta Antimanicomial conquistou espaço nas discussões da Assembleia Legislativa de São Paulo



Foi realizada audiência pública organizada pela Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva que abordou as atrocidades cometidas no hospital psiquiátrico Colônia, em Minas Gerais, no período de 1903 a 1980, reafirmando a importância de uma sociedade sem manicômios e que respeite os direitos humanos. O CRP SP participou da atividade relatando sua atuação na Inspeção Nacional que o Sistema Conselhos realizou em 2004 em hospitais psiquiátricos em todo o país e, em 2011, nas comunidades terapêuticas.

A Ação Integrada Centro Legal desencadeou mobilizações junto ao poder legislativo. Foi realizada audiência pública na ALESP contra a ação militar organizada pela prefeitura voltada aos (às) usuários (as) de álcool e drogas e moradores (as) de rua da região da Luz, conhecida como Cracolândia. Aproximadamente 200 pessoas do CRP SP e de diversas entidades da sociedade civil movimentos sociais, comunitários e religiosos participaram da audiência. Ao final, alguns encaminhamentos foram realizados, como o envio de documento aos Poderes Executivos municipal e estadual, exigindo a suspensão imediata das atividades policiais e a indicação da criação de um fórum com todas as entidades envolvidas para discutir problemas e ações comuns.

O CRP SP, juntamente com movimentos sociais e entidades, em 2012, organizou o Churrascão da Gente Diferenciada, que contou com a participação de cerca de mil pessoas e foi um importante momento de articulação para a realização de outras ações de protestos contra a ação do Estado na região da Luz.

Na mídia:

O Conselho também divulgou nota de repúdio contra a ação policial organizada pelo Estado no centro de SP e reafirmou a necessidade de uma política de combate ao crack intersetorial, envolvendo Segurança Pública, Saúde e Assistência Social. Os posicionamentos do CRP SP tiveram espaço na mídia com matérias e artigos no jornal Folha de S.Paulo e participação no Programa Juízes pela Democracia da All TV.

A dimensão proposta deve levar em consideração a necessidade de um projeto coletivo para a profissão que articule diversos (as) protagonistas no aprimoramento da democracia.

A aproximação do CRP SP com instâncias dos poderes legislativo e executivo, bem como as parcerias com entidades da área, da sociedade civil e movimentos sociais foi fundamental para realizar os resultados propostos no presente eixo.

Destacam-se as reuniões com representações regionais da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - Abrapee, com a direção nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP, e do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo - Sinpsi. Em relação à União Latino Americana de Psicologia - ULAPSI, o CRP SP apoiou e protagonizou inúmeras atividades, desde a participação no Congresso da entidade e em suas reuniões ordinárias, bem como no apoio à constituição da personalidade jurídica da organização.

A ampliação de inserções na grande mídia também foi muito importante, de modo a interferir na discussão de temas de interesse da Psicologia junto à sociedade.

PL do ATO MÉDICO

Finalmente, chegou a um ponto final o esforço da categoria em todo o Brasil, ao longo de mais de uma década, na luta contra o PL 268/2002, conhecido como Ato Médico. Inúmeras iniciativas de campanhas, abaixo-assinados, manifestações, mobilizações nas redes sociais e posicionamentos públicos foram realizados. Muitos foram os parceiros: Conselho Nacional de Saúde - CNS, Fóruns de Conselhos Profissionais, como a Frente dos Conselhos das Profissões da Área da Saúde - Fcpas, o Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde - Fentas, a Federação Nacional dos Psicólogos - Fenapsi, Sindicato dos Psicólogos - Sinpsi e as entidades nacionais da Psicologia, organizadas em torno do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - Fenpb. Muitas atividades foram or-



A articulação e a mobilização da Psicologia foi fundamental para o veto parcial do PL do Ato Médico

ganizadas para o enfrentamento do Projeto de Lei. Aconteceram diversas mobilizações em São Paulo, como panfletagem em pontos estratégicos da cidade, com o objetivo de ampliar a discussão com a sociedade. Além disso, o CRP SP organizou caravanas à Brasília para ampliar os protestos nas várias etapas de votação do PL. Por meio da atuação junto aos (às) deputados(as) federais e senadores(as), foram apresentados posicionamentos contra o PL, destacando os prejuízos à sociedade. O Conselho também divulgou amplamente junto aos (às) psicólogos (as) a petição online contra o Ato Médico, que possibilitou a manifestação virtual da categoria.

Na mídia:

O Ato Médico pode ser discutido com a sociedade por meio da participação do CRP SP em programa da Rádio Aparecida; GloboNews (Jornal da Globo News); e Rede Globo (SPTV).

O PL 268/2002 foi aprovado pelo Congresso Nacional e transformado na Lei 12.482/2013, mas recebeu vetos da presidenta em 10 artigos que foram confirmados, inclusive o que definia que apenas médicos (as) poderiam fazer diagnósticos e prescrições.

Foram ampliados campos de influência em políticas em pelo menos dois temas eleitos pelo Sistema Conselhos.

A participação do CRP SP nas Conferências é de fundamental importância, pois são mecanismos institucionais participativos de proposição de ações e de acompanhamento e controle da gestão pública. São espaços legítimos e deliberativos para que governo, sociedade civil e outros se reúnam e, num processo democrático, discutam e definam políticas públicas. Outra instância imprescindível são os Fóruns, que se constituem como espaços legítimos de debate, articulação e reflexão coletiva. O CRP SP participou das diferentes conferências em âmbito municipal, estadual e nacional das diversas áreas das políticas públicas: Assistência Social, das temáticas LGBT e controle social.

8ª Conferência Nacional de Assistência Social

A participação dos (as) profissionais e das organizações de Psicologia foi maior e melhor, em relação a outras conferências, o que vai consolidando um lugar e uma função para a Psicologia no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com questões sobre a garantia de direitos de usuários(as), trabalho multiprofissional, controle social à gestão da política de Assistência Social e, sobretudo, na organização de uma identidade coletiva de trabalhadores (as) do SUAS, de forma multiprofissional, considerando as contribuições das várias categorias para garantir os direitos dos(as) usuários(as) e qualificar a política.

14ª Conferência Nacional de Saúde

O financiamento da Saúde e o acesso da população a serviços públicos e de qualidade foram amplamente discutidos, particularmente o financiamento público das comunidades terapêuticas destinadas ao tratamento de álcool e outras drogas.

Na 6ª Conferência Estadual de Saúde, os (as) delegados (as) de São Paulo elaboraram a CARTA DE SERRA NEGRA, na qual reafirmaram a importância de definições políticas que garantam o SUS 100% público, além de outras medidas como a garantia de fontes de financiamento ao SUS, controle social forte e atuante e valorização de todos (as) os (as) trabalhadores (as) envolvidos (as).

2ª Conferência Nacional LGBT

A 2ª. Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT teve como principais pontos de reivindicação por parte da sociedade civil a aprovação do PLC 122, que criminaliza a homofobia; a priorização de ações na prevenção e combate à homofobia nas escolas; a aprovação, pelo governo federal, do material do Projeto Escola Sem Homofobia; e a efetivação da laicidade do Estado, garantindo que pressupostos religiosos não interfiram nas práticas políticas.

As discussões de maior interesse para a Psicologia giraram também em torno da prioridade ao acesso integral à saúde para travestis e transexuais, por meio do aprimoramento do chamado “processo transexualizador” do SUS e da ampliação do atendimento ambulatorial a essa população.

1ª CONSOCIAL



Foi realizada a Conferência Livre como etapa preparatória para a 1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social da Cidade de São Paulo - CONSOCIAL, organizada pelo CRP SP em conjunto com outras entidades, para a formulação de propostas que visem à transparência na administração de governos e a participação popular nos gastos do dinheiro público. Foram formuladas propostas, sendo dez delas acatadas pelos (as) participantes em assembleia e enviadas para a 1ª CONSOCIAL.

Em 2012, o CRP SP participou do Fórum Nacional de Transparência e Controle Social na Câmara Municipal de São Paulo.

O Conselho também apoiou e acompanhou a Comissão Guarani YvyRupa no IX Acampamento Terra Livre, durante a Cúpula dos Povos da Rio+20, na qual as organizações indígenas reiteraram a importância do bem viver na recusa ao capitalismo verde proposto pela Rio+20 oficial.

Outros espaços importantes nos quais o CRP SP esteve presente para discutir a questão indígena: I Encontro Nacional de Psicologia Povos Indígenas e Direitos Humanos, II Encontro de Saúde Mental Indígena de Mato Grosso do Sul e 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (etapa local).

Em novembro de 2012, na sede do CRP SP, aconteceu o Seminário de Lançamento da Frente Drogas e Cidadania de São Paulo, que reuniu entidades e organizações ligadas às lutas pelos direitos humanos. O Conselho faz parte das instituições que integram a Frente de São Paulo e também está na Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos - FNDDH.



Seminário de lançamento da Frente Drogas e Cidadania de São Paulo

Cerca de 150 pessoas participaram do seminário, que contou com a presença de representantes da Defensoria Pública de São Paulo, do Movimento Nacional de População de Rua, do Coletivo DAR e de diversas entidades que trabalham com o tema. A Frente em São Paulo trabalha com dois eixos: reativo (estigmatização, plano crack, etc.) e propositivo (elaboração de políticas públicas). Destaca-se a necessidade de promover um debate sobre o uso não abusivo, qualificar a discussão antiproibicionismo e intervir nos mecanismos institucionalizados de controle social.

O CRP SP participou de vários congressos e simpósios pela sua relevância na discussão dos posicionamentos do Sistema Conselhos. Entre eles, destaque para:

- X e XI Encontro Regional de Psicologia Social da ABRAPSO;
- 7º e 8º CONPSI – Congresso De Psicologia Norte e Nordeste;
- XX e XXI CONPE - Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional;
- 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – ABRASCO;
- IV Congresso da Sociedade Iberoamericana de Psicologia do Esporte;
- V Congresso de Avaliação Psicológica - IBAP;
- Congresso Internacional sobre Drogas em Brasília;
- IV Simposio Internacional sobre Patologización de la infancia “Prácticas Inclusivas y Subjetivantes em Salud y Educación”;
- 15th Biannual Conference of the International Society for Theoretical Psychology (ISTP);
- Colóquio Internacional de Culturas Jovens Afro-Brasil América: Encontros e Desencontros;
- VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero;
- Congresso Nacional de Direito Homoafetivo;
- 1º Congresso Internacional e III Congresso Nacional: A Construção de Sentido para o Aprender e o Ensinar na Diversidade.

O CRP SP elaborou e publicizou pelo menos seis posicionamentos, de forma propositiva, a partir da Psicologia e dos direitos humanos, frente pelo menos às políticas públicas de Saúde, Assistência Social, Educação e Direitos Humanos

O Projeto Integrador Proposições para Políticas Públicas enfatiza as ações do CRP SP em relação à promoção e apoio às intervenções de caráter propositivo na política, que estejam em consonância com o compromisso social da Psicologia. O apoio do Conselho à atuação de representantes em órgãos de controle social e à interlocução com a gestão pública tem destaque para a realização deste resultado estratégico.

A atuação de representantes do CRP SP em órgãos de controle social é estratégica na perspectiva de garantia de direitos e participação democrática da população na gestão das

políticas públicas, a fim de que estas proposições sejam valorizadas no diálogo com o poder executivo. É necessário reconhecer avanços na atuação em Controle Social, tendo em vista o aumento e a qualificação da atuação dos (as) representantes do CRP SP. A realização do Seminário: Representação CRP SP nos órgãos de controle social é marco na convergência dos esforços do CRP SP, que objetivou aprofundar os posicionamentos consolidados até o momento. Nesse sentido, é preciso destacar as contribuições do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP SP que, com a produção de materiais com recorte estadual, fomentou o debate no âmbito das políticas públicas em São Paulo, inclusive com a elaboração de documentos para os (as) gestores (as) das diversas políticas públicas.

O CRP SP tem representação nos seguintes órgãos de controle social em âmbito estadual:

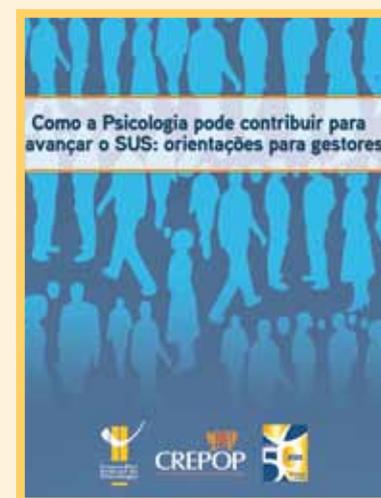
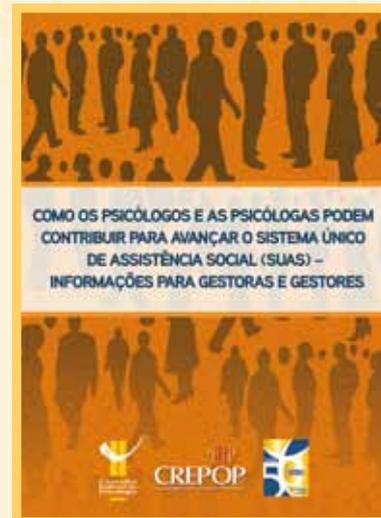
- Conselho Estadual sobre Drogas – CONED;
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CONDEPE;
- Conselho Estadual de Saúde ;
- Comissão de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas – CES/SP.

Além disso também tem representação nas seguintes instâncias de âmbito estadual:

- Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública;
- Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo;
- Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Fórum dos Conselhos Atividade Fim da Saúde;
- Câmara dos Profissionais Registrados em Conselhos e Ordens do Estado de São Paulo – Conselhão;
- GT Formação Profissional do Fórum dos Conselhos dos Profissionais da Área da Saúde de São Paulo;
- Fórum Suprapartidário em Defesa do SUS e da Seguridade Social;
- Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas - CIAI;
- Câmara Técnica de Bioética do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.

Ganha destaque a necessidade de manter a representação do CRP SP no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e no Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, formados por várias entidades de São Paulo que lutam por sua implementação. Ressalta-se também, a necessidade da continuidade da representação no Fórum Permanente de Políticas Públicas para População em Situação de Rua.

O CRP SP vem aproximando psicólogos (as), lideranças indígenas e profissionais de áreas afins, para definir conjuntamente parâmetros para políticas públicas de interesse dessas populações por meio do GT Povos Indígenas. Destaque deve ser dado à participação no Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas junto à Secretaria da Justiça do Estado



de São Paulo para elaborar diretrizes, fomentar e implementar políticas, promovendo a integração dos órgãos e entidades, de caráter público e privado, envolvidos na execução de ações voltadas à população indígena do estado de São Paulo.

Em 2011, o CRP SP e o CFP estiveram entre as 100 entidades da sociedade civil que elegeram os quatro representantes do segmento Terceiro Setor que compõem o Comitê Gestor de Internet no Brasil - CGI BR, responsável pelo estabelecimento de diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da internet no Brasil. Em conjunto com outras entidades, o Conselho elaborou uma plataforma política desses representantes, a Plataforma por uma Internet Livre, Inclusiva e Democrática, segundo os princípios defendidos na 1ª Conferência Nacional de Comunicação - Confecom.

Na mídia:

O programa Mídia Cidadã, produzido pela TV Alesp e exibido na rede dos Canais Comunitários paulistas teve a participação do CRP SP com o tema Mídia e Psicologia. Na pauta, assuntos como o controle social da mídia e a criação de um conselho de comunicação no estado de São Paulo.

Em âmbito municipal, o CRP SP possui representação em órgãos de controle social das políticas públicas em diversas áreas e cidades:

ÁREAS	CIDADES
Álcool e Drogas	Assis, Ourinhos, Presidente Prudente, Bauru, São Paulo, Ribeirão Preto e SJRP
Assistência Social	Santos, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Jacareí e Taubaté
Criança e Adolescente	Assis, Presidente Prudente, Santos, Campinas, Araraquara, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Guaratinguetá Santos - Comissão Municipal de enfrentamento à violência e abuso São Paulo - Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência e Abuso e Fórum Municipal de Saúde Mental de crianças e adolescentes e Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo Sorocaba - Fórum Regional de Enfrentamento à Violência e Abuso e Conselho da Juventude de Sorocaba
Pessoa com deficiência	Assis, Tarumã, Santos e Bauru
Direitos Humanos	Assis, São José do Rio Preto e Sorocaba - Comitê Regional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Bauru - Conselho Municipal de DH de Bauru
Educação	São José do Rio Preto e Ribeirão Preto São José do Rio Preto - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Idoso	Ribeirão Preto, São Carlos e São José do Rio Preto
Saúde e Saúde Mental	Santo André, Assis, Presidente Prudente, Santos, Bauru, Agudos, Campinas, Rio Claro, Ribeirão Preto, Jaboticabal e São José do Rio Preto São Paulo - Comissão Municipal de Saúde Mental e Comissão Municipal de DST/AIDS do Conselho Municipal de Saúde

Foram realizadas ações junto ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente de São Vicente, em relação às demandas da aldeia Paranapuã e às especificidades de suas crianças e adolescentes.

O CRP SP possui assento no Conselho da Cidade da capital paulista, instância de caráter consultivo que possibilita diálogo entre a administração municipal e a sociedade, formado por 136 representantes dos movimentos sociais, entidades de classe, empresários, cientistas, pesquisadores (as), artistas e lideranças religiosas. O CRP SP também foi convidado a contribuir, especificamente, com as políticas públicas de Educação, Saúde e Direitos Humanos junto à Prefeitura Municipal de São Paulo no início da nova gestão.

Houve o convite para a audiência com o Secretário Municipal de Direitos Humanos da cidade de São Paulo, a fim de que o Conselho apresentasse suas linhas de atuação que estão em consonância com o Plano de Metas da cidade.

O CRP SP realizou reunião com a Coordenadoria da área técnica de álcool e outras drogas da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo sobre as metas da nova administração em relação a essa política, inclusive em relação à ampliação da rede de serviços.

Representantes do CRP SP, do SinPsi, da ABRAPEE e do Grupo Interinstitucional Queixa Escolar se reuniram com o secretário municipal de educação de São Paulo para colaborar na regulamentação da Lei 15719/13, que dispôs sobre a implantação de assistência psicopedagógica em toda a rede de ensino municipal. Durante a audiência as organizações entregaram um documento, produzido coletivamente com subsídios a partir da Psicologia.

Em âmbito estadual, foi importante a participação do CRP SP no XV Encontro Estadual dos Conselhos Municipais de Educação e no Seminário Políticas Públicas de Inclusão de Pessoas com Deficiência na Educação, Cultura e Esporte, em 2011, na Câmara Municipal de São Paulo.

Trânsito



Seminário Regional de Psicologia do Trânsito

O CRP SP teve uma participação significativa com relação à avaliação psicológica no contexto do trânsito junto ao Detran. O Relatório final do Seminário Regional de Psicologia do Trânsito em Trânsito pelo Brasil, realizado em São Paulo, com as questões e dificuldades trazidas pela categoria que atua na avaliação psicológica no contexto do trânsito, foi documento importante para que se estabelecesse uma parceria entre as duas Instituições. Atualmente, o CRP SP compõe o GT de Psicologia do Detran e foi convidado a realizar curso com orientação aos (às) psicólogos (as) credenciados (as).

Assistência Social

A Assistência Social vem conquistando o seu lugar de política pública de direitos. Inserida no tripé da seguridade social, junto com a saúde e a previdência, foram muitos os avanços conquistados pela mobilização popular.

O CRP SP apoiou a realização das reuniões de trabalhadores (as) do SUAS por reconhecer a importância desse espaço de participação e articulação dos (as) profissionais num contexto de profundas mudanças na política, mesmo antes do Fórum dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - FT SUAS ter se constituído como coletivo permanente.

O Fórum dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo - FTSuas-SP realizou, com apoio do CRP SP, o Encontro Estadual dos Trabalhadores do SUAS de São Paulo. O evento visou contextualizar a implantação do SUAS no âmbito paulista, estendendo a discussão técnica e ética também para a gestão política sobre serviços socioassistenciais, particularmente os direcionados à população de rua, usuários (as) de álcool e outras drogas e suas famílias e pessoas idosas. Foram elaboradas e deliberadas propostas dos (as) trabalhadores (as) para etapas municipais, estadual e nacional das Conferências de Assistência Social de 2011.

Outro desafio para o CRP SP para apoiar o processo da Assistência Social é a continuidade à sua representação junto à Frente Parlamentar em Defesa do SUAS.

O Conselho participou do XIV Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS, uma importante atividade da política da Assistência Social que reúne gestores (as), técnicos(as), representantes das instâncias em âmbito nacional e estadual com gestores(as) municipais de Assistência Social do Estado.

Emergências e Desastres

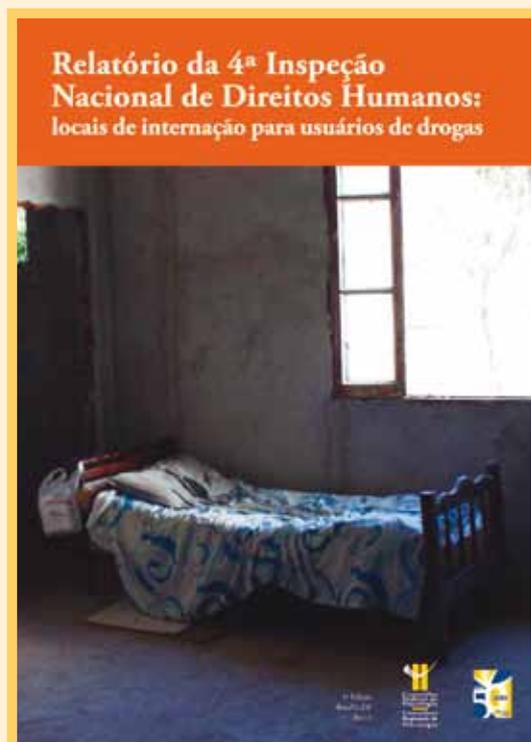
Foram realizadas palestras para profissionais e estudantes em órgãos municipais e instituições universitárias nas cidades de Campos do Jordão, Avaré, Dourados (MS), São Paulo, São José do Rio Preto e Araçatuba. Houve também a participação de representantes do CRP SP em eventos da Coordenadoria de Defesa Civil de São Paulo (seminários regionais e estadual) e da Secretaria Nacional de Defesa Civil (VIII e IX Fóruns Nacionais).

A 2ª Mostra Nacional também foi um importante espaço de encontro e articulação. Lá aconteceu a Assembleia Geral, que culminou na fundação da Associação Brasileira de Psicologia em Emergências e Desastres - ABRAPEDE.

Direitos Humanos

Em 2011, foram publicadas as cartilhas da série Comunicação Popular: O tecido e o tear, Bem-querer é o melhor remédio, Vale cidadania e A gente tem a ver com isso. As cartilhas são dirigidas à população e têm como o tema presente Psicologia e direitos humanos, sejam com relação aos direitos de crianças e adolescentes, direitos de atendimento integral à saúde mental ou assistência social.

Dentre as atividades da Semana da Luta Antimanicomial do ano em questão, o



CRP SP realizou o lançamento da terceira cartilha popular do CRP, Bem-querer é o melhor remédio, com debate sobre , que retratou o histórico e o cenário atual da Luta Antimanicomial, suas conquistas e desafios para efetiva implantação da rede substitutiva.

Em 2011, o CRP SP participou do Seminário Nacional de Políticas Públicas Democracia e Promoção de Direitos.

O CRP SP colaborou intensamente com o projeto Psicologia e Direito à Memória e à Verdade, uma ação unificada da Comissão de Direitos Humanos do CFP, que registra para as gerações futuras o que aconteceu neste obscuro e terrível momento da vida brasileira, que foi o período da ditadura civil militar e seus constantes atentados contra os direitos humanos e a democracia no país.



Lançamento do livro Psicologia e Direitos Humanos

Em audiência pública, que aconteceu na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 2013, o CRP SP apresentou, com objetivo de colaborar nos efetivos trabalhos realizados pela Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, 26 testemunhos de psicólogos (as) de São Paulo que, de alguma maneira, foram atingidos (as) pela ditadura civil militar no Brasil. A iniciativa integra o projeto Psicologia e Direito a Memória e à Verdade do Conselho Federal de Psicologia.

O CRP SP divulgou por meio de suas redes sociais, as Clínicas do Testemunho, uma política pública que amplia o programa de reparação no país, de atendimento psicológico às pessoas atingidas por atos de violência estatal em regime de exceção.

Diversidade Sexual

Em 2013, o CFP e o CRP SP promoveram o Seminário Identidades Trans e Políticas Públicas de Saúde: Contribuições da Psicologia, que abordou a fragilidade do atendimento em saúde à referida população e traçou um panorama importante sobre o atendimento psicológico a travestis, transexuais e transgêneros na rede pública de Saúde. Há necessidade de reorganização dos serviços na perspectiva de despatologização da transexualidade. A participação do CRP SP na mesa de abertura do I Encontro Nacional de Gestão das Políticas Públicas da População LGBT foi importante espaço para reafirmar a posição do Sistema Conselhos.

O CRP SP participou do lançamento Disque Direitos Humanos – Módulo LGBT, em 2011.

Saúde Mental e Álcool e Drogas e Direitos Humanos

O CRP SP apresentou suas produções em estande nas edições do Congresso do COSEMS/SP - Congresso dos Secretários Municipais de Saúde de São Paulo - considerado um dos eventos mais importantes da saúde pública nacional, em 2011, 2012 e 2013. O evento reúne gestores (as), técnicos (as), representantes do Ministério da Saúde - MS, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES-SP e Secretários Municipais de Saúde do Estado.



O Sistema Conselhos de Psicologia, sob a coordenação do CFP, realizou em 2011, a 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos em locais de internação para usuários(as) de álcool e drogas em 24 estados brasileiros, inspecionando 68 instituições. Essa ação teve como objetivo levantar a situação do atendimento às pessoas que apresentam problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, para identificar os abusos, maus tratos e violações aos direitos humanos.

No estado de São Paulo, o CRP contou com a parceria do Condepe - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e da Defensoria Pública para inspecionar duas comunidades terapêuticas na região de Bragança Paulista. Foram observados indícios de irregularidades, como castigos físicos e psicológicos, ausência de profissionais qualificados(as) e de plano terapêutico efetivo que atenda as necessidades dos(as) pacientes, além de precárias condições de higiene. Os indícios de irregularidades nas clínicas foram encaminhados para o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública e os resultados nacionais foram apresentados no relatório final disponível no site do CFP.

O CRP SP, juntamente com outros CRs e CFP, apresentou representação junto ao Ministério Público, expressando a contrariedade das políticas governamentais que apoiam a internação compulsória em instituições para usuários (as) de saúde mental, em detrimento da assistência em rede substitutiva. O documento pediu investigação sobre essas situações.

Em 2012, o CRP SP encaminhou um relatório ao Ministério Público com as irregularidades detectadas durante a 4ª Inspeção Nacional. Sete comunidades terapêuticas foram interditadas e uma foi fechada na cidade de Bragança Paulista, dentre as quais, duas constavam do relatório por diversas violações aos direitos humanos. Tais comunidades não tiveram mais repasse de dinheiro público e os (as) usuários (as) ali internados voltaram para suas famílias. O fechamento e a interdição das comunidades terapêuticas são uma conquista e comprovam a importância do controle destas instituições por parte da sociedade. Outro desdobramento foi a criação de um canal de denúncia de irregularidades

das comunidades terapêuticas em Bragança Paulista, além de uma campanha de esclarecimento junto à população.

A Ação Integrada Centro Legal desencadeou mobilizações junto ao poder executivo. Foi realizada reunião emergencial da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos, Cidadania, Segurança Pública e Relações Internacionais da Câmara Municipal de São Paulo e da Comissão de Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo com diversos movimentos sociais e entidades, dentre elas o CRP SP, para discutir estratégias de enfrentamento. Foram encaminhados ofícios à Prefeitura de São Paulo e ao Governo Estadual; além disso, o Ministério Público abriu inquérito envolvendo os trabalhos de quatro Secretarias: Inclusão Social, Habitação e Urbanismo, Saúde e Infância e Juventude.

Ainda em 2012, o CRP SP apoiou a realização do debate público sobre a proposta de implementação de mais uma unidade do AME - Ambulatório Médico de Especialidades - osiquiatria na cidade de São Paulo. A principal crítica e preocupação é que sua implementação está baseada na medicalização do sujeito, o que se opõe à atuação dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS e outros equipamentos da rede de atenção psicossocial pautados pela reinserção social dos (as) usuários (as). Estavam presentes trabalhadores (as) e usuários (as) da rede de saúde do Butantã, representantes do Fórum Popular de Saúde e da Frente Estadual de Luta Antimanicomial.



Debate público discutiu a proposta de implementação de uma unidade do AME - Amblatório Médico de Especialidades

O CRP SP participou de congressos, seminários dentre outros protagonizados por instâncias da gestão pública para contribuir com os posicionamentos do Sistema Conselhos:

- Seminário de Saúde Mental – Construindo uma Política Intersetorial de Saúde Mental no Município de São Paulo;
- II Encontro de Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis - CAPSi do Estado de São Paulo ;
- IX Reunião do Fórum Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil - Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde;
- 4º Congresso Brasileiro de Gestão e Políticas em Saúde Mental;
- XIII Reunião de Colegiado de Coordenadores de Saúde Mental;
- 12º Congresso Paulista de Saúde Pública;
- II Jornada Nacional da Estratégia Saúde da Família;
- II Simpósio de Política e Saúde ocorrido em Brasília.



Conclusões





Projetos Integradores

Democratização e Participação

A aproximação com a categoria é sempre um grande desafio e muito foi feito nesta gestão. O aprimoramento da qualidade de serviços prestados à categoria foi resultado de um grande investimento na reorganização dos processos de trabalho do CRP SP. A comunicação com a categoria foi ampliada por meio de diversos meios. Foram realizadas diversas inserções na mídia e o Conselho é referência para a discussão de distintas temáticas.

Os desafios também são muitos: é preciso ampliar ainda mais a comunicação com a categoria, utilizar melhor as redes sociais e registrar e divulgar os eventos e as atividades regionais em vídeos no site. A especificidade da subsede de Campinas, que possui a maior concentração de psicólogos(as) dentre as subseções, precisa ser considerada com ampliação da comissão gestora e equipe técnica. Também é um importante desafio construir estratégias para a região metropolitana, que possui especificidades que a atuação do Conselho, em âmbito estadual, não supre.

Interfaces com a Justiça

As ações propostas pelo Projeto Integrador Interfaces com a Justiça focam na aproximação e diálogo com a categoria, na articulação com as instâncias da Justiça e na construção de formas de promoção, acesso e garantia de direitos para os (as) usuários (as), tendo como princípio a defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, foi um importante avanço a contribuição na construção da Resolução do CFP 012/2011, que regulamenta a prática de psicólogos (as) no Sistema Prisional; a realização das rodas de conversas em todo estado, em que se discutiram as Resoluções do CFP (012/2011,07/2003,08/2010,010/2010); as oficinas de produção de documentos ;a as oficinas com psicólogos (as) sobre as cartilhas populares ; o aprimoramento da relação com parceiros (as) como a Defensoria Pública e o Ministério Público. Tais entidades contribuíram nas fiscalizações, assim como no debate e na defesa dos direitos Humanos. Foi também significativa a inclusão do recorte de gênero nos debates, conforme apontado no VII CNP (Congresso Nacional de Psicologia) incorporando nas diretrizes de ação para este tema a discussão sobre a mulher encarcerada.

O desafio posto para reside na continuidade do processo iniciado, encaminhando as propostas e demandas levantadas durante o VIII Congresso Nacional da Psicologia – VIII CNP com a categoria nas rodas de conversa, assim como estreitar o diálogo com a categoria a partir da manutenção dos espaços criados de maneira a retomar a discussão sobre as instituições de privação de liberdade e acolhimento institucional.

Mundo do Trabalho

A criação deste Projeto Integrador decorre da própria decisão de reorganizar as ações da gestão do Conselho, que buscou a transversalização e a desfragmentação que as ações por temáticas ou áreas de atuação podem causar. Foi possível, então, tanto recolocar a dimensão do Trabalho mais explicitamente na pauta de debates e de funcionamento do CRP SP como também aprofundar o entendimento atual sobre condições e relações de trabalho no exercício profissional da Psicologia.

As ações voltadas para a categoria foram organizadas de modo, inicialmente, a estabelecer aproximações com esta e as entidades e movimentos existentes no campo, para, em outro momento, poder construir criticamente uma proposta de minuta para orientar, referenciar e instrumentalizar ações da categoria e do próprio Conselho em relação às condições e relações de trabalho para psicólogos (as) exercerem a profissão.

A metodologia do Projeto Integrador foi, inicialmente, baseada em ações regionais com profissionais da área de POT (Psicologia Organizacional e do trabalho) de recursos humanos, articuladas em âmbito estadual. Isso proporcionou espaços densos, promissores, mobilizadores que, em alguns casos, já se desdobraram na constituição de novos grupos de trabalho no âmbito das subsede do CRP SP.

Destacamos também a realização do Seminário Psicologia no Trabalho e Psicologia como Trabalho, que se propôs a integrar dimensões distintas e indissociáveis entre estas duas áreas, compreendendo os aspectos da atuação especializada no campo do trabalho e, sobretudo, o exercício profissional do (a) psicólogo (a) como trabalho.

A interação com o Estado e a sociedade deu-se também na perspectiva de ampliar e qualificar a presença e a participação do CRP SP e da Psicologia na defesa e na promoção do trabalho e do emprego decentes.

Indicamos como desafio a elaboração da minuta de nota técnica a partir de denso material já organizado. É estratégica para a gestão do Conselho e para a categoria a problematização acerca das condições necessárias ou insuficientes para o exercício da Psicologia, o aprofundamento do projeto ético-político da profissão na dinâmica do mundo do Trabalho como um todo, considerando as circunstâncias históricas e as perspectivas de intervenção sobre o processo em construção.

Medicalização, Judicialização e Patologização da Vida

Houve um grande investimento da discussão das interfaces e especificidades dos processos de medicalização, judicialização e patologização da vida, tendo sido possível abranger novos temas de interesse à Psicologia. Importante notar que as temáticas foram paulatinamente transversalizadas a outras discussões e pautas, tais como educação, como projetos de lei que visam a inclusão de psicólogos(as) nas escolas e a ampliação das discussões de educação inclusiva para além de pessoas com deficiências; saúde, representada na política de álcool e outras drogas, aumento de comportamentos a serem diagnosticados e aumento no consumo de medicamentos; assistência social, como políticas para pessoas em situação de rua; direitos de crianças e adolescentes, representada na luta contra a Universidade Experimental de Saúde(UES); direitos sexuais e reprodutivos.

Sobre os resultados estratégicos, se evidenciou, mais do que satisfatoriamente, os posicionamentos nos meios de comunicação, haja vista a intensa presença em veículos da grande imprensa, em que os posicionamentos e críticas do CRP SP nesta temática serviram de grande referência. Merece destaque a ampla discussão sobre a patologização de sexualidades e identidades de gênero, com grande repercussão midiática. A ênfase na discussão se deu frente ao PDC 234/11, que requereu a prontidão do posicionamento e intervenção sobre a “cura gay”. A não realização das cartilhas da série Comunicação Popular pode ter interferido em um maior alcance dessa discussão.

A respeito da realização de audiências públicas na ALESP (Assembleia Legislativa de São Paulo), questões pertinentes ao PI foram abordadas indiretamente em audiências pertinentes. Entretanto, há de se qualificar o acompanhamento de projetos de lei, que permitiram mais agilidade na divulgação dos posicionamentos (que precisam ser melhor e previamente reunidos) e na intervenção do Conselho. Assim, parece ser necessária a ampliação das ações da CAPL (Comissão de Acompanhamento de Processos Legislativos), com maior organicidade, articulação com os PIs, Comissões e Plenário.

Importante destacar as interfaces feitas entre as temáticas e questões que envolviam moral e crenças religiosas, abordando-se os ataques à laicidade do estado e da Psicologia. Nesse aspecto, foi difícil avançar na discussão sobre aborto.

Cabe ressaltar ainda o importante avanço em parcerias com fóruns e coletivos atentos a processos de medicalização e patologização, ampliando-se a discussão para além da medicalização de processos de ensino-aprendizagem – ampliação que já vinha sendo operada pelo PI. Entretanto, parece ter acontecido um certo descompasso entre as discussões

sobretudo sobre medicalização e encaminhamentos diante do PDC 234/11 entre o CRP SP e o CFP, necessitando uma maior aproximação no Sistema Conselhos.

O principal desafio permanece a ampliação do diálogo com a categoria, que, hegemonicamente, parece atrelada a concepções e práticas medicalizantes e judicializantes. Também falta elementos para melhor avaliar o impacto junto à categoria e à população, apontando para a importância de criação de estratégias, sobretudo de comunicação, que tragam tal feedback.

Por fim, entende-se ser necessário garantir as pontas e os avanços conquistados com sua transversalização a outros assuntos de interesse à Psicologia.

Proposições para Políticas Públicas

Reconhecemos avanços no que se refere à inserção do CRP SP nas esferas de Controle Social, tendo em vista a intensificação da atuação de nossos (as) representantes. Nesse sentido, a realização do Seminário sobre Controle Social materializa um marco na convergência dos esforços que objetivaram consolidar os posicionamentos sobre cada temas, com destaque para:

- A realização de dois seminários sobre racismo A partir do qual se formou um grupo para permanente fomento das reflexões Foi possível ainda a participação efetiva, junto ao CFP, para discutir e compor a elaboração de um documento norteador para todo o Sistema Conselhos;

- Apoio às mobilizações para consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesta esfera, o desafio está na continuidade da representação do CRP SP junto à Frente Parlamentar em Defesa do SUAS;

No que se refere e à Luta Antimanicomial, estivemos presentes em diversas frentes em todo o estado, compondo ações com movimentos sociais, em especial, aqueles ligados à Semana da Luta Antimanicomial. Houve também a participação em diversas ações, audiências públicas em diversos municípios paulistas e a mobilização contra o Ato Médico, enfrentamento que merece destaque tendo em vista a recente decisão pela manutenção dos vetos ao projeto de Lei, pela presidenta Dilma Rousseff;

O CRP SP reforça ainda sua posição de enfrentamento das internações compulsórias, estando presente em intervenções, audiências públicas, mobilizações populares e articulações com movimentos sociais. Nesse sentido, cabe enfatizar o crescimento do número de fiscalizações junto a Comunidades Terapêuticas e Clínicas de Internação;

Em inúmeros espaços como os de Controle Social; movimentos sociais; reuniões com gestores (as) públicos (as) e afins, o Conselho apresentou sua oposição à redução da maioridade penal e reiterou a defesa intransigente dos direitos de crianças e adolescentes.

Houve também a participação propositiva em vários movimentos LGBT, em enfrentamentos à homofobia, na defesa do direito à diversidade sexual, em oposição ao PL conhecido como “cura gay”, além da participação no seminário sobre Processos Transexualizadores, o que culminou na elaboração de uma Nota Técnica.

O diálogo com movimentos sociais também caracteriza uma constante, pois há o reconhecimento da necessidade de manutenção dessas parcerias, bem como do cuidado como reconhecimento e desenvolvimento da autonomia dos diversos coletivos que lutam pela garantia de direitos. Por fim, destacamos o iminente e permanente desafio de consolidar a perspectiva da transversalidade no trabalho do CRP SP, de maneira a garantir a complexidade da abordagem das temáticas relativas à Psicologia.

Comissões

Concessão de Título de Especialista

No ano 2000, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) regulamentou o Título de Especialista, hoje atualizado pela Resolução CFP 13/07, em onze especialidades do campo do exercício profissional. São elas: Psicologia Clínica, Psicologia do Esporte, Psicologia do Trânsito, Psicomotricidade, Psicopedagogia, Psicologia Escolar/Educacional, Psicologia Organizacional, Psicologia Jurídica, Psicologia Hospitalar, Psicologia Social, Neuropsicologia.

O Título de Especialista é um reconhecimento da dedicação do(a) profissional a uma área de especialidade e não se constitui como condição para o exercício da profissão.

A Comissão de Análise para Concessão do Título de Especialista do CRP SP analisou toda a documentação referente aos pedidos da concessão e do registro do título profissional de especialista em Psicologia e orientou os (as) psicólogos (as) a respeito, garantindo assim o direito ao reconhecimento da trajetória do(a) psicólogo(a).

Direitos Humanos

Nesta gestão, houve avanços significativos nas discussões de direitos humanos, com seus conteúdos alcançando alto grau de capilaridade nas inúmeras ações do CRP SP, atingindo a desejada transversalidade nos Projetos Integradores e nos demais projetos internos, inclusive com a incorporação do tema nas discussões e ações das Comissões Gestoras nas subsedes. Esta visão ganha reforço com o reconhecimento de que, atualmente, as violações aos direitos humanos são detectadas em contextos menos óbvios, em especial nas ações de fiscalização. Com isso, o Conselho produz referências mais eficazes nessa temática.

Ao direcionar seu olhar para as ações externas, voltadas à categoria e aos (às) demais interlocutores (as), o CRP SP elaborou e utilizou novas ferramentas, em especial a cartilha, o vídeo e o livro de DH (Psicologia, Violência e Direitos Humanos). Tais instrumentos mostraram-se valiosos e propiciaram uma aproximação qualitativa e quantitativa destas perspectivas junto à categoria e aos (às) usuários (as) de serviços públicos.

Ainda nas ações voltadas à categoria e à comunidade destaca-se a participação intensa desta Gestão no projeto “Psicologia e Direito à Memória e a Verdade”, uma ação unificada da Comissão de Direitos Humanos do CFP, na qual o CRP SP se tornou referência a partir de sua colaboração e representação.

Destacamos a necessidade de manter a representação do CRP SP no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e no Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à tortura, formado por várias entidades de São Paulo que lutam por sua implementação. É importante ressaltar também a necessidade da continuidade da representação no Fórum Permanente de Políticas Públicas para População em Situação de Rua, assim como a necessidade de criar e ampliar parcerias e articulações com entidades governamentais e não governamentais, nos níveis municipais e estaduais, para inspeções nos espaços de privação de liberdade e encaminhamentos das violações para as áreas competentes.

Ética (COE)

A gestão 2010-2013 foi marcada por intensa ampliação e qualificação de suas atividades-fins, buscando garantir que serviços psicológicos fossem oferecidos à população com a devida qualidade ética e técnica. Com um aumento substancial de fiscalizações ocorridas, nas quais a qualidade do exercício profissional pode ser verificada e acompanhada, houve também um aumento considerado em representações por possíveis faltas éticas.

O empenho em diminuir o prazo dos trâmites de processos éticos possibilitou um intenso aumento na apreciação de representações, bem como se dobrou o número de processos julgados. Tal empenho respondeu a uma dupla preocupação: a garantia de que a Psicologia seja sempre exercida com qualidade e a resolução de um cansativo processo para as partes envolvidas, psicólogos(as) e aqueles que denunciaram. Este é um desafio permanente para a autarquia, bem como dar continuidade a estudos sobre as possibilidades de implementação de conciliação nos processos, diante de queixas de menor gravidade. Tais questões apontam para um importante avanço na busca por respostas mais rápidas e de maior resolutividade, garantindo o exercício profissional de qualidade e a superação de conflitos entre as partes.

Como forma de se ampliar a atuação da autarquia, a Comissão de Ética investiu intensamente na qualificação das denúncias e processos, buscando entender os contextos e temáticas em que se dão. Essa é uma importante ação para procedimentos de orientação, prevenindo-se novas infrações éticas.

Orientação e Fiscalização (COF)

A Comissão de Orientação e Fiscalização preocupou-se, nesta gestão, em focar o trabalho na prevenção de eventuais equívocos no exercício profissional das(os) psicólogas(os), através de ações específicas de orientação presenciais (em grupos e individualizadas), além de um considerável aumento no número de fiscalizações.

As fiscalizações, em sua maioria(78%), foram de rotina, com foco na averiguação das condições das empresas que solicitam inscrição ou registro no CRP SP para a prestação de serviços de psicologia(PJ) além da orientação aos (às) responsáveis técnicos(as) (RTs) e demais psicólogas(ao) que atuam nas mesmas. As demais fiscalizações consistiram em averiguação e/ou queixas.

Durante a gestão foi dada uma maior atenção às clínicas de internação intituladas comunidades terapêuticas, que solicitaram registro de PJ junto à Autarquia. Criou-se um fluxo de avaliação de cada uma das solicitações que se iniciava com uma orientação preventiva aos RTs, seguida de uma visita de fiscalização prévia e condicional à concessão do registro/cadastro chegando-se, se necessário, ao indeferimento à solicitação do mesmo. Muitas fiscalizações neste tipo de instituição também ocorreram por diferentes denúncias, bem como por solicitações do Ministério Público, Defensoria Pública e outras organizações.

Quanto às temáticas de orientação feitas à categoria, as mais frequentes foram sobre a elaboração de documentos escritos, prontuários, avaliação psicológica (também no contexto do trânsito), testes psicológicos, cadastro de sites, solicitações de título de especialista, entre outras. Todas as atividades de fiscalização e orientação tiveram seus números triplicados, em especial, pela ampliação do quadro de assistentes técnicas que viabilizaram e executaram o projeto político da gestão. Razão para isso também foi a autonomia proporcionada, gradativamente, com o principal objetivo de regionalizar e aproximar o Conselho dos(as) profissionais de todo o estado.

Outro aspecto fundamental, ampliado nesta gestão, foram as parcerias institucionais, principalmente com Ministério Público e Defensoria Pública para a realização de fiscalizações conjuntas, em especial, nos equipamentos públicos na área da saúde e em comunidades terapêuticas. As parcerias com diversos conselhos de classe, em especial com o de Enfermagem (COREN), de Medicina (CREMESP), de Assistência Social (CREAS), Nutrição (CRN), Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), Educação Física (CREF) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) ocorreram com muita frequência em diversas situações de fiscalizações, tanto durante a realização das mesmas como nos encaminhamentos posteriores.

Grupos de Trabalho

Povos Indígenas

Mesmo sendo legítimas as ações realizadas na aproximação da Psicologia com a temática indígena, alguns setores da área ainda têm grande dificuldade em compreender qual a sua relevância no âmbito profissional, já que um Conselho de Classe tem por função primordial orientar, fiscalizar e normatizar a profissão. Dessa forma é, sobretudo no quesito normatização, que as ações de aproximação com a temática indígena, além de sua inegável importância no campo dos direitos humanos, ganham relevância.

É voz corrente nos ambientes profissionais que a formação oferecida nos cursos de Psicologia não são suficientes para que os (as) alunos (as) tornem-se profissionais e atuem frente à realidade do povo brasileiro, pois a visão nas faculdades muitas vezes, é centrada em uma perspectiva euro-estadunidense, que não baliza os (as) egressos (as) frente à realidade psicossocial da sociedade. Assim, quando a Psicologia, por meio de seu órgão de classe, aproxima-se dessas questões, cria elementos de fomento a essas importantes mudanças nos ambientes formadores, criando um espaço para que a norma vigente nas ações profissionais esteja mais próxima da realidade da população. Esse impacto talvez seja o mais relevante nas ações fomentadas cabendo destaque para a criação, na ULAPSI (União Latino-Americana das Entidades da Psicologia) do NPC-PSIND (Núcleo de Produção do Conhecimento Psicologia e Povos Indígenas), ocorrido em 2011. A criação deste núcleo, deu-se mediante a articulação de diversas instituições de Psicologia na América Latina. O lançamento oficial do NPC ocorreu no Uruguai, durante o IV Congresso da instituição, quando ocorreu a primeira reunião presencial de seus membros. As bases para a instituição de uma perspectiva epistemológica calcada na realidade latino-americana foi apresentada, também, no Chile durante a 15ª Reunião da Sociedade Internacional de Psicologia Teórica (2013). Além disso, o CRP SP fomentou ações no âmbito acadêmico: o apoio ao Curso de Introdução à Psicologia e Povos Indígenas no IPUSP introduz oficialmente a temática na universidade com um viés metodológico que favorece o protagonismo dos (as) indígenas, visto que, além dos (as) especialistas acadêmicos (as) na temática, lideranças de notório saber indígena foram chamadas como docentes.

A questão dos Direitos Humanos continuou sendo um foco central, sendo que participamos ativamente da comissão científica do I Encontro Nacional de Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos, promovido pelo CRP MS, além do apoio a movimentos populares que favorecem o protagonismo indígena, como o Tribunal Popular da Terra, o IX Acampamento Terra Livre, o apoio à Comitiva Kaiowá, entre outras ações no âmbito das comunidades indígenas em São Paulo.

Também atuamos junto a órgãos governamentais, como o Ministério da Saúde, por meio da Área Técnica de Saúde Mental e a própria FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Nesse sentido as ações se dão em dois âmbitos: prestar consultoria técnica em função do acúmulo de conhecimento adquirido ao longo dos anos de trabalho; e gestão crítica frente às falhas destas instituições, que precisariam ampliar e qualificar o quadro de psicólogos (as) para poder atender, de forma consistente, às demandas dessas populações em situação de vulnerabilidade.

História e Memória da Psicologia

O CRP SP manteve nesta gestão a preocupação em apresentar à categoria registros do processo histórico da Psicologia, com o objetivo de criar condições para ampliar o campo de reflexão sobre a função social do (a) psicólogo (a) e possibilitar maior aprofundamento quanto às práticas profissionais. Assim, o Projeto História e Memória da Psicologia teve por objetivo resgatar e preservar a memória dessa área, estendendo e atualizando seus sub-projetos: Memória da Psicologia em São Paulo; Linha do Tempo da Psicologia no Brasil; e Galeria dos (as) Pioneiros (as) da Psicologia no estado de São Paulo.

O Projeto Memória da Psicologia em São Paulo produz documentários, registrando a trajetória de alguns psicólogos (as) pioneiros (as) paulistas, bem como de diferentes áreas da Psicologia. Nesta gestão, houve o acréscimo dos volumes Percursos da Psicologia Clínica em São Paulo e História da Psicologia Social em São Paulo.

O Projeto Linha do Tempo da Psicologia no Brasil teve como tarefa principal, a revisão, inclusão de novos dados históricos e novas imagens, renovação do layout e da estrutura da Linha do Tempo disponível no site do Conselho. O objetivo foi ampliar e disponibilizar informações históricas sobre a constituição da Psicologia, como ciência e profissão; propiciar maior conhecimento sobre a constituição histórica das práticas e contribuir para uma reflexão crítica sobre a história da profissão.

Inicialmente denominado Galeria dos (as) Pioneiros (as) da Psicologia Educacional/Escolar no Brasil, este projeto passou a focar os (as) pioneiros (as) paulistas nas diversas áreas da Psicologia, passando a chamar Galeria dos (as) Pioneiros (as) da Psicologia no Estado de São Paulo. Em formato eletrônico e em papel, a Galeria é formada por painéis que apresentam um texto biográfico de 11 personalidades históricas.

Subsedes

Assis

Entre diversas atividades, destacamos alguns pontos que politicamente foram positivos na região:

A subsede de Assis foi a pioneira em praticar a regionalização compondo a Comissão Gestora com psicólogos (as) de outras cidades, bem como realizou entrega de CIPs (Carteira de Identidade Profissional) em cidades da região como Presidente Prudente e Marília, visando à descentralização das ações na cidade de origem da subsede. Foram realizados diversos eventos em cidades que até então não haviam sido mobilizadas. Com isso, surge a necessidade de ampliar a ação da Comissão Gestora pois, em termos geográficos, a subsede de Assis é uma das maiores do estado, composta por 110 cidades. Importante ressaltar que Assis também foi pioneira em parcerias com universidades: atualmente a região conta com oito instituições de ensino superior.

Mas ainda há desafios a serem enfrentados: a concretização da reforma predial da subsede e o avanço na mobilização dos (as) psicólogos (as) da região.

Baixada Santista e Vale do Ribeira

As ações ordinárias no âmbito político obtiveram avanços na regionalização da orientação e fiscalização, potencializada com a presença de assistente técnica na subsede. Do ponto de vista administrativo, houve melhoria do clima organizacional, como resultado do aperfeiçoamento dos processos de comunicação, monitoramento e planejamento.

Nas ações políticas junto à categoria, havia como proposta ampliar o debate com psicólogos (as) nos diversos campos de atuação. Nesse sentido ocorreu um discreto avanço a partir da constituição dos Grupos de Discussão Temáticos (Álcool e outras Drogas, Criança e Adolescente, SUAS, Interface com a Justiça). Ressalta-se que, na questão de álcool e outras drogas, houve um avanço significativo no debate e conquista de parceiros (as). Contudo, torna-se ainda necessário intensificar o investimento nas discussões em outros campos de atuação, como por exemplo, envelhecimento; políticas de inclusão e atendimento à pessoa com deficiência, etc. É preciso ainda avançar na discussão da Psicologia no contexto do Trânsito e da Psicologia Clínica, assim como no processo de regionalização.

No aspecto político, relacionado à interlocução com os movimentos sociais e sociedade, de um modo geral, houve uma melhor organização na mobilização do coletivo da luta antimanicomial. Também ocorreu a ampliação e o aprimoramento de parcerias relativas ao Núcleo Regional do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade e ao Fórum Popular de Saúde da Baixada Santista, além das instituições de ensino superior, como UNIFESPBS, UNISANTOS e UNIP. Houve a ampliação da participação nas discussões sobre as questões LGBT e sobre ações regionais relacionadas a direitos humanos. Além disso, foram promovidas discussões sobre saúde do (a) trabalhador (a) e mundo do trabalho, e a aproximação de lideranças de povos originais numa discussão regionalizada sobre as questões dos povos indígenas, em parceria com as Universidades da Baixada Santista.

Bauru

Orientados (as) pelas premissas do planejamento de gestão e pelos planejamentos estratégicos anuais, destacamos a regionalização, com ações e atendimentos descentralizados, o que possibilitou a aproximação com psicólogos (as) mais distantes e intervenções individuais e grupais para esclarecimento de questões éticas e políticas que norteiam o exercício da profissão. Para fazer valer os princípios de direitos humanos frente a uma lógi-

ca repressiva do Estado, em parceria com outras entidades, foi realizado o enfrentamento as situações de violação de direitos. Demos também, visibilidade e publicidade às posições e produções do CRP SP, buscando nos contrapor às concepções conservadoras existentes, no que se refere à comunidade terapêutica, internação compulsória, toque de recolher, pichações, entre outras.

Valorizando o contexto social na prática da categoria, destacamos o acompanhamento e a ampliação de referências técnicas e políticas aos (às) representantes do CRP SP nos órgãos de controle social.

Por fim, e não menos importante, a subsede deseja destacar a forma democrática e participativa com que esta gestão se organizou, permitindo envolvimento não só de conselheiros (as), mas também gestores (as) e colaboradores (as), no planejamento e execução da política.

Campinas

A subsede de Campinas é uma das maiores do estado de São Paulo, com 10.296 psicólogos(as) ativos (as), distribuídos (as) em 72 municípios. Durante esta gestão buscamos avançar nas ações de regionalização e interiorização das ações como estratégia de aproximação da categoria e da sociedade, o que se deu por meio de ações de orientação do exercício profissional e de diálogo constante com os (as) profissionais e c sociedade. No que se refere à orientação e fiscalização, a chegada de uma assistente técnica foi fundamental para o aprimoramento das ações nesta área. Assim, a composição da Comissão Gestora contemplou a presença de profissionais de municípios mais distantes de Campinas. Foram realizados variados eventos em diferentes municípios, como Piracicaba, Araras, Rio Claro, Jundiaí, Americana, Santa Barbara d'Oeste, Limeira, Jaguariúna, Itatiba, Bragança Paulista, Hortolândia, Amparo, Leme, Serra Negra, entre outros. Dentre tantas ações realizadas, destaque para o encontro mensal, realizado desde agosto de 2012, intitulado "Dia a dia da Psicologia", que discute os temas e dilemas cotidianos enfrentados pela categoria no exercício profissional. É notório que esta gestão buscou incentivar a participação dos (as) psicólogos (as) nos espaços de Controle Social, por entender que a Psicologia pode e deve contribuir amplamente no debate sobre as políticas públicas nos diferentes Conselhos. Houve ainda a representação em conselhos municipais de saúde, de assistência social, idoso (a), direitos humanos, direitos da criança e adolescente. Na construção de aproximação e diálogo com a sociedade, houve o apoio a diferentes movimentos sociais, cujas bandeiras alinhavam-se com as diretrizes do CRP SP de defesa e garantia dos direitos humanos. Foi estabelecido um canal consistente de diálogo com as instituições de ensino superior da região, de forma a contribuir para que as instituições formadoras pudessem ter espaços de dialogo constante entre si e com o Conselho.

Grande ABC

A gestão se destacou pela aproximação com a categoria no aprimoramento dos métodos de comunicação, que se expressou no formato de boletins eletrônicos e impressos, apropriados para o acompanhamento pelo (a) psicólogo (a) das ações regionais, estaduais e do Sistema Conselhos em geral. Foi garantido o acesso aos informativos em tempo adequado para participação nas atividades locais, bem como o conhecimento do funcionamento da instituição e de informações pertinentes para os (as) profissionais. Ainda nesse tópico, apontamos o investimento nas redes sociais, via endereços dos (as) gestores (as) ou na página institucional do CRP SP, tecnologia importante para a divulgação dos eventos. Houve investimento na atualização e correção dos e-mails no mailing da subsede, todavia é preci-

so reconhecer que ainda existe o desafio do uso do mailing institucional.

Entre os avanços, é importante também destacar a eficácia e a eficiência no trato de questões ordinárias do Conselho, como as orientações aos (às) psicólogos (as) da região, por telefone, e-mail, pessoalmente ou em eventos. O mesmo aspecto esteve presente nas fiscalizações, a qual possui atualmente um cronograma, no qual são garantidos os prazos. O Grande ABC passou também a realizar oitivas com psicólogos (as), quando há instauração de processos éticos.

Foram realizadas discussões de qualidade com psicólogos (as), questionamentos junto a estudantes com relação a sua formação, aproximação com coordenadores (as) de cursos de Psicologia, mostrando que o Sistema Conselhos está atento às pautas gerais e atuais que dizem respeito à área. Também ganharam relevância pautas de interesse da categoria, além da aproximação de áreas emergentes (Psicologia do Esporte e Emergências e d= Desastres) e áreas tradicionais (Psicologia Organizacional e do Trabalho e Clínica).

Entre os desafios está melhorar a articulação e inserção política da subsede Grande ABC na região. Nesse sentido, é necessário ampliar o grupo de colaboradores (as) e garantir que as discussões sejam mais articuladas com os movimentos sociais e entidades parceiras. Além disso, faz-se necessária uma presença maior da subsede nos órgãos de controle social, visando contribuir, a partir do acúmulo do Sistema Conselhos, com os debates no cenário político e social do Grande ABC.

Ribeirão Preto

Realizamos eventos e orientações à categoria, nas mais diversas temáticas em Ribeirão Preto e outras cidades da região (Bebedouro, São Carlos, Araraquara, Monte Alto, Franca).

Destaque para algumas atividades que foram realizadas por meio de parcerias como, por exemplo, o 18 de maio, que aconteceu em conjunto com o Coletivo Viramente, que promoveu uma virada cultural independente, marcando a Comemoração do Dia da Luta Antimanicomial.

Nesta gestão foi possível dar andamento na obra para reconstrução da subsede, o que já vinha sendo planejado há mais de três gestões. A casa anterior era térrea e a sala de eventos tinha capacidade para 20 pessoas. Agora, com as novas instalações, a subsede conta com 2 pisos com 317 m² de área construída um auditório para 70 pessoas.

Investimos também na aproximação com categoria, por meio de atividades na região, além daquelas realizadas na subsede, de modo a garantir a possibilidade de discussões que impliquem cada vez mais na maior orientação dos (as) profissionais da região.

Participamos de atividade em parceria com inúmeras entidades e movimentos sociais da região, ampliando, assim, nosso campo de influência sobre as diferentes políticas públicas da região.

Por fim, destacamos as parcerias em fiscalizações e nossa abrangência em instâncias de controle social, o que procura conjugar ações que promovam a oferta de serviços psicológicos de maior qualidade a intervenções que promovam e defendam os direitos humanos.

São José do Rio Preto

A subsede de São José do Rio Preto inicia esta análise dos aspectos políticos da gestão destacando os avanços, algumas propostas e os desafios encontrados no decorrer desta trajetória. Comunicação: este é um dos pontos de maior relevância neste crescimento, pois, por meio das diversas ferramentas, boletins, informativos, facebook, jornal, etc; houve uma intensificação da aproximação com o (a) psicólogo (a) inserido (a) nas diversas áreas da Psicologia, tais como: Defensoria Pública, Ministério Público, Secretaria de Assistência Social, Prisional, Judiciário, etc. Ficou nítida a abrangência regional, pois as ações da subsede percorreram os municípios da região, revelando dificuldades sofridas pelos (as)

profissionais. Por exemplo, a implantação dos CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), não ofereceram formação suficiente aos (às) profissionais. Esta lacuna foi amenizada por meio das contribuições do CRP SP advindas do CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas), que foram esclarecedoras e fundamentais. A disseminação deste trabalho, com ampla divulgação (material impresso e digital) tanto das etapas de pesquisa, quanto da publicação dos documentos produzidos foram eficazes no desempenho profissional da categoria.

A inserção do CRP SP nas instituições de ensino superior – Houve encontros com estudantes visando apresentar aos (às) futuros profissionais a finalidade e objetivo do Sistema Conselhos além, além das defesas políticas, públicas e sociais a favor de direitos humanos, diversidade sexual, despatologização das identidades trans e contra a medicalização e patologização da vida. Aconteceram também lutas em prol do exercício profissional, como: regulamentação da atuação psicológica no âmbito do Sistema Prisional, PL das 30 Horas, PL do Ato Médico, manifestação contra a banalização da avaliação psicológica. Também investimos na conscientização da ampla liberdade, no respeito ao Código de Ética e à legislação do CFP/CRP SP, visando a garantia da prestação de serviços de qualidade.

Foi valiosa a representação do CRP SP nos Conselhos de Controle Social. Hoje, o Conselho possui representação nos Conselhos Municipais da Saúde, Idoso (a), Educação, Assistência Social, álcool e Drogas, entre outros, o que torna efetiva a participação do CRP SP na construção de políticas públicas da cidade. Uma das propostas para a futura gestão ampliar esta representação nos municípios de maior população da região. Ainda estamos representando o CRP no Fórum dos Conselhos Profissionais de Saúde, lutando ao lado de outras profissões pela qualidade dos serviços prestados à população; Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita) e Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A subseção manteve e ampliou sua proposta de representatividade e se mantém empenhada em evoluir nesta causa, garantindo a voz da categoria nas decisões políticas da região.

Sorocaba

A inauguração da subseção de Sorocaba, em 2010, amplia os espaços de interlocução com a categoria, marca presença política junto à categoria da região e contribui para a descentralização do CRP SP.

Nesses três anos de gestão, foi possível contribuir para a mobilização política dos (as) psicólogos(as) junto aos movimentos sociais e políticas públicas. O apoio ao movimento social na cidade de Sorocaba refletiu na luta pela garantia de direitos humanos, marcando importante posição contrária ao modelo hospitalocêntrico de cuidado da saúde mental, que culminou com a assinatura do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), para o progressivo fechamento dos leitos psiquiátricos e a implantação de uma rede substitutiva.

Outras importantes contribuições foram a implantação do Núcleo Regional do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, com uma comissão executiva interdisciplinar e intervenção na proposição de políticas públicas e de Projetos de Lei sobre essa temática, bem como o apoio para a implantação do Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Sorocaba.

Verificamos avanços na organização dos (as) profissionais, destacando-se a atuação do (a) psicólogo (a) na interface com a Justiça e daqueles que atuam no SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

O trabalho desenvolvido pela subseção refletiu ainda na aproximação com os (as) estudantes de graduação de Psicologia e a descentralização da própria subseção, contando com ações realizadas em cidades da região, como, Itu, São Roque, Itapetininga e Santana de Parnaíba.

Os desafios são contínuos e apontam na direção da ampliação da participação dos (as) psicólogos (as) no controle social, na aproximação com os (as) profissionais da área clínica.

nica e na criação e aprimoramento de grupos específicos na subsede, tais como, interface com a Justiça, Educação e mundo do trabalho. Também investimos intensamente na intensificação das orientações aos (às) profissionais e das fiscalizações, especialmente, nos espaços de interação.

Vale do Paraíba e Litoral Norte

Na análise política da gestão atual, podemos considerar que houve a aproximação de novos segmentos de atuação da categoria de psicólogos (as) em áreas como Trânsito, Recursos Humanos e Psicologia Organizacional do Trabalho; Houve também a reconstituição do GT de saúde e um aumento da abrangência de novos temas de interesse para a categoria, como laicidade e direitos sexuais e reprodutivos.

Nesse aspecto, é interessante apontar que aconteceram pontuais mobilizações de resistência da categoria diante dos temas que envolviam moral e crenças religiosas (aborto, diversidade sexual e álcool/drogas). A interlocução com novas áreas é uma conquista.

A presença da assistente técnica contribuiu para a aproximação da categoria, consolidando o fluxo de consultas e orientação diárias dos (as) profissionais à subsede, inclusive com o uso do espaço para a realização de reuniões, implementando a proposta de regionalização.

Consideramos que houve avanço na relação interna entre gestores (as) e funcionários (as) na subsede, no sentido de revisar as diferentes funções e responsabilidades, o que culminou na qualificação dos processos de trabalho

Também a presença dos membros da região na Comissão de Ética, com três novos (as) participantes (sendo dois/duas gestores (as) e um (a) colaborador (a)), também enriqueceu as propostas de regionalização, levando as peculiaridades do Vale do Paraíba e Litoral Norte para os debates.

Estamos consolidando o nome do Conselho de Psicologia para demandas de fiscalização em casos de violação de Direitos Humanos, ainda de modo não sistemático, mas já significativo (em especial junto à Defensoria Pública Regional e ao CRESS (Conselho Regional de Serviço Social).

O contato com a categoria permanece sendo o maior desafio, o que evidencia a busca de novas estratégias para que o retorno da categoria flua mais sistematicamente.

Considerações Finais

Com este relatório, o CRP SP busca cumprir o princípio da transparência de sua gestão, destacando seu compromisso com a efetivação das deliberações do VII Congresso Nacional da Psicologia e, portanto, reafirmando a democratização das relações com a categoria, sociedade e Estado.

O Conselho respeita profundamente o processo coletivo de construção de diretrizes para a Psicologia e exerce, com responsabilidade, ética e compromisso social suas funções precípuas, de orientar, regulamentar e fiscalizar a profissão, sempre buscando formas inovadoras e consistentes de realizar sua função social: promover a Psicologia como ciência e profissão, garantindo serviços de qualidade à população.

E assim, a gestão Cuidar da Profissão em SP, que compôs o XIII Plenário do CRP SP, despede-se agradecida pela confiança depositada pela categoria em nosso trabalho. Carregamos a certeza de que muito foi feito e de que mais vale ainda o que virá!

Bem-vindo XIV plenário! Porque o trabalho de promover uma Psicologia cada vez mais digna e em consonância com as demandas e aspirações da categoria e da sociedade permanece.

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros





Conselho Regional de Psicologia SP